

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA E COGNIÇÃO

Rosângela Beatriz Buhse

**AS FRONTEIRAS ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA EM *UM CASTELO NO PAMPA*,
DE ASSIS BRASIL: O SUJEITO HISTÓRICO E A PRESENÇA FEMININA**

Santa Cruz do Sul

2017

Rosângela Beatriz Buhse

**AS FRONTEIRAS ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA EM *UM CASTELO NO PAMPA*,
DE ASSIS BRASIL: O SUJEITO HISTÓRICO E A PRESENÇA FEMININA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Linha de Pesquisa em Processos Narrativos, Comunicacionais e Poéticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eunice T. Piazza Gai

Santa Cruz do Sul

2017

Rosângela Beatriz Buhse

**AS FRONTEIRAS ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA EM *UM CASTELO NO PAMPA*,
DE ASSIS BRASIL: O SUJEITO HISTÓRICO E A PRESENÇA FEMININA**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado; Área de Concentração em Leitura e Cognição; Linha de Pesquisa Processos Narrativos, Comunicacionais e Poéticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Dr^a. Eunice Terezinha Piazza Gai
Professor Orientador – UNISC

Dr. Sérgio Schaefer
Professor examinador – UNISC

Dr. Pedro Brum Santos
Professor examinador – UFSM

Santa Cruz do Sul

2017

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus que me deu forças para nunca desistir e conseguir concluir essa etapa tão almejada.

À minha orientadora, Prof^a. Dra^a. Eunice Piazza Gai, por seu apoio, dedicação, competência e especial atenção no momento das revisões e sugestões que foram fundamentais para a conclusão do trabalho.

A todos os professores do mestrado que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

Aos meus pais, Arnaldo Silvio Buhse e Noelia Plate Milbradt, que sempre me incentivaram em relação aos estudos e acompanharam à distância as longas viagens realizadas para a realização do mestrado.

As minhas irmãs, Ana Paula Buhse e Marlise Marli Milbradt, que acompanharam as dificuldades enfrentadas durante o curso, bem como deram apoio de nunca desistir.

A minha companheira, Mel, que estava presente em todas as viagens realizadas até a UNISC, fazendo companhia durante todo o trajeto Bagé-Santa Cruz do Sul-Bagé.

Enfim, ao meu companheiro de todas as horas, Marcos Aurélio da Cunha Moraes, que deu todo o seu incentivo para que eu concretizasse um sonho que já vinha de anos anteriores, mas que estava sendo postergado, que era a realização do curso de mestrado na área de Letras.

RESUMO

O presente estudo busca compreender como se estabelecem as relações entre Ficção e História, bem como o papel da mulher em *Um castelo no pampa*, de Luiz Antonio de Assis Brasil. O romance é formado por três obras: *Perversas Famílias*, *Pedra da Memória* e *Os Senhores do Século*. A pesquisa se vale de uma perspectiva hermenêutica que busca entender a obra ficcional enquanto interpretação de um determinado contexto histórico que compreende pessoas com existência factual e personagens ficcionais, além de eventos e acontecimentos também reais ou inventados. A série de Assis Brasil tem como foco a recuperação do tempo do final do século XIX na obra *Perversas Famílias*, bem como o período que vai desde a Proclamação da República ao final da Revolução de 1923, em *Pedra da Memória*. Por fim, após a Revolução de 1923, as personagens passam pela Revolução de 1930 e permanecem até o governo de Jango, terminando na Revolução de 1964 em *Os Senhores do Século*. Além de algumas reflexões sobre a questão hermenêutica, o trabalho apresenta dados sobre a visão teórica de alguns dos principais estudiosos do tema Ficção e História, entre eles Linda Hutcheon, Hayden White e Gérard Genette. Para estabelecer as relações entre Ficção e História no romance de Assis Brasil realizamos, primeiramente, uma pesquisa acerca dos fatos históricos retratados, selecionando apenas o período que antecede a Proclamação da República até a Revolução de 1923, pois foram os momentos em que o Estado do Rio Grande do Sul teve maior participação nas revoluções, com grande repercussão histórica. Após a interpretação do romance percebemos que a ficção contempla a História de forma irônica. Por fim, o trabalho apresenta uma interpretação do universo feminino do romance, relacionando-o ao contexto patriarcal do Rio Grande do Sul.

Palavras – chave: Hermenêutica; Ficção; História; sujeito histórico; mulher; Assis Brasil.

ABSTRACT

This study aims to understand the way relations between Fiction and History took place, as well as the woman's role, in Luiz Antonio de Assis Brasil's novel *Um castelo no pampa*. The novel is composed by three volumes: *Perversas famílias*, *Pedra da Memória* and *Os Senhores do Século*. The research makes use of a hermeneutic perspective that focuses on understanding the fiction work as the interpretation of a given historical context that comprehends people with factual existence, besides events and happenings, either real or created. Assis Brasil series is centered in the late 19th century time recovering through the work *Perversas Famílias*, as well as the period since the Establishment of the Republic at the end of the Revolution in 1923, in *Pedra da Memória*. Finally, after the 1923 Revolution, the characters go through the 1930 Revolution and remain until Jango's government, ending by the 1964 Revolution, with *Os Senhores do Século*. Plus some questions about hermeneutic, the work brings data on the theoretical view from some of the main names in Fiction and History, such as Linda Hutcheon, Hayden White and Gérard Genette. In order to establish the relations between Fiction and History in Assis Brasil's work, firstly a research on the portrayed historical facts took place, from the period just before the Establishment of the Republic to the 1923 Revolution, once that was the period in which Rio Grande do Sul State had a major role in the revolutions. After interpreting the novel, it could be realized that Fiction embraces History in an ironic way. Finally, the work presents an interpretation of the female universe in the novel, relating it to the patriarchal context of Rio Grande do Sul State.

Key words: Hermeneutic; Fiction; History; historical subject; woman; Assis Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7	
Vida e obra de Luis Antonio de Assis Brasil.....	9	
1	PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DO ROMANCE <i>UM CASTELO NO PAMPA</i>.....	10
1.1	A visão Hermenêutica.....	10
1.2	Entre a Literatura e a História.....	13
1.2.1	A visão do teórico Hayden White sobre Ficção e História.....	16
1.2.2	A visão da teórica Linda Hutcheon sobre Literatura e História.....	20
1.2.3	A visão do teórico Gérard Genette sobre Ficção.....	22
1.2.4	Mikhail Bakhtin: as vozes e o romance.....	24
1.3	A constituição das narrativas de Assis Brasil.....	25
2	UMA ABORDAGEM DO PERÍODO HISTÓRICO CONTEMPLADO NO ROMANCE.....	39
2.1	A Proclamação da República.....	40
2.2	As ideias positivistas e liberais na construção do Partido Republicano.....	44
2.3	A Revolução Federalista.....	48
2.4	A Revolução de 1923.....	50
2.5	As personagens históricas envolvidas no romance de Assis Brasil....	59
2.6	O papel das personagens históricas do Rio Grande do Sul.....	70
2.7	Os eventos históricos e o romance: perspectivas interpretativas.....	72
3	A MULHER E A SOCIEDADE PATRIARCAL NO RIO GRANDE DO SUL	86
CONCLUSÃO.....	104	
REFERÊNCIAS.....	107	

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos compreender como se estabelecem as relações entre a Ficção¹ e a História, bem como o papel da mulher em *Um castelo no pampa*, de Luiz Antonio de Assis Brasil, formado por três obras: *Perversas Famílias*, *Pedra da Memória* e *Os Senhores do Século*.

Cabe ainda salientar que a pesquisa tem como base a teoria hermenêutica, a fim de analisar a narrativa literária por meio da compreensão e da intencionalidade do autor diante da construção do texto ficcional. Mas não só a intencionalidade do autor será considerada. Também os outros elementos inerentes aos estudos hermenêuticos merecem nossa atenção: a presença do leitor e o texto em si. Primeiramente, embasaremos o trabalho sobre os teóricos que abordam a hermenêutica, privilegiando aspectos da compreensão e interpretação sob o viés do caráter interpretativo da narração e não propriamente metodológico.

A série de Assis Brasil tem como foco a recuperação do tempo do final do século XIX na obra *Perversas Famílias*, bem como o período que vai desde a Proclamação da República ao final da Revolução de 1923 em *Pedra da Memória*. Após a Revolução de 1923, as personagens passam pela Revolução de 1930, permanecendo até o governo de Jango e terminando na Revolução de 1964, em *Os Senhores do Século*. Além disso, as narrativas ficcionais apresentam alguns nomes que ficaram na História, são eles: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e João Goulart/Jango.

No entanto, destacamos durante a pesquisa, principalmente, a constituição dos sujeitos e seus valores, suas lutas, suas visões do mundo. Nos idos do século XIX temos uma estrutura familiar patriarcal e a luta pela República no Brasil, e as perspectivas dos sujeitos históricos são abordadas por meio das personagens nas narrativas ficcionais.

Resgatamos, no decorrer deste trabalho, o entrecruzamento entre a Ficção e a História nas narrativas de Assis Brasil, buscando desvelar o possível diálogo que se pode estabelecer entre esses dois conceitos para problematizarmos a constituição de sujeitos que, inseridos no século XIX, até meados de 1964, debatem-

¹ Usamos o termo Ficção em letra maiúscula quando procuramos relacioná-la às questões de modo teórico, referindo às disciplinas de estudo. Nos demais casos, empregamos a palavra ficção em letra minúscula quando nos referimos à ficção como narrativa.

se entre a trajetória de vida que querem seguir e a constante instabilidade do mundo que é apresentada na História.

Além disso, é intento analisar nas narrativas a presença das personagens femininas que, apesar de conviverem em um ambiente extremamente patriarcal, participam implicitamente na construção social, política e econômica do Estado do Rio Grande do Sul e do país, na medida em que administram as estâncias dos maridos, principalmente durante as revoluções, bem como infringem algumas regras ditadas pela sociedade. São elas: Dona Plácida, chamada de A Genebrina (mãe do Dr. Olímpio), Condessa Charlotte (esposa de Olímpio), Selene (filha de Olímpio), Beatriz (cunhada de Olímpio) e Urânia (amante de Olímpio).

O trabalho apresenta-se em três grandes capítulos que são divididos em subitens para uma melhor exploração dos temas abordados na pesquisa. Os títulos dos capítulos estão atribuídos da seguinte forma: “Perspectivas teóricas para o estudo do romance *Um castelo no pampa*”, “Uma abordagem do período histórico no romance” e “A mulher e a sociedade patriarcal no Rio Grande do Sul”.

No primeiro capítulo, intitulado de “Perspectivas teóricas para o estudo do romance *Um castelo no pampa*” discutimos com base nos teóricos, como Bosi e Palmer, as questões sobre a hermenêutica, com relação ao seu papel em contribuir para a realização de interpretações das obras ficcionais a partir do conhecimento do leitor e da obra em si.

Temos também os conceitos e visões que os teóricos atribuem aos termos Ficção e História, bem como exploramos um curto resumo da série *Um castelo no pampa*, uma vez que por ser composta por três obras é relevante resumi-la por obra, a fim de que seja melhor contextualizada no presente trabalho.

Em “Uma abordagem do período histórico no romance”, abordamos os momentos históricos que transcorrem no tempo das narrativas ficcionais, de Assis Brasil. Assim, buscamos relatar os episódios da Proclamação da República, da Revolução Federalista (1893-1895) e da Revolução de 1923, pertencentes à História e procuramos relacioná-las com as narrativas de *Um castelo no pampa*.

Por fim, em “A mulher e a sociedade patriarcal no Rio Grande do Sul” interpretamos o papel das mulheres nas narrativas com a sociedade do final do século XIX e início do século XX. São estudadas as seguintes personagens: Dona Plácida, A Genebrina; a condessa Charlotte; Urânia, Nini; Dona Violante; Beatriz; Dona Cândida e Selene.

Vida e obra de Luiz Antonio de Assis Brasil

Luiz Antonio de Assis Brasil é um escritor sul-rio-grandense, nascido na cidade de Porto Alegre, em 21 de junho de 1945, no entanto, morou por um longo período da infância na cidade de Estrela, retornando com a família à capital do Rio Grande do Sul em 1957.

Em Porto Alegre, Assis Brasil terminou, em 1963, o Curso Clássico no Colégio Anchieta, que é administrado na época por padres jesuítas. Neste mesmo ano iniciou seus estudos no violoncelo.

No próximo ano, o escritor entrou para o exército brasileiro para cumprir o serviço militar obrigatório. Logo após, em 1965, ingressou na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para cursar Direito, graduando-se em 1970 e advogando por dois anos.

Posteriormente, em 1975, tornou-se professor da mesma instituição em que se formou e na qual permanece até os dias de hoje como docente.

Em relação à suas obras, lançou em 1976 *Um quarto de légua em quadro*, que foi o seu primeiro livro a ser publicado.

Em seguida, vieram às demais publicações das obras de Assis Brasil, como, *Bacia das Almas* (1981) e *Manhã Transfigurada* (1982), bem como demais obras nos anos seguintes, tais como: *As virtudes da casa* (1985); *O homem amoroso* (1986); *Cães da Província* (1987); *Videiras de cristal* (1990); *Perversas Famílias* (1992); *Pedra da Memória* (1993); *Os Senhores do Século* (1994); *Concerto campestre* (1997); *Anais da Província-Boi* (1997); *Breviário das terras do Brasil* (1997); *O pintor de retratos* (2001); *A margem imóvel do rio* (2003); *Música perdida* (2006); *Ensaíos íntimos e imperfeitos* (2008); *Figura na sombra* (2012); *O inverno e depois* (2016).

A interpretação das obras da série *Um castelo no pampa* deveu-se à relevância das narrativas em abordar grandes personagens históricas pertencentes ao contexto histórico do Rio Grande do Sul, por se tratar de um romance rico em detalhes da época do século XIX e início do século XX por meio das personagens fictícias e históricas.

Também influenciou na escolha do tema por ser uma série construída por um escritor sul-rio-grandense e, ainda, ser pouco analisada por estudiosos da área de Literatura.

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DO ROMANCE *UM CASTELO NO PAMPA*

Neste capítulo, tomamos como base as teorias que trabalham o tema de Literatura e História como forma de ampliação dos horizontes interpretativos para as narrativas de Assis Brasil, bem como as questões que envolvem o conceito de hermenêutica.

Entre os autores estudados estão os textos de Alfredo Bosi, Richard Palmer, Gérard Genette, Linda Hutcheon, Hayden White e Peter Burke.

1.1 A visão Hermenêutica

A hermenêutica vem sendo abordada por alguns pesquisadores como Bosi e Palmer. Segundo Bosi (2003, p. 462), a arte de interpretar está relacionada com a seguinte questão: “Ler é colher tudo quanto vem escrito. Mas interpretar é eleger (ex-legere: escolher), na messe das possibilidades semânticas, apenas aquelas que se movem no encaixo da questão crucial: o que o texto quer dizer?” Durante a interpretação, o sujeito escolhe uma possibilidade de interpretar determinada narrativa, no entanto, aquela interpretação pode sofrer alterações devido ao conhecimento de mundo que muda constantemente.

Bosi (2003, p. 462) argumenta que “Entre o querer-dizer e o texto ultimado há a distância que separa (e afinal, une) o evento aberto e a forma que o encerra.” O evento seria todo o acontecimento que é vivido pelo sujeito e que determina as produções textuais, relacionando-as com o tempo e o viés subjetivo da narrativa. Já a forma é um processo que se configura durante o momento da leitura na qual é realizada a interpretação.

Bosi (2003) ainda menciona que:

O ato de interpretar, enquanto mediador entre a forma e o evento, não quer submeter a escrita a uma “explicação” onipotente da sua gênese, pois essa atitude causalista acaba reduzindo e injustificando a dinâmica das conotações e das associações que o trabalho formal propicia ao poeta no momento inventivo do fazer literário. (BOSI, 2003, p. 466)

A forma e o evento enquanto mediadores da interpretação devem ser observados como uma possibilidade, entre outras, de explicação para a narrativa,

pois se for reduzida a somente uma única visão, produz uma compreensão restringida da construção inventiva do autor da obra literária.

Bosi (2003) argumenta que a perspectiva e o tom em relação ao texto são os mediadores na tarefa de interpretação que é o objetivo do intérprete. Sendo assim:

São a perspectiva e o tom que unificam a leitura de modo compreensível. É o conhecimento de ambos que impede a atomização pela qual certas análises mecânicas nos fazem perder a visão da floresta contando as nervuras das folhas. É o exame de ambos que matiza aquelas reduções violentas que se fecham na explicação causal. (BOSI, 2003, p. 467)

A perspectiva e o tom realçam a visão do intérprete no momento de interpretação e tornam-na mais compreensível no que se refere às análises, ampliam as probabilidades de visões diante da leitura de uma obra literária. Segundo Bosi (2003, p. 470), “A análise literária é uma leitura de expressões, e não um recorte de segmentos materiais, ela não pode separar-se do trabalho da interpretação.”

Durante o processo de compreensão da Literatura, Bosi (2003) destaca o seguinte:

A *compreensão*, à medida que se debruça sobre o fenômeno simbólico, não se contenta com um discurso monolítico. Postula o princípio de que a forma verbal do signo é aparente, mas não transparente. E o símbolo ao mesmo tempo exprime e supõe, revela e oculta; explicita, mas traz implícito um processo subjetivo e histórico que o funda e o ultrapassa [...] Compreender um fenômeno é tomar conhecimento dos seus “perfis” (termo caro a Husserl), que são múltiplos, às vezes opostos, e não podem ser substituídos por dados exteriores ao fenômeno tal como este se nos dá. (BOSI, 2003, p. 475)

A hermenêutica tem como necessária a tarefa de compreender textos. Na visão de Palmer (2011, p. 20), “a interpretação é, portanto, talvez o acto essencial do pensamento humano; na verdade, o próprio facto de existir pode ser considerado como um processo constante de interpretação.” A compreensão de textos é a forma de relacionar as ideias do pensamento do sujeito com os diversos processos de interpretação que ele construiu ao longo da existência.

Sob o viés da Literatura, Palmer (2011) argumenta com relação à compreensão da narrativa:

Uma obra literária não é um objecto que compreendemos através da conceptualização ou da análise; é uma voz que devemos ouvir, e “ouvindo-a” (mais do que vendo-a) compreendemo-la [...] A compreensão é simultaneamente um fenómeno epistemológico e ontológico. A compreensão literária tem que se enraizar em modos de compreensão mais latos e primordiais que têm a ver com o nosso próprio ser-no-mundo. Portanto, compreender uma obra literária não é uma espécie de conhecimento científico que foge da existência para um mundo de conceitos; é um encontro histórico que apela para a experiência pessoal de quem está no mundo. (PALMER, 2011, p. 21)

A arte literária deve ser compreendida por meio da experiência do sujeito que está em constante relação com o mundo, pois tem o poder de compreender o texto conforme o conhecimento de mundo que construiu durante o processo de interação com o meio social com o qual se relaciona constantemente.

Segundo Palmer (2011, p. 23), “As raízes da palavra hermenêutica residem no verbo grego *hermeneuein*, usualmente traduzido por “interpretar”, e no substantivo *hermeneia*, “interpretação.” O verbo *hermeneuein* e o substantivo *hermeneia* remetem ao deus Hermes que tem como função trazer uma mensagem do destino.

A forma de interpretação segundo Palmer (2011) está relacionada com a visão de Hermes da seguinte maneira:

Este processo de “tornar compreensível”, associado a Hermes enquanto ele é mediador e portador de uma mensagem, está implícito nas três vertentes básicas patentes no significado de *hermeneuein* e *hermeneia*, no seu antigo uso. As três orientações, usando a forma verbal (*hermêneuein*) para fins explicativos, significam: 1) exprimir em voz alta, ou seja, “dizer”; 2) explicar, como quando se explica uma situação, e 3) traduzir, como na tradução de uma língua estrangeira. (PALMER, 2011, p. 24)

Ainda, segundo o autor (2011, p. 34-35), “A interpretação explicativa torna-nos conscientes de que a explicação é contextual, é “horizontal”, (*horizontal*). Deve processar-se dentro de um horizonte de significados e intenções já aceites.” A narrativa literária contém dentro de si um contexto que o leitor terá que decifrar de acordo com um conhecimento prévio, sendo que se não existir essa forma de conhecimento é quase impossível explicar ou compreender.

Além disso, Palmer (2011) argumenta o seguinte:

Para que o intérprete faça uma “performance” do texto tem que o compreender; tem que previamente compreender o assunto e a situação antes de entrar no horizonte do seu significado. Só quando consegue meter-se no círculo mágico do seu horizonte é que o intérprete consegue

compreender o seu significado. Esse é o tal misterioso “círculo hermenêutico” sem o qual o sentido do texto não pode emergir. (PALMER, 2011, p. 35)

A interpretação como “dizer” une-se ao caráter explicativo no momento da compreensão do texto no qual o leitor conhece previamente o assunto e a situação para adentrar no contexto textual e enfim construir sentido para uma determinada narrativa literária que tem o poder de remeter a vários significados.

Por fim, a interpretação seguindo o significado de traduzir é o momento em que um texto é traduzido para outra língua que não é a do escritor. No entanto, há o contraste de perspectivas e horizontes durante o andamento de compreensão do texto, pois segundo Palmer (2011, p. 37) “O tradutor é um mediador entre dois mundos diferentes.” Existem dois mundos durante a construção da interpretação: o do leitor e o do texto, portanto, deve ocorrer a tradução do mundo de um para o outro.

Neste estudo, buscamos verificar o posicionamento hermenêutico para compreender não só as narrativas literárias de Assis Brasil, mas também o contexto histórico a que remetem. A partir da interpretação dos textos literários, procuramos abranger também os papéis sociais de homens e mulheres que apesar de pertencerem ao passado, podem constituir indicativos que explicariam atitudes e valores ainda presentes na sociedade do Rio Grande do Sul.

1.2 Entre a Literatura e a História

A relação entre Ficção e História é um assunto que vem sendo abordado desde a Antiguidade até nossos dias. De um modo geral, narrar os fatos ocorridos na vida dos povos, abordando questões que envolvem acontecimentos, ações, a partir de métodos científicos que permitem elaborá-los e transmiti-los, designa o objetivo da História.

Nos séculos XV e XVI, o conhecimento histórico desenvolvia-se com a busca de fontes orais, como dizia o grego Heródoto: “Desejoso de saber, interrogo.”² Essa interrogação para a reconstrução do passado era feita por meio da memória dos indivíduos. Essa memória, muitas vezes, trazia a influência do contexto social

² MEMÓRIA é matéria prima do trabalho do historiador. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/memoria/04.shtml. Acesso em: 20 jun. 2006.

pertencente ao interrogado e seus diferentes valores tornavam-se presentes nos relatos, ou seja, os fatos testemunhados sofriam alterações dependendo da visão particular do narrador. Por isso, no século XVIII, essa fonte de pesquisa passou a ser questionada e, de certa forma, anulada, pois tais variações da memória tornavam pouco confiáveis os resultados da abordagem histórica. Até então, não havia uma distinção efetiva entre o que se entendia por História e o que pertencia ao âmbito da criação, da “poesia”.

Burke (1997, p. 111), no entanto, menciona o seguinte: “a fronteira entre os gêneros começou a se fechar na metade do século XVIII, ou, para variar a metáfora, houve uma divergência ou um ‘divórcio’ entre ficção e História.” A História constituiu-se, assim, em uma ciência a ser examinada por meio de documentos escritos, buscando atestar sua veracidade.

Na atualidade, porém, esse ponto de vista vem sendo questionado e as fontes ancoradas na oralidade, que ressaltam de certa forma a memória, ou seja, são novamente utilizadas já que, segundo alguns historiadores, estão impregnadas de reflexões críticas sobre o passado e, por isso, permitem relevantes conclusões sobre acontecimentos antes desconhecidos. Isso, contudo, não diminui a importância das pesquisas em textos e os registros da oralidade são apenas mais um recurso metodológico para os estudos históricos.

Além disso, Burke (2011) ainda destaca que anteriormente o historiador seguia um Paradigma Tradicional em que sobressaía somente a visão política na realização da pesquisa da História, ou seja, muitos detalhes eram excluídos e somente sujeitos (normalmente do sexo masculino) eram exaltados pela visão da História como grandes heróis para a humanidade. No entanto, no decorrer do tempo com as perspectivas da Nova História, começou-se a ter interesse por todo o conhecimento que estivesse relacionado com o meio social, político e econômico da atividade humana.

Segundo Santos (1996, p.11), o termo História “significa uma alusão a fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, diferenciando-se, assim, da acepção de enredo, trama ou fábula, designada pela inicial minúscula.” A História tem compromisso com a veracidade dos fatos sendo que seu objetivo é descrever a vida social, política e econômica que ocorreu na vida dos povos. Ela vai além da exaltação somente da visão política dos fatos. O autor também argumenta:

O conhecimento humano distingue a História a partir do caráter narrativo com que ordena e estuda os fatos e assuntos transcorridos na vida dos povos. Logo, em sentido *lato*, todo romance possui uma feição historicista, uma vez que, em maior ou menor grau, capta o ambiente social do tempo em que se situam suas ações. (SANTOS, 1996, p. 72)

A História estuda e expõe em ordem os acontecimentos vividos pelo sujeito. Já o romance, a partir da construção da narrativa, mescla o ficcional e o histórico, pois as personagens fictícias são exploradas em um ambiente social, econômico e político definidos historicamente pelo homem. Além disso, na visão de Santos (1996, p. 11), enquanto narrativa ficcional, “deve-se entendê-la no sentido de romance, ou seja, como indicativo de relato de ações e sentimentos de personagens transpostos do mundo da vida para os planos da arte.”

Outro teórico que analisa o assunto é Lima (2006). Segundo esse autor a Ficção e a História estão mediadas da seguinte forma:

A formulação escolhida pelo historiador seria incontestável, admitindo no máximo as correções advindas de outros documentos. É evidente não ser nessa acepção que se fala na *alétheia* como princípio da escrita da história. Mas ela permanece seu princípio no sentido de que, embora sabedora de não a exaurir, embora possa reconhecer que a *Historie* não a esgota, a sua pretensão é dizer como em um tempo preciso, segundo a ótica do *lugar* que o historiador ocupa, instituições e ações se motivaram. Por aí sua diferença quanto à ficcionalidade decisiva. A verdade da história sempre mantém um lado escuro, não indagado. A ficção, suspendendo a indagação da verdade, se isenta de mentir. Mas não suspende sua indagação da verdade. Mas a verdade agora não se pode entender como “concordância”. A ficção procura a verdade de modo oblíquo, i.e., sem respeitar o que, para o historiador, se distingue como claro ou escuro. Procurar captá-la por um instrumental historiográfico pode ser um meio auxiliar de explicá-la. Mas tão só. Pretender que uma dispense uma outra é supor que alguma experiência antropológica fundamental seja capaz de dobrar seu papel. (LIMA, 2006, p. 155 – 156)

A ficção transfigura-se do mundo da vida real para um plano ficcional no qual o sujeito é narrado sob a perspectiva do narrador e suas visões diante do mundo. Segundo Barthes (2008, p. 19), “não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, e mesmo opostas.” Todo sujeito possui alguma narrativa mesmo que se diferencie daquela de outros povos. Uma narrativa que só pode ser construída com ações propostas pelo Homem.

Abordamos nos próximos subitens, os teóricos White, Hutcheon e Genette que também discutem o tema Ficção e História, bem como Bakhtin que desperta para o papel das vozes nas narrativas. É de suma relevância mencionar estes estudiosos, uma vez que contribuem para a formação de conceitos que norteiam este trabalho.

Os teóricos White e Hutcheon tratam do tema Ficção e História, das relações que são estabelecidas entre essas duas áreas, enquanto Genette e Bakhtin discutem a questão da ficção em si, de suas características, de sua constituição.

Bakhtin ainda traz em suas pesquisas o papel do dialogismo na construção da linguagem, que é estabelecida entre os usuários da língua seja na forma escrita ou na oralidade. O diálogo nas narrativas percorre as vozes dos narradores que são muitas vezes confrontadas e dialogadas entre si.

Destacamos as visões destes autores de forma genérica a fim de abordar somente a ideia principal de cada um deles no que se refere ao tema central desta pesquisa. Além disso, os teóricos White, Hutcheon, Genette e Bakhtin possuem um extenso trabalho sobre esse tema, fazendo com que delimitássemos as discussões que realizam diante do assunto.

Desse modo, abordamos os principais aspectos explorados pelos teóricos em torno do tema Ficção e História, bem como o papel das vozes dos narradores.

1.2.1 A visão do teórico Hayden White sobre Ficção e História

Outro teórico que discute a relação entre Ficção e História é Hayden White. Esse teórico diz o seguinte sobre a História no século XIX e XX:

A “história” era considerada um modo específico de existência, a “consciência histórica” um modo preciso de pensamento, e o “conhecimento histórico” um domínio autônomo no espectro das ciências humanas e físicas./No século XX, porém, as considerações em torno dessas questões se processam numa atmosfera um pouco menos autoconfiante e em presença de um receio de que talvez não haja possibilidade de lhes dar respostas definitivas. (WHITE, 1995, p. 17)

A História no século XX começou a ser questionada quanto a ser considerada definitiva, ou seja, anteriormente havia pouca possibilidade de ser alterada. No século XX, a História se torna menos confiável e existe a possibilidade de ser complementada/alterada com novas pesquisas e descobrimentos diante dos fatos.

Segundo White (1995, p. 22), “A diferença entre “história” e “ficção” reside no fato de que o historiador “acha” suas estórias, ao passo que o ficcionista “inventa” as suas. Essa concepção da tarefa do historiador, porém, obscurece o grau de “invenção” que também desempenha um papel nas operações do historiador.” A Ficção não tem compromisso com a veracidade dos fatos, mas além de inventar a narrativa, o narrador também “acha” suas estórias em parte no contexto social, político e econômico para dar vida a seus personagens fictícios; e o historiador também “inventa” e reconstrói a História a partir de novos questionamentos e reflexões, que são realizados, muitas vezes, com base em fontes documentadas.

Quanto aos níveis de conceptualização na obra histórica, White (1995, p. 21) a classifica em cinco níveis, que são: a crônica; a estória; o modo de elaboração de enredo; o modo de argumentação e o modo de implicação ideológica. Além disso, White (1995) ainda argumenta que a obra histórica representa uma tentativa de mediação entre o campo histórico, o registro histórico processado, outros relatos históricos e um público.

Para White (1995), o leitor está diante da crônica e da estória³:

quando um dado conjunto de eventos é posto num código de motivos; a crônica de eventos transforma-se num processo diacrônico *concluído*, a respeito do qual é possível então fazer perguntas como se estivesse lidando com uma *estrutura sincrônica* de relações. (WHITE, 1995, p. 21)

Já a elaboração do enredo utiliza uma sequência de eventos envoltos numa estória em que se revela uma narrativa de determinado tipo. White (1995) classifica-a em quatro modos: a estória romanesca, a tragédia, a comédia e a sátira. Ele caracteriza cada uma da seguinte forma:

A estória romanesca é fundamentalmente um drama de auto-identificação simbolizado pela aptidão do herói para transcender o mundo da experiência, vencê-lo e libertar-se dele no final – o tipo de drama associado à lenda do Graal ou a estória da ressurreição de Cristo na mitologia cristã. É um drama do triunfo do bem sobre o mal, da virtude sobre o vício, da luz sobre a treva [...] A sátira é o exato oposto desse drama romanesco da redenção; é de fato um drama da disjunção, drama dominado pelo temor de que o homem é essencialmente um cativo do mundo, e não seu senhor, e pelo reconhecimento de que, em última análise, a consciência e a vontade humanas são sempre inadequadas para a tarefa de sobrepujar em definitivo a força obscura da morte, que é o inimigo infatigável do homem. A comédia e a tragédia, porém, sugerem a possibilidade de libertação, ao menos parcial, da condição da Queda, e de alívio provisório do estado dividido em

³ White utiliza o termo estória para referir-se a narrativa.

que os homens se acham neste mundo. Mas essas vitórias provisórias são concebidas dissemelhantemente nos arquétipos míticos de que as estruturas de enredo da comédia e da tragédia são formas sublimadas. Na comédia, a esperança do temporário triunfo do homem sobre seu mundo é oferecida pela perspectiva de *reconciliações* ocasionais das forças em jogo nos mundos social e natural. Tais reconciliações são simbolizadas nas ocasiões festivas de que vale tradicionalmente o autor cômico para terminar seus relatos dramáticos de mudança e transformação. Na tragédia não há ocasiões festivas, salvo as falsas ou ilusórias; pelo contrário, há sugestões de estados de divisão entre os homens ainda mais terríveis do que aquele que incitou o trágico *agon* no início do drama. Todavia, a queda do protagonista e o abalo do mundo que ele habita ocorridos no final da peça trágica não são considerados ameaçadores para aqueles que sobrevivem à prova agônica. Para os espectadores da luta houve uma aquisição de conhecimento. E pensa-se que essa aquisição consiste na epifania da lei regedora da existência humana que a pugna vigorosa do protagonista contra o mundo produziu. (WHITE, 1995, p. 24)

A estória romanesca está interligada a um drama. Geralmente relacionada quando acontece a vitória do bem sobre o mal no qual o herói se transfigura para um mundo de experiência. A sátira é oposta à estória romanesca na qual o homem é exposto ao terror diante do mundo. Já a comédia e a tragédia são fontes de libertação para o sujeito. Na comédia prevalece a personagem cômica que sofre com as agruras da vida de forma que a esperança ainda persiste diante do meio social em que habita. Enfim, na tragédia não existem comemorações e acontece a queda do protagonista a partir de situações vivenciadas por ele.

O argumento discursivo é dividido pelos sociólogos como formista, organicista, mecanicista e contextualista. O formista, conforme White (1995, p. 31-32), é explorado quando uma explicação está formulada de acordo com um conjunto de objetos que já foi identificado e seus atributos de caráter genérico e específico foram marcados e suas etiquetas fixadas. Já o organicista descreve o campo histórico com base nos processos sintéticos. O mecanicismo “está disposto a ver os “atos” dos “agentes” que povoam o campo histórico como manifestações de “agências” extra-históricas que têm suas origens na “cena” dentro da qual se desenrola a “ação” descrita na narrativa.” Por fim, o contextualismo acontece quando os eventos podem ser explicados dentro de um contexto delimitado, pois se “ocorreram há de ser explicado pela revelação das relações específicas que têm com outros eventos que ocorrem em seu espaço histórico circundante [...]” (p. 32 - 33)

No entanto, conforme White (1995):

Entre os historiadores acadêmicos os modelos formista e contextualista tendem a predominar como principais candidatos à ortodoxia [...] Em suma, para os historiadores profissionais, formismo e contextualismo representam os limites da escolha entre as formas possíveis que uma explicação de tipo peculiarmente “histórico” deve tomar. (WHITE, 1995, p. 34 – 35)

Os historiadores possuem tendências de utilizar durante as pesquisas e explicações diante dos fatos os modelos que se referem aos formistas e contextualistas, pois estão relacionados com as possíveis explicações que o histórico pode e deve remeter.

White (1995) classifica as posições ideológicas básicas de anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo.

Os conservadores estão predispostos a imaginar a evolução histórica como um aperfeiçoamento progressivo da estrutura institucional vigente, estrutura que é a seus olhos uma “utopia”, isto é, a melhor forma de sociedade com que os homens podem “realisticamente” contar, ou a que podem legitimamente aspirar, por enquanto. Já os liberais imaginam um tempo futuro em que essa estrutura terá sido melhorada, mas projetam esse estado utópico num futuro remoto, de modo a desencorajar no presente qualquer tentativa de concretizá-lo precipitadamente, por meios “radicais”. Por outro lado, os radicais tendem a ver o estado utópico como iminente, o que incute neles o interesse por encontrar os meios revolucionários de realizar essa utopia agora. Finalmente os anarquistas inclinam-se a idealizar um passado remoto de inocência natural humana da qual os homens tombaram no estado “social” corrupto em que se encontram hoje. Por sua vez, projetam essa utopia sobre o que é efetivamente um plano não temporal, encarando-a como uma possibilidade de realização humana em qualquer tempo, bastando que os homens se apossessem do controle da humanidade essencial, seja por um ato de vontade, seja por um ato de consciência que destrua a crença socialmente estatuída na legitimidade da instituição social vigente. (WHITE, 1995, p. 39 - 40)

Percebemos abaixo, no organograma, os níveis de conceptualização na obra histórica, bem como as peculiaridades mencionadas pelo teórico White:



White (1995) cita ainda:

Um estilo historiográfico representa uma combinação particular de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Mas os diversos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica não podem ser indiscriminadamente combinados numa determinada obra. (WHITE, 1995, p. 43)

Uma obra vai ao encontro de determinados tipos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Não podendo ser explorados em sua totalidade em determinada obra.

Além disso, no que se refere à linguagem poética, White considera que na análise podem existir quatro tropos básicos, que são a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. Segundo a visão de White (1995):

Antes que o historiador possa aplicar os dados do campo histórico o aparato conceptual que usará para representá-lo e explicá-lo, cabe-lhe primeiro prefigurar o campo, isto é, constituir – lo como objeto de percepção mental. Esse ato poético é indistinguível do ato lingüístico em que o campo é preparado para a interpretação como um domínio de tipo particular. Em outras palavras, antes que um dado domínio possa ser interpretado, há de ser primeiro organizado como um território povoado por figuras discerníveis. As figuras, por sua vez, devem ser concebidas para ser classificáveis como ordens, classes, gêneros e espécies distintas de fenômenos. Além disso, cumpre concebê-las de modo que mantenham certos tipos de relações umas com as outras, cujas transformações constituirão o “problema” que será resolvido pelas “explicações” proporcionadas nos níveis de enredo e argumentação da narrativa. (WHITE, 1995, p. 44 – 45)

As figuras de linguagem se configuram para transformar o texto com uma visão poética. Isso contribui para alavancar os níveis de enredo, bem como a argumentação narrativa. As figuras despertam um olhar diferenciado no leitor diante da narração, de forma que o imaginário sobressai diante das palavras do narrador.

1.2.2 A visão da teórica Linda Hutcheon sobre Literatura e História

Hutcheon (1991) enfatiza que a escrita pós-moderna da Literatura e da História nos ensinou:

que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (“aplicações da imaginação modeladora e organizadora”). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão *nos acontecimentos*, mas *nos sistemas* que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes. Isso não é um “desonesto refúgio para escapar à verdade”, mas um reconhecimento

da função de produção de sentido dos construtos humanos. (HUTCHEON, 1991, p. 122)

Hutcheon (1991, p. 122) ainda diz que “O pós-moderno realiza dois movimentos simultâneos. Ele reinsere os contextos históricos como sendo significantes, e até determinantes, mas, ao fazê-lo, problematiza toda a noção de conhecimento histórico.”

Hutcheon (1991) tem como ênfase a metaficção historiográfica, que

refuta os métodos naturais, ou de senso comum, para distinguir entre o fato histórico e a ficção. Ela recusa a visão de que apenas a história tem uma pretensão à verdade, por meio do questionamento da base dessa pretensão na historiografia e por meio da afirmação de que tanto a história como a ficção são discursos, construtos humanos, sistemas de significação, e é a partir dessa identidade que as duas obtêm sua principal pretensão à verdade. Esse tipo de ficção pós-moderna também recusa a relegação do passado extratextual ao domínio da historiografia em nome da autonomia da arte (HUTCHEON, 1991, p. 127)

Desse modo, assim como a História, a ficção pretende mostrar uma verdade diante dos acontecimentos ocorridos no passado, visitando-os criticamente de forma que, por meio de um discurso, constrói visões de mundo possíveis para sua interpretação em qualquer tempo, tende a emitir também um conjunto de significados que são explorados a fim de provocar o sujeito diante do fato narrado.

Segundo a visão de Hutcheon (1991):

O romance pós-moderno [...] faz parte da postura pós-modernista de confrontar os paradoxos da representação fictícia/histórica, do particular/geral e do presente/passado. E, por si só, essa confrontação é contraditória, pois se recusa a recuperar ou desintegrar qualquer um dos lados da dicotomia, e mesmo assim está mais do que disposta a explorar os dois. (HUTCHEON, 1991, p. 142)

A Ficção e a História na atualidade se propõem a recuperar o passado criticamente, confrontando a História social, política e econômica dos diferentes povos do passado com o presente, de forma que seja representada e explorada na narrativa ficcional e enquanto contexto histórico da humanidade. Suas pretensões são despertar o sujeito para o real a fim de provocá-lo para as necessárias mudanças históricas. Hutcheon (1991, p. 147) também argumenta que “A ficção pós-moderna sugere que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é

– em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico.”

Conforme Hutcheon (1991, p. 156), “As metaficções historiográficas parecem privilegiar duas formas de narração, que problematizam toda a noção de subjetividade: os múltiplos pontos de vista ou um narrador declaradamente onipotente.” A narrativa ficcional pretende resgatar o universo histórico a fim de que o sujeito possa, a partir de seu conhecimento de mundo, refletir sobre – o que o texto quis dizer?

Finalizando, Hutcheon (1991) argumenta que os romances pós-modernos:

ensinam é que, em ambos os casos, no primeiro nível eles realmente se referem a outros textos: só conhecemos o passado (que de fato existiu) por meio de vestígios textualizados. A metaficção historiográfica problematiza a atividade da referência recusando-se a enquadrar o referente (como poderia fazer a superficção) ou a ter prazer com ele (como poderiam fazer os romances não-ficcionais) [...] A metaficção historiográfica demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história é discursivamente estruturada e, nesse processo, consegue ampliar o debate sobre as implicações ideológicas da conjunção foucaultiana entre poder e conhecimento – para os leitores e para a própria história como disciplina. (HUTCHEON, 1991, p. 157 - 158)

A narrativa ficcional remete a um contexto histórico delimitado, sendo que ela pretende representar um mundo possível, interligado ao verossímil. A História tende a ter uma estrutura que busca a veracidade dos acontecimentos, de forma que a verdade é seu principal objetivo. A ficção não pretende mentir para o leitor, mas provocá-lo diante dos fatos narrados. A arte literária provoca e instiga o leitor a questionar se de fato a História enquanto ciência é real ou pode ser desmistificada no presente.

1.2.3 A visão do teórico Gérard Genette sobre Ficção

Segundo Genette (2011), a narrativa é definida da seguinte maneira:

Definir positivamente a narrativa é acreditar, talvez perigosamente, na ideia ou no sentimento de que a narrativa é evidente, de que nada é mais natural do que contar uma história ou arrumar um conjunto de ações em um mito, um conto, uma epopeia, um romance. A evolução da literatura e a consciência literária terão tido, entre outras felizes consequências, a de chamar a atenção, bem ao contrário, sobre o aspecto singular, artificial e problemático do ato narrativo. (GENETTE, 2011, p. 265)

A narrativa tem a tendência de despertar os sentidos para reflexões que tendem a mexer com o sujeito no que se refere ao seu estar no mundo, ou seja, o que estava certo ontem, hoje pode ter influências de outros dizeres e falácias, sendo assim, a narrativa não tem um aspecto simples, mas composto de uma série de problemas que levam o indivíduo para outro mundo que pode ser possível.

Além disso, o narrador faz com que as palavras introduzam características que se comportam como narração de acontecimentos e com a descrição de detalhes do espaço em que se encontra a narrativa. Genette (2011) cita em relação à descrição e a narração o seguinte:

Toda narrativa comporta com efeito, embora intimamente misturadas e em proporções muito variáveis, de um lado representações de ações e de acontecimentos, que constituem a narração propriamente dita, e de outro lado, representações de objetos e personagens, que são o fato daquilo que se denomina hoje a descrição. A oposição entre a narração e descrição, além de acentuada pela tradição escolar, é um dos traços maiores de nossa consciência literária. (GENETTE, 2011, p. 272)

A narrativa comporta representações de acontecimentos como os históricos e sociais por meio da narração de fatos, e de outro lado tem-se a descrição que se dá no momento em que se representam personagens, descrevendo-os nas suas peculiaridades, fazendo com que desperte o sujeito para a compreensão nas entrelinhas sobre sua significação.

Ainda referente à descrição, Genette (2011) argumenta:

[...] a descrição é mais indispensável do que a narração, uma vez que é mais fácil descrever sem narrar do que narrar sem descrever (talvez porque os objetos podem existir sem movimento, mas não o movimento sem objetos) [...] a descrição poderia ser concebida independentemente da narração, mas de fato não se encontra por assim dizer nunca em estado livre; a narração, por sua vez, não pode existir sem descrição, mas esta dependência não a impede de representar constantemente o primeiro papel. (GENETTE, 2011, p. 273)

A descrição tende a ser mais simples que a narração, pois depende somente da existência do objeto para que se descrevam certos detalhes que chamam mais a atenção do outro enquanto que a narração depende da descrição para narrar intimamente os pormenores que rodeiam o espaço que se encontram as personagens.

Segundo Genette (2011) no que se refere à narração:

[...] liga-se a ações ou acontecimentos considerados como processos puros, e por isso mesmo acentua o aspecto temporal e dramático da narrativa; a descrição ao contrário, uma vez que se demora sobre objetos e seres considerados em sua simultaneidade, e encara os processos eles mesmos como espetáculos, parece suspender o curso do tempo e contribui para espalhar a narrativa no espaço. Estes dois tipos de discurso podem, portanto, aparecer como exprimindo duas atitudes antitéticas diante do mundo e da existência, uma mais ativa, a outra mais contemplativa e logo, segundo uma equivalência tradicional, mais “poética”. Mas do ponto de vista dos modos de representação, narrar um acontecimento e descrever um objeto são duas operações semelhantes, que põem em jogo os mesmos recursos da linguagem. (GENETTE, 2011, p. 275-276)

A narração está relacionada com os acontecimentos que se dão a partir de aspectos que estão interligados à descrição. Ambas necessitam dos recursos da linguagem a fim de terem significação para o sujeito.

Ainda segundo Genette (1972):

A literatura é realmente aquele campo plástico, aquele espaço curvo onde as relações mais inesperadas e os encontros mais paradoxais são, em cada instante, possíveis. As normas, a nossos olhos, mais universais de sua existência e de seu uso – como a ordem de sequência cronológica e a ligação de parentesco entre o autor e sua obra – são apenas formas relativas, entre muitas outras, de abordar-lhes o sentido. (GENETTE, 1972, p. 129)

O narrador da arte literária contribui para que ocorra a representação de um contexto social, político e econômico específico, detalhando os aspectos que remetem para um determinado período histórico. Desse modo, o narrador procura os detalhes da realidade social a fim de ilustrar na ficção a sua visão de mundo.

1.2.4 Mikhail Bakhtin: as vozes e o romance

Com relação ao romance, Bakhtin (1990) menciona:

O romance, tomado como um conjunto, caracteriza-se como um fenômeno pluriestilístico, plurilingue e plurivocal. O pesquisador depara-se nele com certas unidades estilísticas heterogêneas que repousam às vezes em planos lingüísticos diferentes e que estão submetidas a leis estilísticas distintas. (BAKHTIN, 1990, p. 73)

O romance traz dentro de si inúmeros estilos, conhecimentos e vozes que submergem na narrativa por meio do tempo e espaço que as personagens ocupam

e que trazem, a partir das vozes, informações e descrições que colaboram para a complexidade do universo ficcional.

Bakhtin (1990) ainda informa:

O discurso do autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance. Cada um deles admite uma variedade de vozes sociais e de diferentes ligações e correlações (sempre dialogizadas em maior ou menor grau). Estas ligações e correlações especiais entre as enunciações e as línguas (*paroles – langues*), este movimento do tema que passa através de línguas e discursos, a sua segmentação em filetes e gotas de plurilinguismo social, sua dialogização, enfim, eis a singularidade fundamental da estilística romanesca. (Bakhtin, 1990, p. 74-75)

O romance comporta várias unidades básicas de discursos que estão em completa relação com o meio social nos quais as personagens da narrativa estão inseridas. A ficção permite que seja abordado por meio das personagens um contexto social, histórico e econômico, delimitado a partir do tempo no qual se insere a narrativa. As vozes se multiplicam e se fragmentam através dos narradores.

1.3 A constituição das narrativas de Assis Brasil

Anteriormente à interpretação da série de Assis Brasil, é necessário apresentar um breve resumo do enredo, pois se trata de uma narrativa ficcional extensa. Abordamos resumidamente as três obras de forma separada, explorando o tempo e o espaço que vivem as personagens históricas e ficcionais nas narrativas.

Assis Brasil escreveu a série *Um castelo no pampa* entre 1992 e 1994; a primeira obra intitulada de *Perversas Famílias* foi publicada em 1992, *Pedra da Memória*, em 1993, e por fim, *Os Senhores do Século*, em 1994. Neste período, o autor estava lecionando a disciplina de Literatura Brasileira na Universidade de Açores, onde inclusive realizou seu pós-doutoramento sobre a obra do escritor José Martins Garcia.

A série de Assis Brasil resgata a trajetória de ascensão e decadência de uma família construída no pampa gaúcho, no qual a base econômica se dá inicialmente por meio do charque. Existe ainda uma grande influência da constituição da família no contexto político no que se refere ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil.

Além disso, as narrativas ficcionais são construídas entre a estância e a cidade de Pelotas. A maior parte da vida familiar acontece no Castelo que começa a ser construído na estância pelo patriarca João Felício Borges da Fonseca e Menezes e é finalizado por Olímpio, o Doutor, filho de João Felício.

A narração do romance ocorre entre a primeira, a segunda e a terceira pessoa, na qual algumas personagens narram ironicamente o contexto familiar. Entre eles estão o irmão de Olímpio, Astor, o filho bastardo; e seu neto (de Olímpio), Páris, filho de Selene.

As obras acabam não sendo de fácil compreensão por ser uma narrativa não linear, ou seja, repleta de *flashbacks*, o que faz com que o leitor tenha que montar um quebra-cabeça, tanto pela trajetória das narrativas, quanto pela quantidade imensa de personagens. No entanto, se transforma numa narrativa rica, pois retrata um longo trecho da História político-econômica da aristocracia sul-rio-grandense com personagens fictícias e reais na História.

Perversas Famílias (2010), primeira obra da série, aborda, inicialmente, a construção familiar do estancieiro João Felício Borges da Fonseca e Menezes, revelando a constituição do contexto político, social e econômico dos pampas do Rio Grande do Sul.

Primeiramente, o narrador descreve a estrutura do Castelo que foi construído com peças nacionais, mas também estrangeiras como os vidros belgas, bem como uma biblioteca com 25.000 obras e seus habitantes que seriam a família de Olímpio e seu irmão, o Bêbado, Astor. O narrador em terceira pessoa, onisciente, descreve os filhos de Olímpio que habitam o Castelo da seguinte maneira:

As *crianças* eram três, de idade tão díspares que pareciam primos: Aquiles, o Animal, o mais velho: quebrava ossos com o olhar e mal começava um – assim seria - interminável curso de Engenharia em Porto Alegre; Proteu, saindo de uma adolescência perdida e que certa vez gastou a tarde inteira olhando uma casca de ovo ser balançada pelo vento da primavera e por isso ficara famoso no Castelo: queria ser médico “parteiro”; Selene tinha tranças e naqueles domingos usava sapatos-boneca com um pequeno laço de cetim negro – tinha o perfil das efígies; mas vista de frente, e quando sorria, e quando a inclinação da luz sobre o rosto era favorável, e quando as pessoas estavam de bom humor, diziam-lhe ser uma menina “muito bonita”. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 9)

O narrador destaca os filhos do Dr. Olímpio, que, no decorrer da narrativa, seguirão trajetórias diferentes das que o pai desejava para eles, por ser um homem influente para a época. Aquiles abandona os estudos; Proteu segue na área da

Medicina, no entanto, escolhe o campo da obstetrícia, sendo ignorado pela sociedade por ser destinado às parteiras na época, ou seja, acaba não exercendo a profissão e Selene que se envolve com Hermes, um colega de Aquiles da área de Engenharia. A família não aceita o relacionamento com um rapaz rico, porém sem nome na sociedade da época. Selene se casa com Hermes, contrariando a vontade dos pais. Logo após, a personagem engravida e com o nascimento de Páris é abandonada por Hermes. Este se casa com outra mulher e vai morar em Bagé. O fim de Selene é a internação num sanatório fora do país.

A história familiar inicia nos idos do período da Revolução Farroupilha, ou seja, no século XIX, em que um estancieiro falido, Bento Maria, vende suas terras para João Felício Borges da Fonseca e Menezes que estava em grande ascensão econômica devido à charqueação. João Felício compra as terras de Bento Maria nos pampas gaúchos, cujo nome se torna São Felício, e um terreno em Pelotas, onde será construída a casa que será chamada pela sociedade pelotense de *O Solar dos Leões*.

A vida do estancieiro mescla entre a charqueação e a estância que o narrador descreve: “Da venda do charque tirava os lucros para a compra de mais gado destinado à estância; a estância, por sua vez, fornecia a carne necessária para salgar.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 38)

Com a riqueza já formada, João Felício precisava de uma esposa. Casa-se com a filha mais nova de um pelotense. Dona Plácida era recatada e sofria de ataques de dispneia, sendo chamada de A Genebrina por ter estudado por um período em Genebra, na Suíça, por isso é vista pela sociedade como muito culta.

Nesse contexto da vida entre a estância e Pelotas, João Felício decide construir um Castelo no pampa como um presente para a esposa. Pela construção de um Castelo, é visto por muitos como louco. Nesse tempo, nasce Olímpio, primeiro filho do casal, e a primeira palavra proferida pelo futuro doutor é descrita como “- Liberdade!” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 129), constrangendo a todos que viviam numa época em que prevalecia a escravatura.

Logo após, nasce o segundo filho do casal, Arquelau, que, segundo o narrador, tinha problemas com os estudos, “era a preocupação da família, com suas sucessivas repetições de ano.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 24)

Quanto à construção do Castelo, João Felício, não consegue terminá-lo, pois acaba adoecendo e, logo após, falecendo devido a um câncer. Com a morte de João

Felício, Dona Plácida permanece na casa em Pelotas com os filhos, o *Solar dos Leões*. Olímpio vai para São Paulo a fim de estudar Direito, tendo lá acesso aos ideais republicanos aos quais adere e os insere nas terras herdadas pelo pai com a libertação dos escravos. Implanta novidades como a plantação de milho nas suas terras. Também conservava a ideia de término do Castelo: “- Hei de fazer daquilo um castelo, sim, mas um castelo da Liberdade! E lá vou morar um dia. – E já começou a pensar na demolição da velha casa de Bento Maria, colonial e escravagista, antiquada e bárbara.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 28)

Dona Plácida se envolve com o professor particular de matemática de Arquelau, o uruguaio Félix Del Arroyo, enquanto Olímpio se envolve nas batalhas republicanas. Do relacionamento de Plácida e Félix nasce Astor, o filho bastardo, mais tarde intitulado de o Bêbado.

No entanto, Dona Plácida morre após o parto, e Olímpio afasta a criação de Astor da família, trazendo-o, após algum tempo, para casa por motivos políticos. A sociedade questionava por que Olímpio defendia os ideais republicanos, mas acabou por esconder o irmão bastardo.

Além disso, nesse período, Olímpio elege-se como único deputado republicano para a assembleia provincial.

No decorrer da defesa da República, juntamente com nomes históricos como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Cândio Barbosa, Olímpio decide por terminar o Castelo iniciado pelo pai e novamente é questionado pelos defensores da República pela construção de um Castelo, que é símbolo da Monarquia.

Um dos questionadores é o senador Silveira Martins, o *Rei do Rio Grande*, que o interroga quando Olímpio lhe diz que erguerá o Castelo. Nesse momento em que Silveira Martins visita sua casa durante a inauguração de uma via férrea nos pampas gaúchos:

- Tu? Um republicano? Construindo castelos?/ - Mas será o Castelo da Liberdade. Será a materialização de todos os meus ideais do meu partido. Aqui terão abrigo todos os que lutam por um mundo mais civilizado./ - Estás é achando desculpas para tua atração pela Monarquia, confessa, homem./ Olímpio está a ponto de – em pleno pampa, sob o céu desbotado da pátria! – está a ponto de desancar o Rei do Rio Grande. Mas apenas cerra os punhos: - A Monarquia? A Monarquia eu quero ver sepultada para sempre sob estes alicerces./ - Continuas o mesmo, Olímpio. Ainda bem que há uma Monarquia para assegurar-te essa liberdade de expressão, coisa que os positivistas terminariam logo que assumirem o poder. – O Senador não parece disposto a seguir adiante a discussão, convidando o Deputado para voltarem. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 279)

Olímpio é pressionado diversas vezes, pelos seus companheiros de ideais, quanto às suas atitudes e defesas morais, com resquícios monárquicos. Com as confusões no partido, Olímpio segue os conselhos de seu criado Raymond e viaja para a França. A Europa comemorava o Centenário da Revolução Francesa.

Na Europa, Olímpio conhece a Condessa Charlotte von Spiegel-Herb, a qual estava sofrendo uma crise financeira, no entanto, detinha o título de nobre. Olímpio decide casar com Charlotte e trazê-la para morar no Castelo construído no pampa gaúcho.

Durante a estadia de Olímpio na Europa, é Proclamada a República no Brasil, gerando revolta no deputado: “- Porra dum caralho, você nem sabe ler os jornais, fui traído! Proclamaram a República na minha ausência!” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 319)

No Brasil, Olímpio é ignorado pelos seus colegas e então decide ir para os pampas para terminar a construção do Castelo. Logo após, traz da Europa sua esposa para morar nos pampas e constituir sua família. Da relação entre Dr. Olímpio e Charlotte nascem Aquiles, o Animal; Proteu e Selene, a infeliz.

No Castelo além de morar a família de Olímpio reside também o irmão bastardo, Astor. Percebemos no decorrer da narrativa que o Castelo torna-se um espaço para “esconder” os transgressores das regras sociais ditadas pela sociedade. A contradição se dá no momento em que Olímpio inspira-se no ideal republicano e na liberdade do sujeito, no entanto, tranca em seu Castelo o irmão bastardo, Astor, e seu filho Proteu, que é discriminado por ter escolhido a profissão de “parteiro” e ter tendência homossexual.

Além disso, Arquelau, irmão de Olímpio, e sua esposa Beatriz moravam próximo ao Castelo, fazendo visitas seguidas ao casal e aos filhos.

Durante os estudos de Aquiles, nas Engenharias, Selene, intitulada no decorrer da narrativa de A Infeliz, acaba por se envolver com seu colega Hermes, que segundo o narrador era rico, pois sua família detinha uma fábrica de cofres, mas não tinha sobrenome. A família não aceita o relacionamento do casal, Olímpio chega a mencionar em certa ocasião de que grandes fortunas industriais poderiam decair de um momento a outro. Logo após, a família de Hermes sofre um grande abalo financeiro.

No entanto, Selene engravida e recebe o apoio e auxílio do irmão Proteu. Após o parto, Selene enlouquece, pois Hermes desiste da relação e se casa com outra mulher. Selene é internada num sanatório e lá permanece pelo resto da vida.

Páris, filho de Hermes e Selene, é levado para estudar no Colégio Anchieta em Porto Alegre de onde é expulso por ter colocado fogo numa lavanderia. Seu retorno para o Castelo se dá num momento no qual se vivia a política de Getúlio e o Dr. Olímpio havia sido convidado para participar: “Recusei o ministério. Já respondi ao Getúlio que não posso fazer parte de um governo que se encaminha para uma ditadura./ - Mas você já fez uma vez.../ Aquilo foi uma revolução popular, democrática, justificável. Agora, a Liberdade está ameaçada” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 57). Entretanto, após proferir essas palavras, Dr. Olímpio falece.

Novamente por decisão da avó, Charlotte, Páris é levado por Beatriz e Arquelau para uma escola em Bagé. Na escola se envolve com uma colega que acompanha no momento no qual a mesma pretende matar o pai. Novamente é expulso do colégio, retornando para o Castelo. Lá Beatriz, Arquelau e a Condessa decidem mantê-lo em Pelotas sob a tutela de Beatriz para terminar os estudos.

Durante esse período, Proteu acaba se suicidando, algo que é escondido e pouco comentado no Castelo. Num período em que Páris estava na Biblioteca do Castelo, ele encontra os espectros de seu avô, Olímpio, e de seu tio, Proteu no qual ouve o seguinte pensamento e diálogo:

Como os espectros sabem coisas! E como se revoltam por sofrerem...talvez tenham sido logrados, na esperança de encontrarem a paz no outro mundo. Proteu, esse, tinha os olhos cheio de lágrimas, e encurvava-se na poltrona, mirando as gotas de sangue dos sapatos./ “Essas grandes famílias...essas perversas famílias” – murmurou. – “Foi um peso carregar esse nome famoso”./ “Um peso para os fracos. Veja Páris. Ele saberá como se haver com o sobrenome, assim que começar a usá-lo.”/“Só espero que não acabe também um bêbado, ou um suicida”. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 177)

No diálogo ouvido por Páris, há a crítica por parte de Proteu por ter vivido naquele ambiente em torno do Castelo, bem como suportar o peso de possuir um sobrenome que mais provocou o mal para todos do que o bem de viver livremente, palavra tão almejada por Olímpio e pouco posta em prática durante a narrativa.

Temos nas obras *Pedra da Memória* e *Os Senhores do Século* a continuação da série *Um castelo no pampa*, em que as narrativas trazem os detalhes da vida familiar e política de Olímpio.

Em *Pedra da Memória* (2011) resgatam-se as idas e vindas das narrativas a partir de momentos vividos pelas personagens, bem como as vozes de Astor, irmão de Olímpio, e Páris, neto de Olímpio, com observações reveladas sobre a família.

A narrativa, de forma não linear, relata a volta de Olímpio da França, já noivo de uma austríaca e descreve os resultados da Proclamação da República no Brasil. Chegando ao Brasil encontra Rui Barbosa como novo Ministro da Fazenda, Júlio de Castilhos como secretário do governo provisório do Rio Grande do Sul e o Marechal Câmara, Visconde de Pelotas, como governador. Além disso, descobre que o *Rei do Rio Grande* foi destituído e preso com o fim do Império e numa visita que Quintino Bocaiúva se tornara o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Sendo ignorado pelos colegas, é orientado a retornar para o Rio Grande do Sul. Olímpio volta para os pampas a fim de finalizar o Castelo e aguardar a Condessa.

No decorrer do tempo, novamente, revoluções surgem no Rio Grande do Sul, no qual se estabelecem inconformidades diante da República, dividindo o Rio Grande entre republicanos e federalistas. Júlio de Castilhos aprova uma Constituição na Assembleia. Começa, então, no momento em que Silva Tavares – Joca Tavares, de Bagé, chamam os grandes estancieiros para a guerra.

Nesse contexto, os moradores do Castelo recebem a visita de Nicácio Fagundes e de seus homens que pretendem ir ao encontro do grupo de Joca Tavares. Dr. Olímpio tem dúvidas em recebê-los e segue os conselhos da esposa: “- Dar abrigo a esta gente é romper de vez com o Júlio. Por outro lado, é sua oportunidade de fazer um nome próprio./- E não tenho como resistir. Eles são uma centena” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 131). Olímpio recebe-os e dá abrigo.

Logo vem a crítica de Júlio de Castilhos por meio de um telegrama:

adverte o Doutor da improbidade de eventualmente acobertar facínoras; e dizendo mais: este gesto, se ocorrer, será o rompimento definitivo entre dois ex-companheiros de ideal. E que acobertar selvagens significa apoiar o *Rei do Rio Grande*, algo incompreensível. O telegrama termina com uma frase que a História ainda não legitimou: *Será que o amigo vg impressionado com o casamento aristocrático vg se passará para os monarquistas?* (ASSIS BRASIL, 2011, p. 134 – 135)

Com raiva, incentiva os revoltados a usarem o trem para chegar à Bagé. Eles conseguem entrar no trem e, após esse episódio, Olímpio consegue o cargo de embaixador em Viena, mesmo com a situação ocorrida durante a Revolução Federalista.

O fim da guerra se dá com a derrota dos federalistas e a assinatura de pacificação.

Com o tempo, Olímpio resolve retornar para o Brasil, na vinda decide trazer pardais de Viena, pois segundo Olímpio “Os pardais vienenses dão um chique à paisagem, um requinte... Sabe, tenho ideia de levar os pardais para o Rio Grande, para civilizar um pouco aqueles índios” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 172). No entanto, antes de retornar para os pampas, é incumbido de resolver as questões diplomáticas com a Inglaterra, devido à ocupação da Ilha de Trindade no Espírito Santo. Sendo assim, Charlotte segue para os pampas com a nova governanta trazida da Europa e com os pardais.

No ambiente social e familiar se dá a participação em eventos na cidade de Pelotas. Urânia, esposa de um antigo revolucionário de 1893, morto na guerra, é descrita como amante de Olímpio, que acaba por decidir os nomes dos filhos do Doutor:

“-Veja: você é Olímpio, em recordação do monte Olimpo, e meu nome é de uma das musas que amaram Apolo, o Deus da beleza. Se você tivesse filhos, eu gostaria que levassem nomes de deuses e heróis./ Por exemplo: um deles poderia ser Aquiles, o que foi flechado por Páris no calcanhar. O que acha? Páris...Aquiles...Proteu também é um nome bonito...Mas se viesse uma mulher?” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 215 – 216)

No dia seguinte, ele vai ao encontro da amante novamente após um baile, recebendo-o Urânia diz: “- Na passagem do ano, eu olhava a lua e pensei também no nome de Selene. O que acha?/-Eu te prometo: haverá Aquiles, Proteu, Selene, Páris e outros mais. E minha palavra é uma só. Você verá.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 218)

Nascem os filhos de Olímpio: Aquiles, Proteu e Selene. Suas histórias são narradas nas três obras da série, bem como a história do neto, Páris.

Numa conversa entre Beatriz (cunhada de Olímpio) e Páris, a mesma descreve as mulheres da família como infelizes:

Como Beatriz não se considerava da família, disse-me que eu tinha razão no que afirmara havia tempos: todas as mulheres da família eram umas infelizes. “Mesmo minha avó Condessa?” –“Sim, mesmo sua avó, lá velhinha no Castelo, doente. Depois que os alemães perderam a guerra, ela não sai mais da Biblioteca. Não a visito há muito. E ela nem compareceu ao enterro do cunhado. Não é isso infelicidade?” Beatriz, porque tocara na figura de Arquelau, voltou rápida às palavras cruzadas. “E os homens, Beatriz?” – “Os homens... no Castelo só resta o Astor. Outro infeliz.”(...) – “Então são todos infelizes, homens e mulheres da família, quem sabe eu também herdei essa maldição.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 231 – 232)

Na trajetória da vida no Castelo, Páris torna-se o único dono com a divisão dos bens com Aquiles, sendo que Arquelau e Charlotte já haviam morrido e Selene seguia internada. Ficam no Castelo, Páris, Beatriz e Astor, cuja trajetória no pampa gaúcho, como na Europa das três personagens citadas, será descrita na terceira obra da série, *Os senhores do século*.

Temos também na segunda obra da série, *Um castelo no pampa*, as narrações de Astor, Proteu e Páris em que ambos dizem que não possuem nada de relevante para contar, uma vez que viveram uma vida de insignificância. Na voz de Proteu, “Vejo-me em muitas eras, eu que não tenho história. Vejo-me no Castelo, aos cinco anos, frente ao espelho, minha roupinha azul de marinheiro (...)” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 20); e de Astor em que ressalta:

Então querem que eu conte a história da minha vida? Posso contar, agora que ficamos só nós três no Castelo. Minha vida é uma besteira, vou avisando. Agora... se querem mesmo, eu conto. Mas imponho condições: devem providenciar bastante vinho e devem permitir que eu traga minha vitrola para fundo musical. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 30)

Por fim, Páris revela que fora abandonado pela família: “E eu, Páris, milionário e autor de quatro mortes, o filho de Selene e Hermes, fui recambiado por meus tios Arquelau e Beatriz às amarelas paredes do colégio jesuítico em Porto Alegre.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 106)

Astor, Páris e Proteu incluídos no Castelo, mas excluídos da vida social da família, sofrem ao serem rejeitados e narram as relações familiares nas quais Astor embasa sua vida por meio da música *The man I Love*; Proteu comete o suicídio, como já narrado em *Perversas Famílias*, e Páris revela-se rico e responsável pelas mortes de Olímpio, de Proteu, do pai de uma colega em Bagé e, por fim, de seu próprio pai Hermes, apenas porque estava presente em todos os momentos que ocorreram as mortes.

Além disso, o narrador descreve a trajetória dos empregados do Castelo em que se sobressai a copeira, o jardineiro, a governanta e a ama.

Na história da copeira Antônia Guedes, que foi instruída por uma família a servir bem, em certo jantar a Condessa Charlotte a conhece e convida-a para trabalhar no Castelo, gerando incômodo na senhora que proporcionou o ensinamento à Antônia. A copeira é cedida para a família de Olímpio e morre depois de muito tempo, somente servindo os jantares.

A cozinheira Zulmira Pacheco passou por inúmeros ambientes como um cabaré e um hotel para aprender a realizar uma boa refeição, finalizando sua profissão e vida no Castelo.

O jardineiro Jones, criado em Bagé e ex-funcionário de Joca Tavares, começa a realizar atividades de jardinagem como podar pitangueira e arbustos da praça, sendo que com o tempo começou a plantar diversos tipos de flores, motivando a criação do cargo de jardineiro para ele na prefeitura. Num evento a cidade recebe grandes políticos, dentre eles, Olímpio e Charlotte, que acabam convidando-o para cuidar do jardim do Castelo e parte para o pampa onde vive até morrer de tétano por um prego que furou-lhe o pé.

A governanta Christine Hofheimer cresceu em Viena e viveu em um convento. Numa visita da Condessa Charlotte e de Olímpio, já embaixador do Brasil, no convento para buscar uma governanta para o Castelo, decidem por levá-la após Christine se oferecer para o cargo. No segundo dia em que se encontrava no Castelo acaba sendo picada por uma cobra coral e morre.

A ama Francisca Amada que foi resgatada na Praça da Matriz na qual se encontravam Charlotte, Dr. Olímpio e Selene. Despertando a atenção de Selene, as meninas acabam iniciando uma conversa, fazendo com que Charlotte pedisse a autorização da família para a menina trabalhar no Castelo, a fim de fazer companhia para Selene. Francisca parte para os pampas.

Seguindo a série, a última *Os Senhores do Século* (1994) retornam as questões políticas brasileiras e do Rio Grande do Sul, bem como às narrativas dos integrantes da família do Dr. Olímpio.

No início da narrativa, contextualiza-se o fim da Revolução de 1923 com a assinatura do Tratado de Paz de Pedras Altas, no Castelo de Olímpio, com a presença de Setembrino Carvalho, Câncio Barbosa, Zeca Neto, Honório Lemes, entre outros. Há ainda um encontro com o Bispo em Pelotas em que faz perguntas sobre os filhos, em especial Proteu: “- Bons filhos... uma dádiva de Deus.” ; “- Antes dádiva da sólida educação moral e científica que lhes damos no Castelo” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 12). Como era dia de festa, o Bispo não se atreveu a dar uma resposta, somente sorriu.

Nesse período, acontece a indicação de Getúlio Vargas como candidato do PRR para ocupação no cargo do governo do Estado. Teve apoio de coronéis que estavam falidos com a última revolução, dessa forma, havia interesse de

recuperação nas finanças. Durante o apoio, Getúlio é bem claro: “Mas podem ter certeza de que, uma vez empossado na Presidência do Estado, saberei compensar a ambas as partes pelos imensos prejuízos.” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 24)

Durante o planejamento para eleger Getúlio, Olímpio questiona Getúlio sobre se existiria a possibilidade de somente ele e Getúlio poderem alterar as coisas e recebe como resposta: “- Somos os senhores do século, Olímpio” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 21). Termo que dá o título da obra de Assis: *Os Senhores do Século*.

Enfim, Getúlio ganha as eleições com a contribuição de Olímpio.

Logo após, inicia a Revolução de 1930, “porque tramam mesmo implodir a antiga ordem de Washington Luís, notabilizada pelo clientelismo, pela inoperância e, no dizer do Doutor, pela mais “crassa vergonheira política” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 107). Unem-se para a revolução nomes como de Osvaldo Aranha, Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Batista Luzardo, Getúlio Vargas e o protagonista Dr. Olímpio. O narrador ressalta: “E apenas começavam os vinte e quatro anos de seu domínio sobre o cenário político do País.” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 116)

Getúlio ganha o poder e Dr. Olímpio recebe o cargo de Ministro.

Nesse período, Olímpio começa a ter problemas no coração e quem acaba por cuidar das dificuldades de família é Beatriz, que trata dos assuntos referentes à Páris e a Selene.

Por orientação de amigos, Olímpio parte com seu médico para Buenos Aires à procura de tratamento para seu problema de coração. Durante sua estadia em Buenos Aires, recebe uma carta de Câncio Barbosa que comunica o falecimento de Urânia. Chegando à Pelotas, Olímpio trata de visitar o túmulo de Urânia, a fim de se despedir.

Logo após, é convidado para ocupar o Ministério da Justiça, no entanto, não aceita, pois “nessas circunstâncias políticas em que a Liberdade é destruída por decreto?” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 379)

Na estadia em Pelotas, recebe a visita de Beatriz que traz os detalhes da situação de Páris, que havia colocado fogo na lavanderia. Na primeira obra da série, é revelado que Páris vai para o Castelo. A conversa é delicada e Olímpio decide conversar mesmo na escuridão da sala. Quando Beatriz questiona sobre Zurich, cidade em que se encontra Selene, recebe a resposta: “- Ficaré para a outra vida. Não tenho idade nem coragem para enfrentar mais nada” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 383). Nesse momento, passa o luzir do farol de um automóvel e Beatriz nota que os

olhos do cunhado estão brilhando em lágrimas. Dessa forma, as decisões frente à vida de Selene são resolvidas por Beatriz, bem como a de Páris no futuro.

Uns dias depois, Olímpio parte para o Castelo onde falece por um ataque cardíaco no momento em que chega à estância.

Quanto à trajetória familiar, a narrativa descreve a vida da Menina Nini, que seria no futuro a amante de Olímpio: a Urânia. A menina Nini era filha de Basileu Martins, um estancieiro com grande quantidade de terras, sendo casado com D. Cândida que todos odiavam. Numa ida à Pelotas com o pai, Nini acaba conhecendo a amante de seu pai, Violante. Num relacionamento maternal, Nini é agradada e mimada por Violante, que a visita mesmo após a morte do pai. No retorno para casa, Nini pede ao pai o cumprimento da promessa de que conheceria o início da construção do Castelo que estava sendo implantado no pampa por João Felício, sendo que naquele período o idealizador recém havia falecido.

Com o tempo, Nini cresce e se casa com Isidoro de Freitas. No início da Revolução de 1893, Isidoro de Freitas estava em Pelotas e participou da guerra. Durante esse tempo, Nini recebe a visita do Dr. Olímpio que veio se despedir, pois estaria indo para Viena, onde se tornaria embaixador. A partir desse momento, Nini começa a se interessar por Olímpio.

Isidoro de Freitas é morto na guerra e Nini fica viúva. Nini decide ir morar em Pelotas e conquistar seu amor – Dr. Olímpio. Nisso, recebe um convite para jantar na casa de Olímpio e Charlotte, em que a condessa já conhecia os interesses de Nini pelo seu marido. Com insistência da esposa, Olímpio leva Nini para casa após o jantar e lá fica até às cinco horas da manhã. A residência de Nini, Urânia, passou a ser chamada de *Eterno Amor*.

Olímpio, quanto às escolhas da filha, revela o motivo de não aceitar Hermes como genro: “ainda mais esses adventícios da indústria” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 25). Numa conversa com Câncio Barbosa: “- Fábrica de cofres deve dar muito dinheiro. Mas fortunas, assim como se fazem de um dia para o outro, também se desfazem. Às vezes basta a simples palavra de alguém influente, dita à autoridade certa” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 71). A ideia de Olímpio assusta Câncio Barbosa, uma vez que a tonalidade da conversa daria a entender que o mesmo prejudicaria a família do futuro genro, mas recebe como resposta: “-Nunca. Ela tem o Castelo, esse remanso acolhedor, que poderá recebê-la de volta. Já não tenho Astor comigo?” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 71)

Olímpio tenta mudar a trajetória dos filhos, tornando-os presos no Castelo. Faz não somente com Astor (irmão), como com o filho Proteu.

Com o decorrer do tempo, Páris torna-se dono do Castelo e passa pelas atribuições históricas, como a visita do DOPS e, numa viagem para o Rio de Janeiro, ocorre o suicídio de Getúlio Vargas em que o narrador descreve da seguinte forma: “Getúlio Vargas, como se sabe, morreu picado por um enxame de abelhas que cultivava nos jardins do Palácio do Catete, no exato momento em que, provido de um véu de gaze, ia retirar-lhes o mel. Ensinamento: governantes brasileiros não devem dedicar-se à apicultura” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 183). Desse modo, de forma irônica, o narrador demonstra a situação vivida pelo país.

Logo após, vão à Portugal por insistência de Astor para rever um grande amor do passado. Em Portugal ocorria à ditadura Salazarista. Num café acabam sendo presos, pois o isqueiro de Beatriz não possui o selo exigido pelo governo. As personagens sofrem as agruras da ditadura no exterior. Foram soltos e seguiam sendo perseguidos por militares. Quando foram ao teatro, encontram Cecília, antigo amor de Astor no passado. Queria um dia ser cantora, mas conseguiu somente o cargo de faxineira. No entanto, todos foram expulsos do teatro pelos porteiros, uma vez que Astor começa a chorar. Foram perseguidos e expulsos do país por meio da deportação para Zurich.

Num dia Beatriz sai pela cidade e Páris vai à sua procura. Páris encontra Beatriz numa escadaria de uma grande casa que seria o sanatório onde vivia Selene. Quando Páris chegou perto da mãe, observou: “Parecia dormir, mas quando cheguei mais perto vi que ela estava com os olhos abertos para o céu. “Há anos assim”, murmurou-me Beatriz junto ao ouvido. Eu quis aproximar-me ainda mais, mas Beatriz segurou-me o braço com ternura, “deixe-a, ela é feliz”.” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 288)

Astor finge passar mal no avião no retorno para o país e decide ficar em Lisboa para lutar pelo seu amor por Cecília, sendo que “foi a última vez que o vimos.” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 329)

No retorno para o Castelo, ocorre à deposição de Jango, que estava na presidência do país, e sua fuga se dá para o Castelo onde procurava asilo provisório e se recolheria à sua estância no Uruguai. Entram os militares no poder.

Nesse contexto, os militares invadem e prendem todos que estão no Castelo, como o narrador diz: “fomos todos presos, como se sabe, e meu Castelo está confiscado pelo governo.” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 338)

2 UMA ABORDAGEM DO PERÍODO HISTÓRICO CONTEMPLADO NO ROMANCE

O Estado do Rio Grande do Sul sempre foi um território do Brasil onde ocorreu uma série de conflitos de ordem econômica ou política. Normalmente, o principal fator pelo alto índice de conflitos seria por fazer fronteira com outros países (Argentina e Uruguai) e também devido às disparidades de auxílio econômico e político, enfrentado pelos Estados do sul do país em relação aos Estados situados no centro do poder.

Além disso, o Estado do Rio Grande do Sul sofria/e inclusive distinções entre as regiões dentro do próprio Estado, pois a parte sul do RS foi no passado e, ainda hoje, sofre com o esquecimento do Governo do Estado em termos de investimento na parte econômica.

Assis Brasil resgata, na série *Um castelo no pampa*, revoluções que fizeram parte da História do Rio Grande do Sul. Dentre elas, destacamos, nesse capítulo, as influências e processos sofridos pelo Estado do sul do país frente à Proclamação da República, bem como as revoluções que marcaram o final do século XIX e início do século XX: Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923.

Ambas as revoluções tiveram o envolvimento de questões econômicas e políticas, pois foi nesse período que sofreu um maior esquecimento e foi relegado em relação a outras regiões do país.

Neste capítulo, buscamos interpretar como os fatos históricos influenciaram na vida das personagens da série *Um castelo no pampa*, bem como as próprias personagens inseriram-se nos conflitos como a Revolução Federalista e a Revolução de 1923. Destacamos, primeiramente, o momento da Proclamação da República no país como também os acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul durante essa trajetória histórica. Logo após, analisamos as personagens históricas envolvidas e o papel destas personagens na série de Assis Brasil.

Discutimos também as influências do positivismo e do liberalismo nas lutas políticas e econômicas ocorridas no Rio Grande do Sul, bem como as ideias defendidas pelas personagens históricas, abordadas na série para desvendar os principais fatores que desencadearam a Revolução Federalista e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul.

Por fim, ainda na segunda parte, apresentamos a interpretação do romance de Assis que resgata os fatos e as personagens históricas nas narrativas, sendo que o Castelo é palco também de uma série de insurgências ocorridas durante o período histórico abordado. Observamos que a visão histórica coincide com os diversos pontos de vista dos narradores de Assis Brasil.

2.1 A Proclamação da República

Anteriormente ao processo da Proclamação da República em 1889, ocorreu por parte do II Império o favorecimento da aristocracia da cafeicultura no centro de poder do país. Por isso, persistiam as desigualdades regionais, sendo o Rio Grande do Sul uma das regiões onde havia maiores discriminações em relação ao centro, no que se refere à produção econômica.

O II Império se impôs por meio da união que realizou com a classe dominante. Nessa relação entre Império e elite prevalecia um processo político/partidário e o voto censitário, excluindo assim o povo das riquezas econômicas do país. Esses fatos geraram um descontentamento por parte das regiões que sofriam com a subordinação política do centro de poder sobre o sul.

Pesavento (1997) destaca os seguintes questionamentos da classe dominante do Rio Grande Sul, referente às desigualdades regionais:

A parcela de classe dominante que se encontrava descontente visualizava a questão da dependência através da subordinação política do centro sobre o sul e da pouca autonomia que o Rio Grande detinha para resolver seus problemas. Na esfera econômica, considerava ser o principal entrave ao desenvolvimento da economia rio-grandense a questão dos transportes: um precário e oneroso sistema ferroviário, uma barra obstruída, que dificultava o acesso dos navios de grande calado, e a ausência de um porto. No plano de ação, sua conduta se orientava para a crítica das instituições monárquicas do país. Na província, o Partido Liberal apresentava-se como incapaz para resolver os problemas que afligiam a economia gaúcha. (PESAVENTO, 1997, p. 65-66)

O descontentamento não se dava somente em nível da relação com o centro, mas também com a própria política aplicada no Rio Grande do Sul para resolver os problemas que se referiam à economia. Foi das disparidades aplicadas do centro para com o sul, através da valorização do café e com a incapacidade do governo provincial em defender a economia gaúcha, que iniciou as ideias antimonarquistas. Segundo Maestri:

As principais lideranças antimonarquistas foram jovens bacharéis em direito, filhos de famílias ricas e remediadas, chegados sobretudo da escola de direito de São Paulo, o que modificou o conteúdo da pregação republicana em sentido autoritário. Os jovens republicanos sul-rio-grandenses aderiram ao positivismo comtiano, que se tornou a ideologia oficial do partido [...] Nos anos 1860, a doutrina comtiana atraiu estudantes filhos de famílias proprietárias, com sua proposta de modernização conservadora através de ditadura republicana científica. (MAESTRI, 2010, p. 223)

Os jovens estudantes de Direito vindos de São Paulo com as ideias positivistas de Augusto Comte, começam a se organizar para instituir a doutrina de Comte, no entanto, tendo uma visão conservadora, uma vez que os mesmos tinham sua origem nas famílias proprietárias de terras, fazendo com que não contrariassem na totalidade suas raízes pastoris. Com as discussões das ideias de Comte, os republicanos conseguiram eleger dois vereadores em 1880.

Além disso, fundaram em 1880 o Clube 20 de Setembro, no qual o nome foi dado no intuito de celebrar a data que se refere ao republicanismo no sul, ou seja, 20 de setembro é a data de início da Revolução Farroupilha em 1835.

Segundo Maestri (2010) o Clube 20 de Setembro foi fundado por estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo: Alcides Lima, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, entre outros. Sobre esse período, Maestri ainda argumenta:

Sob encomenda da associação, em 1882, Alcides Lima publicou uma *História popular do Rio Grande do Sul* e Joaquim Francisco de Assis Brasil, uma *História da República rio-grandense*. No ano anterior, Assis Brasil publicara, aos 24 anos, *A República federal*, defendendo a República presidencial federalista [...] Os dois trabalhos propunham a autonomia econômica e política do Rio grande do Sul, expressando o projeto autárquico republicano sulino, e enfatizavam as raízes e vocação pastoril da província. Nesse sentido, repetiam o abecedário liberal-pastoril, do qual os novos republicanos se afastavam com a fundação do PRR. (MAESTRI, 2010, p. 224)

Alcides Lima e Joaquim Francisco de Assis Brasil propunham ideias já inseridas no contexto gaúcho, onde prevalecia a atividade pastoril ainda existente no final do século XIX, deixando-se excluída a renovação econômica e política que os novos republicanos, inspirados em Comte, almejavam para o povo gaúcho.

Com a permanência ainda nas ideias da economia pastoril por parte de alguns estudantes, em 1882 numa convenção regional, os novos republicanos que

aspiravam a mudanças profundas na política e economia gaúcha, se afastaram e elegeram a comissão do Partido Republicano Riograndense (PRR). O PRR defendia medidas modernizadoras que fugiam da ideia da produção primária em que submergia o Rio Grande do Sul por meio da quase exclusividade da vida pastoril.

Dentre as ideias do PRR estava a criação de imposto territorial, a repressão do contrabando, a intervenção do Estado na economia em áreas de interesse geral caso o capital privado não pudesse ou quisesse fazê-lo. Essas ideias iam de encontro aos latifundiários que eram contra o imposto territorial, uma vez que detinham grandes propriedades de terras. Além disso, os latifundiários ainda ganhavam fortunas com o contrabando por meio da entrada do gado uruguaio e eram contra as propostas industrialistas, pois defendiam a produção pastoril, ou seja, protegiam a pecuária gaúcha vinda de um longo período histórico.

Foi nesse período também que houve maior discussão em relação à abolição da escravatura. Os republicanos do centro do país viam de forma suscetível a questão da libertação dos escravos. Defendiam que cada província devia seguir sua necessidade em relação ao trabalho escravo. Já na região sul, havia uma divisão em que alguns alegavam que a abolição deveria ser realizada de forma imediata enquanto o PRR apoiava o abolicionismo, no entanto, não se comprometia com o fim imediato e era a favor quanto à indenização dos proprietários.

Notamos que havia divergências nas ideias frente à república defendida entre o centro e o sul do país, inclusive dentro do Rio Grande do Sul com a visão dos primeiros republicanos formados no RS e dos integrantes do Partido Republicano Riograndense PRR.

Somente em 1884 pode-se notar a visão dos grandes proprietários de terra em relação ao PRR. Segundo Maestri:

Em 1884, [...] nas eleições de novembro, os republicanos não elegeram um só deputado, registrando a debilidade do movimento no seio das classes proprietárias sulinas, em uma eleição censitária e aberta. Apenas em 1885, o jovem e rico fazendeiro Joaquim Francisco de Assis Brasil, de São Gabriel, na Campanha, com 28 anos, elegeu-se à Assembleia provincial, repetindo o feito em 1887. Ele era o primeiro deputado republicano eleito por partido republicano no Rio Grande do Sul após a derrota farroupilha. (MAESTRI, 2010, p. 224)

Os resultados nas eleições mostravam que as ideias comtianas dos republicanos sulinos não eram bem quistas pelos grandes proprietários de terra,

sendo que somente em 1885, o fazendeiro Joaquim Francisco de Assis Brasil conseguiu o cargo na Assembleia provincial.

No entanto, não foram as ideias republicanas de Augusto Comte que levaram à Proclamação da República em 1889 no Brasil. O que contribuiu foi o fato histórico da abolição da escravidão através da Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, pois fez com que quebrasse o modo de produção construído no centro do monarquismo que foi a grande instituição escravista colonial. Nessa perspectiva, houve a necessidade do fim da monarquia devido à grande divisão entre trabalhadores assalariados e trabalhadores escravizados que se expandiu pelo país.

O Marechal Deodoro da Fonseca foi quem chefiou o movimento revolucionário que substituiu a monarquia pela república no Rio de Janeiro. Em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca foi considerado como presidente da república e chefe do Governo Provisório; o Marechal Floriano Peixoto como vice-presidente. Os ministros foram Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Quintino Bocáiuva, Rui Barbosa, Campos Sales, Aristides Lobo, Demétrio Ribeiro e o almirante Eduardo Wandenkolk.

Pesavento (1992) argumenta sobre a política apoiada pelos cafeicultores paulistas e pelos republicanos gaúchos:

O republicanismo dos cafeicultores paulistas constituiu-se numa espécie de projeto burguês para o Brasil, assim como a proposta dos republicanos gaúchos, apoiados nos princípios do positivismo, representou também uma vertente regional da ordem burguesa no Sul. A diferença residia na forma do regime republicano: para os cafeicultores paulistas, pensava-se numa República liberal, inspirada no liberalismo clássico do século 19; para os positivistas gaúchos, tratava-se de impor uma República autoritária, baseada nos princípios de Augusto Comte./ Na prática, o que vigorou foi o estabelecimento, no plano nacional, de um Estado burguês baseado num liberalismo excluyente, controlado pelas elites, enquanto que, no Rio Grande do Sul a Constituição estadual implantou um regime autoritário, altamente hierarquizado e fundamentado numa rígida estrutura partidária. (PESAVENTO, 1992, p. 11-12)

O ideal do regime republicano aplicado no centro do país era diferente do que foi defendido no sul. No centro, partiu-se do ideal do liberalismo em que o controle, no modo econômico e político, estava nas mãos da elite enquanto que no sul vigorava uma estrutura altamente autoritária no que se refere ao caráter partidário. Como Pesavento (1997) menciona:

A instalação da República no Rio Grande do Sul implicou a adoção de uma forma de governo autoritária, inspirado na república ditatorial de Comte. Adotando uma perspectiva de promover o progresso econômico sem alteração da ordem social, assegurava o domínio das “classes conservadoras” no Estado. (PESAVENTO, 1997, p. 77)

A implantação da República no Rio Grande do Sul se concretizou por meio do estadista e ideólogo Júlio de Castilhos. Conforme Pesavento (1997):

foi praticamente o único autor da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Nela se estabelecia a presença de um legislativo estadual com poderes limitados a questões orçamentárias (aprovar a receita e despesa do estado) e de um executivo forte com poderes de legislar por decreto sobre as matérias não financeiras. Além disso, a constituição postulava que o vice-presidente seria nomeado pelo presidente estadual e que este podia continuamente reeleger-se, uma vez obtidos $\frac{3}{4}$ dos votos. Tal princípio associado ao mecanismo do voto a descoberto, vigente na República Velha, permitia que um presidente de estado pudesse permanecer no poder praticamente por tempo indefinido. (PESAVENTO, 1997, p. 77-78)

A contestação à política praticada pelos republicanos foi rapidamente questionada em 1891, pois a oposição gaúcha por meio de Joca Tavares conseguiu depor Júlio de Castilhos, obtendo a anulação da Constituição de 14 de julho, elaborada por Castilhos e fazendo também cair os governos municipais. Esse período foi chamado de “governicho”. No entanto, o PRR realizou aproximações com o exército, conseguindo reconduzir Castilhos ao poder novamente.

Além disso, o ideal denominado positivismo, defendido pelos republicanos gaúchos, foi chamado de *castilhismo*, dando referência a Júlio de Castilhos.

Em seguida as revoluções retornaram ao sul através da Revolução Federalista (1893-1895) e pela Revolução de 1923 para enfim contestar governos autoritários e que não defendiam os interesses do Rio Grande do Sul em relação ao centro do país, bem como elaboraram leis para que pudessem permanecer no poder por um extenso período através de eleições fraudulentas.

2.2 As ideias positivistas e liberais na construção do Partido Republicano

As principais fontes de inspiração para a defesa do fim do Império, a fim de que a República fosse instaurada no país, partiu das concepções trazidas das ideias que nortearam a Revolução Francesa em 1789, que foi o Positivismo de Augusto Comte e o liberalismo que também teve maior representação na França nos meados do século XIX, a partir de ideais que defendiam a liberdade individual e a igualdade.

Conforme Antonacci, a concepção positivista tinha a seguinte visão sobre a política:

Conforme a concepção positivista, a política gira em torno do estabelecimento de uma conciliação entre a ordem e o progresso, com base no “livre desenvolvimento da iniciativa individual”. Com isso, os positivistas entenderam que o estado devia exercer uma ação reguladora sobre os grupos e classes sociais, promovendo um desenvolvimento equilibrado de todos os setores da produção. Além disso, cabia ao estado para harmonizar a existência e o uso da propriedade [...] (ANTONACCI, 1981, p. 20)

O estado no ideal positivista regularia as ações de grupos e classes sociais, mantendo sempre a ordem e o progresso, sustentando um desenvolvimento equilibrado na esfera econômica, bem como conciliando esse equilíbrio com o uso das propriedades de terra.

Pereira (2006) menciona sobre a idealização do positivismo:

[...] o positivismo idealizou a sociedade do futuro, através de um sistema que planejasse o desenvolvimento de uma espécie de Nação-Estado corporativa, cujo papel político de maior relevo seria atribuído aos líderes industriais. A intervenção do Estado seria necessária para corrigir os privilégios individuais em favor da solidariedade, da igualdade social e do estímulo à produção. (PEREIRA, 2006, p. 97)

No positivismo haveria a intervenção mínima do Estado em que no momento que houvesse distinção com a exacerbação dos privilégios individuais, o Estado interviria para defender a igualdade social. Segundo Pereira (2006, p. 98), Comte “Tinha como base o conceito de virtude, do bem comum e a questão da identidade dos cidadãos. Opunha-se aos interesses egoístas, às pulsões da individualidade e aos ímpetos do individualismo.”

Já no Rio Grande do Sul, o positivismo foi adaptado conforme a visão dos estudantes de Direito de São Paulo, que eram em sua maioria filhos de grandes proprietários de terras. Houve um período que foi chamado de *castilhismo*. Isso ocorreu após a morte de Júlio de Castilhos, que defendeu durante toda a sua trajetória política, anteriormente e após Proclamação da República, as ideias positivistas de Comte.

No entanto, conforme Pesavento (1992), as ideias positivistas foram adaptadas ao modo de vida e de produção dos sulinos:

A ciência e a indústria assegurariam o progresso, enquanto que a moral e a educação manteriam a ordem. Ordem e progresso, máximas burguesas concebidas numa realidade europeia a partir de um capitalismo maduro, foram adaptadas para sua execução numa realidade regional distinta. (PESAVENTO, 1992, p. 17)

As ideias positivistas de Comte foram adaptadas no Rio Grande do Sul. O progresso tratado pelos defensores do sul estava relacionado com o desenvolvimento da industrialização, pois a economia sulina concentrava-se, quase que exclusivamente, no modo pastoril ainda no final do século XIX. Já a ordem seria estabelecida pela moral e pela educação conservadora.

Ainda segundo Pereira (2006), o positivismo sulino:

O positivismo foi eficaz no Rio Grande do Sul especialmente pela sua capacidade de adequar-se à realidade gaúcha. Além disso, o pensamento de Castilhos em grande parte diferenciava-se do pensamento do mestre. O pensamento de Castilhos era mais conciso e flexível ou menos rígido e sistemático que o de Comte. Para este, a salvação da humanidade viria através de um processo educativo regenerador das mentes e das vontades; para Castilhos, o regime da virtude viria através do estabelecimento de um Estado forte e autocrático, que através da ação do líder carismático, moralizaria a sociedade. (PEREIRA, 2006, p. 116)

As ideias dos sul-rio-grandenses se diferenciaram do ideal de igualdade e solidariedade instigadas por Comte na França do século XVIII, ou seja, foram adaptadas segundo os interesses dos republicanos, que eram defensores do positivismo, no qual a salvação se daria através de um líder carismático que através da moral doutrinaria a sociedade.

No Rio Grande do Sul os defensores do positivismo foram Júlio Prates de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros, que assumiu o Estado do Rio Grande do Sul após a morte de Castilhos.

Segundo Pereira (2006), o liberalismo norteou o seguinte ideal:

O liberalismo é um fenômeno histórico/filosófico surgido na Idade Moderna. Iniciou na Europa e estendeu-se à América. Foi a ideologia que motivou muitas das independências das colônias americanas das metrópoles européias. No espectro político apareceu tanto como pensamento de direita – defensor da livre iniciativa, da tradição, do status quo e da propriedade privada; como posicionamento de centro, coloca-se entre o pensamento conservador e progressista; e como pensamento de centro-esquerda, defendendo velhas e novas liberdades civis. (PEREIRA, 2006, p. 108)

Base doutrinária dos federalistas no Rio Grande do Sul, o liberalismo surgiu anteriormente ao positivismo e movimentou tanto as ideias da direita, do centro, quanto da centro-esquerda. O liberalismo esteve interligado na esfera da livre iniciativa e da propriedade privada, bem como nas questões que envolviam a defesa da liberdade.

Os defensores do liberalismo no Rio Grande do Sul foram Gaspar Silveira Martins, o *Rei do Rio Grande*, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que foi um dos primeiros a defender a implantação da República a conseguir o cargo de deputado na Assembleia provincial no Rio Grande do Sul.

As diferenças entre o Positivismo de Comte e o Liberalismo são descritas no quadro abaixo, conforme a visão de Pereira (2006, p. 114):

POSITIVISMO	LIBERALISMO
Foi edificado como sistema social, que por meio das forças morais e da solidariedade social, chegaria a coesão e ao progresso social. O homem individual não existia, apenas a humanidade.	Está estruturado sobre o indivíduo, que por meio da liberdade e da propriedade, chegaria ao desenvolvimento econômico e social.
Defendiam a preponderância da hierarquia, da ordem e dos deveres individuais sobre a liberdade.	Defendiam os direitos individuais.
A sociedade era governada por leis imutáveis e independentes da vontade dos indivíduos.	A liberdade e a livre iniciativa regeriam as relações e impulsionariam o desenvolvimento.
O indivíduo e sua vida privada deveriam estar subordinados ao interesse público, cabendo ao Estado o papel indutor e regulador do progresso.	Acreditam que o homem deveria ser livre, estando subordinado apenas a si próprio, ou seja, a um conjunto de leis que fundaria a sociedade, que por sua vez garantia a sua liberdade, vida e propriedade.
Defende o regime da virtude e da moral social, que através da ciência e da educação regeneraria o homem em direção ao progresso e a nova sociedade.	Defende o princípio do governo democrático como fator de garantia da vida, da liberdade e da propriedade individual.

Mesmo havendo diferenças entre positivismo e *castilhismo*, visão implantada no Rio Grande do Sul, ambas se aproximam, pois suas bases doutrinárias são semelhantes. Já o positivismo e o liberalismo se distanciam porque seus ideais se afastam no modo de perceber como se estabelecem as relações entre o sujeito e o Estado.

O ideal como base no positivismo e liberalismo foi fundamental para as discussões de ideias, pois se diferenciavam entre os sujeitos no Rio Grande do Sul, sendo que foi a partir delas que os líderes da Revolução Federalista (1893-1895) e da Revolução de 1923, tiveram perspectivas que se distinguiam, gerando as revoltas no RS.

Nos próximos subcapítulos analisamos as principais causas e efeitos que geraram as revoluções no final do século XIX e início do século XX no Rio Grande do Sul a partir das ideias defendidas pelos seus líderes. No último item, interpretamos o romance *Um castelo no pampa*, de Assis Brasil, com base no tema da relação entre Ficção e História.

2.3 A Revolução Federalista

Com a Proclamação da República no país, o Estado do Rio Grande do Sul ainda sofreu com as disparidades políticas e partidárias no contexto social, pois a implantação da República estava longe de resolver as atribuições que acompanhavam o povo gaúcho.

Como as ideias de Júlio de Castilhos não eram aprovadas por parte da sociedade pecuarista do RS, criaram-se grupos opostos aos republicanos, ou seja, muitos consideraram que as práticas realizadas pelo governo do Estado não resolveriam os problemas econômicos que estavam abalando os latifundiários há muitos anos. No entanto, a “peleia” se dava mais no âmbito do campo político-partidário do que propriamente econômico, pois os estancieiros discordavam dos ideais com base no positivismo de Comte realizados pelos republicanos.

Foi em Bagé, provavelmente, por deter um amplo número de estancieiros, donos de grandes propriedades de terras, que se formou o novo partido a partir da convenção realizada por Silveira Martins após retornar do exílio em 1892. O grupo foi composto por indivíduos remanescentes do Partido Liberal e que segundo Pesavento (1983, p. 81), o Partido Federalista Brasileiro foi “formado

majoritariamente pelos pecuaristas da região da Campanha, ligados ao comércio e contrabando na zona da fronteira”.

O Partido Federalista Brasileiro foi criado para contrapor as ideias dos revolucionários republicanos que começavam a submergir nas questões políticas e que não eram aceitas pelos defensores do liberalismo.

O conflito armado, que foi chamado de Revolução Federalista, ocorreu devido às disputas políticas entre dois grupos: os castilhistas que apoiavam Júlio de Castilhos, que era o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul; e do outro lado estavam os federalistas, que eram opositores do governo e comandados politicamente por Gaspar da Silveira Martins.

Maestri (2010) destaca o momento que iniciou a revolta e as exigências dos federalistas durante a Revolução:

Em 25 de janeiro de 1893, o novo presidente foi empossado e, em 2 de fevereiro, eclodiu a Revolta Federalista, com a invasão dos territórios sulinos por tropas chegadas do Uruguai. As forças rebeldes eram comandadas por Gumerindo Saraiva e pelo general João Nunes da Silva Tavares. O velho Joca Tavares, designado comandante-em-chefe dos rebeldes, era proprietário de imensas fazendas em Bagé. Parte dos combatentes federalistas encontrava-se armada apenas com lanças./ No plano político, os federalistas propunham a suspensão da Constituição republicana estadual castilhista, a deposição de Júlio de Castilhos e esperavam que o movimento fortalecesse conspirações então em curso no Exército, na Marinha e entre civis para depor Floriano Peixoto, que apoiava os republicanos rio-grandenses. Os sublevados queriam a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo. Com a partição parlamentar do poder, pretendiam barrar as reformas que os republicanos históricos propunham fazer, contrárias aos interesses dos grandes criadores rio-grandenses. (MAESTRI, 2010, p. 240)

Notamos que os combatentes federalistas eram formados por grandes latifundiários que promoveram a revolução por divergirem das ideias republicanas de Júlio de Castilhos, pois havia interesse do governo em combater o contrabando nas fronteiras, bem como temiam a tributação da propriedade fundiária, uma vez que detinham imensas propriedades de terras.

Maestri (2010) ainda menciona:

Como muitos soldados federalistas eram oriundos do departamento uruguaio de San José, onde abundavam os espanhóis naturais da região de Maragateria, na província espanhola de Léon, os federalistas foram apelidados de “maragatos”, isto é, mercenários castelhanos. O apelativo depreciativo foi adotado pelos federalistas, acusados igualmente de restauradores e sebastianistas. Também nas tropas republicanas

encontravam-se gaúchos sul-rio-grandense e uruguaios. Os republicanos eram denominados sobretudo de “pica-paus”. (MAESTRI, 2010, p. 243)

A Revolução Federalista foi composta de sujeitos oriundos do Uruguai e de gaúchos que se dividiram entre maragatos (federalistas) e pica-paus (republicanos). Também foi um movimento que se destacou na forma violenta pela qual seus participantes praticavam contra os opositores: a degola, sendo considerada a mais violenta guerra civil ocorrida nas terras gaúchas.

A revolta durou dois anos e meio em que os federalistas foram derrotados pelas tropas republicanas. Conforme Maestri (2010), a finalização da revolução ocorreu da seguinte maneira:

No começo de julho suspendeu-se a luta e, em 23 de agosto de 1895, em Pelotas, assinou-se a ata de pacificação. Em 19 de setembro, o governo federal concedeu anistia aos rebeldes sul-rio-grandenses e aos participantes da Revolta da Armada. Chegara ao fim a maior guerra civil sul-rio-grandense, com a incontestável derrota das forças rebeldes e do partido dos grandes criadores. Estima-se que em torno de dez mil pessoas tenham morrido na guerra, em uma época em que a população sulina não chegava a um milhão de habitantes. Segundo Carlos Reverbel, 10% dos mortos teriam sido degolados. (MAESTRI, 2010, p. 247)

Percebemos que a Revolução Federalista foi uma das guerras mais sangrentas da História do Rio Grande do Sul, no qual prevaleceu a utilização da degola por parte dos rebeldes. Maestri (2010, p. 256) ainda revela que: “Derrotados na guerra civil de 1893-95, os federalistas amargaram longo ostracismo político e social. Nos anos seguintes ao confronto, o PRR manteria firmemente seu poder sobre o estado por meio das novas instituições estaduais e da Brigada Militar.”

Longe da Revolução Federalista, Joaquim Francisco de Assis Brasil exerceu funções diplomáticas durante a revolta em Buenos Aires e Lisboa, no entanto, será a principal personagem da Revolução de 1923.

2.4 A Revolução de 1923

Finalizando a Revolução Federalista, o Estado do Rio Grande do Sul permaneceu sob a administração de Júlio de Castilhos com o apoio dos governantes do centro do país. Mas grande parcela dos latifundiários queria o afastamento de Castilhos por não defender os interesses dos grandes proprietários de terras.

O Rio Grande do Sul esteve sob domínio dos republicanos por um extenso período, uma vez que em 1898 Júlio de Castilhos passou o governo para Borges de Medeiros, que segundo Pesavento (1997, p. 79) “herdou uma hierarquizada máquina político-administrativa. Com a morte de Júlio de Castilhos em 1903, Borges sucedeu-o também na direção do partido.”

Borges de Medeiros prosseguiu a administração por meio das ideias positivistas, defendidas por Castilhos. Também comandou o Rio Grande do Sul seguindo os mesmos ideais impostos pela gestão anterior que conforme afirma Pesavento (1997, p. 79), “consolidando no estado o regime republicano autoritário e centralizado.”

Na visão de Müller (1998):

Ao Estado, na concepção de Borges de Medeiros, caberia a criação das condições favoráveis ao desenvolvimento econômico da sociedade como um todo, intervindo apenas por meio de obras públicas, na manutenção da ordem e somente em última instância, quando o setor privado fosse incapaz de atender às necessidades coletivas. Foi o que aconteceu com o crescente controle governamental sobre os transportes (MÜLLER, 1998, p. 42)

Seguindo as ideias positivistas de Augusto Comte, Borges de Medeiros desenvolveu no Estado uma política em que as atribuições do governo estavam relacionadas somente à criação de condições para o crescimento econômico, podendo intervir nas esferas nas quais o setor privado fosse destituído da capacidade para resolver. Um dos controles do Estado estava relacionado ao setor de transporte, porém foi questionado por seus opositores pelo esquecimento do governo, como na região da Campanha que sofria com a falta de investimento nesse setor.

A economia do RS sofreu com períodos marcados por altos e baixos durante o governo de Borges de Medeiros, sendo que na Primeira República o RS foi atingido pela concorrência interna e externa do Prata.

Nesse contexto, o Rio Grande do Sul permanece tendo problemas tanto na esfera política quanto na esfera econômica e social, pois com o fim da escravatura começa o período da imigração no centro e no sul do país por meio da vinda de imigrantes alemães e italianos, principalmente na parte norte do Estado do RS. Surgem as desigualdades entre o norte e sul quando o governo do Estado do RS dá um olhar maior para a nova forma de produção dos imigrantes.

Sobre esse novo desenvolvimento no RS, Fonseca (1983) diz:

É significativa a diferença de peso econômico entre o norte e o sul do Rio Grande ao considerarem-se as datas de 1890 e 1930. A imigração e o desenvolvimento da banha e da policultura emprestou à Serra e ao Planalto um rápido crescimento, descaracterizando, de certo modo, ser o Rio Grande um estado apenas pecuário – como fora no Império. (FONSECA, 1983, p. 67)

Como os imigrantes desenvolviam a policultura na Serra e no Planalto do Rio Grande do Sul, esse fator proporcionou a região norte do estado um maior grau de desenvolvimento da região, descaracterizando o modo de produção, somente pecuário, na qual o estado era visto no período do Império.

Com a economia crescendo a partir da produção de policultura na região norte, o governo começou a investir naquela região, esquecendo-se de ajudar os grandes pecuaristas instituídos na parte sul do Estado. No entanto, jamais se esqueceu de promover o controle do contrabando nas fronteiras, pois segundo Fonseca (1983):

[...] o Governo do Estado durante a República Velha, procurava conter o contrabando; vale lembrar, nesse sentido, o papel dos impostos de exportação nas receitas estaduais – que incentivava a adoção de algumas medidas. O pensamento oposicionista é evidenciado pela posição de seu líder mais expressivo: Assis Brasil. Explica-o pela ineficiência governamental com relação aos transportes e aos impostos. Em outras palavras, pelo abandono da Campanha por parte do oficialismo – que insiste, entretanto, em favorecer a região colonial. E desta forma entende o desenvolvimento das cidades argentinas e uruguaias na fronteira do Rio Grande, como São Tomé, Alvear, Libres, Santa Rosa, Santo Eugenio, Rivera e Artigas [...] O prejuízo que os fazendeiros vinham tendo com o facciosismo do Governo republicano, no parecer de Assis Brasil, tornava a existência do contrabando uma “lei física”. Nesse sentido os defende: “E o contrabandista, se é delinqüente, é ainda mais digno de perdão do que a peccadora amparada por Christo. Sem elle, a vida seria impossível nesta terra.” (FONSECA, 1983, p. 85-86)

Os republicanos a partir dos benefícios que detinham com os impostos obtidos por meio da exportação dos produtos gaúchos, defenderam a contenção do contrabando no Estado do Rio Grande do Sul, promovendo a formação de vários opositores que acreditavam ser ineficiente o apoio do governo aos meios de transporte, bem como o abandono que a Campanha estava sofrendo em relação à região norte. Joaquim Francisco de Assis Brasil, opositor dos republicanos, defendeu o contrabando, pois a região da Campanha havia sido esquecida pelo Governo do Estado, e que seria impossível a sobrevivência dos gaúchos sem a utilização do contrabando.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu a aceleração do mercado para as regiões que eram produtoras de alimentos, dentre elas estava o Rio Grande do Sul, que segundo Müller (1998):

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) representou para a economia gaúcha – como para a brasileira – um desafio e uma oportunidade. Provocou uma redução da oferta de produtos importados e seu encarecimento, o que foi especialmente grave em termos de máquinas e equipamentos. Em compensação, levou a uma recuperação, a partir de 1917, do valor e do volume das exportações e à oportunidade de entrada em mercados antes dominados pela produção europeia e estimulou a produção nacional, gerando um ciclo de substituição de importações. Na indústria, esse processo foi baseado quase exclusivamente no uso mais intensivo da capacidade instalada preexistente e em adaptações dos equipamentos e materiais disponíveis. Em outras áreas, porém, ocorreu uma grande expansão. (MÜLLER, 1998, p. 60-61)

A Primeira Guerra Mundial proporcionou um maior crescimento no mercado econômico através da exportação de produtos produzidos no país, bem como reduziu o número de importações, gerando um maior consumo do produto interno. No entanto, o crescimento durou por um curto período, pois com o fim da guerra a exportação do produto nacional começou a ser reduzido pelos países europeus.

Como afirma Müller (1998):

Com o final da Primeira Guerra Mundial, o mercado para os produtos derivados da pecuária gaúcha voltou a estreitar-se. No início da década de 20, os países europeus haviam retomado sua produção agrícola e reduzido as importações. O valor e o volume das vendas do Rio Grande do Sul caíram. A Argentina e outros países produtores, também afetados pela retração, voltaram a competir por mercados como o cubano, que haviam sido conquistados pelo charque por Rio Grande. As charqueadas e os frigoríficos, em consequência, reduziram as compras de gado e reduziram os preços pagos aos produtores. (MÜLLER, 1998, p. 62-63)

Novamente os produtores do Rio Grande do Sul sofrem as consequências da desvalorização de seus produtos diante do mercado externo e interno, uma vez que começa a competir com artigos oriundos de outros países, considerados muitas vezes de melhor qualidade em relação à produção gaúcha ainda arcaica naquele período.

Se durante a Primeira Guerra Mundial houve um grande crescimento na indústria frigorífica, logo após teve a retração do mercado consumidor estrangeiro que fez com que ocorresse uma batalha pelo mercado interno no país. Conforme

Antonacci (1981, p. 38) no Rio Grande do Sul “a crise do pós-guerra manifestou-se pela falta de mercados externos para sua produção, pela falta de créditos, pela forte concorrência enfrentada no mercado interno (tanto em relação aos produtos platinos, como em relação aos produtos de outros estados brasileiros).”

Os produtores gaúchos desprovidos de recursos e abandonados pelo governo gaúcho sofrem com a falta de mercados e de créditos, bem como nos idos de 1922 padecem com o inverno rigoroso, uma profunda seca atinge a produção e ainda ocorre a disseminação da febre aftosa nos rebanhos sulinos. Antonacci (1981, p. 46) ainda complementa que “Além disso, chegaram ao RS notícias sobre as providências tomadas pelos governos platinos no auxílio aos pecuaristas, bem como notícias de que os saladeiros da Argentina e do Uruguai estavam em grande atividade, matando gado e preparando charque.”

A solução que os produtores viam era a elevação da taxa de importação como forma de motivar a produção interna. O governador do Estado, Borges de Medeiros, tentou intermediar junto ao governo federal as reivindicações dos criadores, no entanto, não obteve sucesso.

Os problemas dos pecuaristas tiveram seu auge quando começaram a serem realizadas as execuções judiciais de fazendeiros endividados. Como os pecuaristas sentiam-se abandonados tanto pelo governo Federal quanto pelo governo Estadual, surgem grupos sociais para fazer a intervenção na economia gaúcha.

Como argumenta Antonacci (1981):

Nessa reorientação da participação dos grupos sociais, conduzindo e concretizando a disponibilidade de luta dos produtores rio-grandenses, surgiu a liderança de Assis Brasil. Sua primeira manifestação, nesta conjuntura, ocorreu através de um artigo sobre a crise da pecuária e a angústia dos criadores. Este artigo foi publicado no Correio do povo, no dia 1º de julho, quando os pecuaristas mais se sentiram desamparados pelos poderes públicos. O governo federal respondera aos seus apelos com o decreto de 19 de junho, que de nada adiantar; o governo estadual recusara-se a conceder os créditos especiais. (ANTONACCI, 1981, p. 54)

Os problemas permaneceram mesmo com a manifestação realizada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, que surgiu na liderança para a movimentação dos produtores gaúchos. O governo Estadual continuou irredutível na recusa em conceder créditos aos pecuaristas. Estes, já desacreditados pela política de Borges de Medeiros, viram em Assis Brasil uma forma de lutar pela produção rio-grandense.

Antonacci (1981) ainda afirma:

Toda a movimentação e arregimentação dos produtores rio-grandenses, que se processara desde o início de 1921, foi abarcada e conquistada por Assis Brasil e pelas oposições. Assis Brasil, que sempre estivera a espera de oportunidades para retornar à vida política rio-grandense e combater a organização instaurada pelo PRR, teve condições novas para desenvolver sua atuação política. E os pecuaristas rio-grandenses, sentindo-se sem alternativas após o impasse das últimas manifestações dos poderes públicos, tiveram em Assis Brasil uma alternativa nova para encaminhamento de suas reivindicações. (ANTONACCI, 1981, p. 55-56)

Oposicionista às práticas realizadas pelos republicanos por meio do PRR, Joaquim Francisco de Assis Brasil surge para abrir as esperanças dos pecuaristas que sofriam com a crise econômica e também como forma de retornar à política. Os pecuaristas utilizam das relações que Joaquim Francisco de Assis Brasil possui com o poder público e decidem encaminhar suas reivindicações ao governo através dele.

Como a movimentação dos produtores rio-grandenses não surtiu efeitos para as solicitações que se referiam à redução de tarifas da viação férrea, a fim de que pudesse ocorrer a concorrência com o mercado interno, bem como as questões relacionadas aos impostos e a concessão de créditos que havia sido negada pelo governo devido escassez de dinheiro, surgiu os grupos de oposição com características político-partidárias, formados por democratas, dissidentes republicanos e federalistas. Este lançou a candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil ao governo do Estado nas eleições.

Os federalistas indicaram Joaquim Francisco de Assis Brasil para candidatar-se à presidência do Rio Grande do Sul e Borges de Medeiros se candidataria ao seu quinto mandato sob o viés do Partido dos Republicanos, pois segundo Antonacci (1981):

As tensões nas relações do governo Borges com os pecuaristas e com os assalariados urbanos, os descontentamentos estudantis, a penetração da campanha assisista na zona colonial, a própria união das oposições em torno de Assis Brasil, são algumas indicações de que Borges de Medeiros não dava mais conta das necessidades da classe dominante gaúcha em específico e da área rio-grandense em geral. (ANTONACCI, 1981, p. 96)

Joaquim Francisco de Assis Brasil tornou-se uma forma de esperança e de mudança para a economia e política no Rio Grande do Sul para os pecuaristas, recebendo grande apoio destes nas suas visitas na zona colonial durante a campanha eleitoral.

Além disso, Joaquim Francisco de Assis Brasil tendo conhecimento diante das novas técnicas que surgiam fora do país, queria renovar a forma de produção arcaica presente na maioria das estâncias no território do Rio Grande do Sul, como argumenta Antonacci (1981):

Tendo contato, em suas viagens diplomáticas, com os métodos e as experiências inglesas, norte-americanas e argentinas no terreno da produção agropastoril, Assis Brasil estava preocupado em adequar e sistematizar estes esforços no RS. Combatendo a criação e a agricultura rotineiras, procurava introduzir práticas mais modernas, para expandir e dinamizar a produção rio-grandense. (ANTONACCI, 1981, p. 91)

A inovação na agricultura seguia os parâmetros do desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul para Joaquim Francisco de Assis Brasil. No entanto, no final de 1922, Borges de Medeiros foi reeleito nas eleições e assumia o quinto período de governo.

Segundo Müller (1998, p. 64) “O sistema eleitoral da época favorecia o constrangimento dos oposicionistas e as fraudes. Nessa ocasião, contudo, os oposicionistas não se resignaram e desencadearam um movimento que passou a História como a “Revolução de 1923”.” Descontentes pelo resultado das eleições e pela forma arcaica do sistema eleitoral, que proporcionou um processo fraudulento, os oposicionistas do governo de Borges de Medeiros encadearam a revolta entre o povo gaúcho, gerando a Revolução de 1923.

Sobre esse período, Pesavento (1997) destaca o seguinte.

[...] Borges optou pela continuidade da política econômica de “desenvolvimento global” da economia gaúcha. Rapidamente a crise extrapolou os limites do econômico e alcançou o plano político. A parcela oposicionista da classe dominante arregimentou-se sob a liderança de Assis Brasil, e foi às armas na Revolução de 1923. [...] Queriam de Borges, fundamentalmente, uma política de salvação da pecuária, e só a incapacidade de visualização de todo o processo vivido fez pensar que, por uma mudança de homens, pudesse ser solucionada a questão de uma pecuária descapitalizada. (PESAVENTO, 1997, p. 85)

Os oposicionistas que eram representados pela classe dominante estavam descontentes com a continuidade do poder nas mãos de Borges de Medeiros, bem como a forma do modelo político e econômico no qual deu continuidade no quinto mandato, ou seja, mesmo com a insatisfação dos pecuaristas diante do quadro econômico do Estado, Borges manteve o mesmo ideal de governar de outrora. A revolta do povo gaúcho seria inevitável.

A primeira tentativa de acordo do Presidente Bernardes foi enviar ao Rio Grande do Sul o Ministro de Estado, Augusto Tavares de Lyra, para que fosse realizada a revisão da Constituição Estadual. No entanto, Borges de Medeiros não aceitou fazer concessões no que se refere à estrutura de poder e ao controle que tinha no RS do PRR.

A situação chegou ao extremo quando perdeu apoio dos antigos colegas de partido porque nomeou novamente Protásio Alves como vice-presidente do Rio Grande do Sul.

Por fim, na tentativa de ocorrer à conciliação sem a intervenção armada do governo federal, é enviado ao Rio Grande do Sul o General Setembrino de Carvalho, que era o Ministro de Guerra do Presidente Bernardes. A conciliação foi realizada por meio da assinatura do Pacto de Pedras Altas.

Pesavento (1997, p. 86) menciona que “O movimento acabou num acordo entre os detentores do poder e os de fora dele. Pelo Pacto de Pedras Altas, em dezembro de 1923, ficou estabelecido que seria revisada a constituição positivista e que Borges, uma vez completado o seu quinto mandato, não mais se reelegeria.”

Concretizado no castelo de Joaquim Francisco de Assis Brasil, localizado no pampa gaúcho, o Pacto de Pedras Altas fez com que fosse realizada a revisão da Constituição positivista de Borges de Medeiros e pôs fim ao processo que poderia colocar novamente Borges de Medeiros no poder, ou seja, Borges não poderia se candidatar mais ao governo.

Segundo Antonacci (1981), o Pacto de Pedras Altas:

[...] fruto da habilidade e da visão política de Assis Brasil, canalizou a luta armada das oposições para um acordo com os republicanos borgistas. Se taticamente as oposições conseguiram o que pretendiam ao iniciar o movimento revolucionário (intervenção federal e convocação de eleições livres), no terreno dos princípios também obtiveram significativa vitória. Os assististas atingiram seus objetivos políticos, principalmente através das cláusulas 1ª e 6ª do Pacto de Pedras Altas: - proibição de reeleição do presidente e dos intendentess, e eleição do vice-presidente. O princípio da reeleição do presidente e dos intendentess, articulado com a nomeação do vice-presidente, era o sustentáculo do ponto nuclear do projeto do PRR: a continuidade administrativa. (ANTONACCI, 1981, p. 110)

O acordo assinado pelos federalistas proporcionou aos revoltosos a possibilidade de mudanças partidárias no Rio Grande do Sul no futuro. No entanto, com o fim do governo de Borges, Getúlio Vargas ascendeu ao cargo em 1928, sendo que segundo Pesavento (1997, p. 89) “Vargas empreendeu uma política

orientada para o atendimento direto e imediato dos interesses dos produtores estaduais. Em especial, sua política orientou-se para a salvação da pecuária gaúcha.”

Por fim, segundo a visão de Müller (1998):

Antônio Augusto Borges de Medeiros [...] Foi, com Júlio de Castilhos, a maior expressão do projeto republicano gaúcho, apoiado no positivismo de A. Comte. Borges de Medeiros dominou a política estadual na República Velha. Sua administração foi autoritária mas progressista. Entendia que o progresso não era viável baseado apenas na agropecuária. Por isso, promoveu a industrialização, o comércio e os transportes. Governou de 1898 a 1908, de 1913 (com um intervalo por motivo de saúde em 1915/16) a 1919 e de 1919 a 1928. Em 1928, deixou definitivamente o governo, por força do Pacto de Pedras Altas, que pôs fim à Revolução Federalista de 1923, não sem antes escolher Getúlio Vargas como seu sucessor. (MÜLLER, 1998, p. 41)

O projeto político republicano, implantado a partir do governo de Júlio de Castilhos, permaneceria nas mãos dos ideais positivistas de Augusto Comte por um extenso período no Rio Grande do Sul com os governos de Borges de Medeiros e, logo após, de Getúlio Vargas.

Já no que se refere a Joaquim Francisco de Assis Brasil, Antonacci (1981) menciona o seguinte:

Assis Brasil explorou a luta pela posse do poder não como um fim em si mesmo, mas como um meio que possibilitou às oposições níveis de articulação e de arregimentação inatingíveis até então. Exatamente nisto consistiu a habilidade política de Assis Brasil, que conduziu a coalizão heterogênea e transitória das oposições rio-grandenses a uma prática de luta em comum, levando os vários grupos da oposição à identificação e fusão num partido novo – o Partido Libertador, em 1928. (ANTONACCI, 1981, p. 87)

Os nomes históricos como de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Getúlio Vargas foram essenciais para a formação política e econômica no Rio Grande do Sul. Esses nomes promoveram a instauração de novos ideais a partir da constituição de novos partidos que se interessavam não somente pela formação partidária, como também pela alteração da produção do Estado, desenvolvendo a industrialização, o comércio e os transportes, que já transcorria antecipadamente no centro de poder do país.

2.5 As personagens históricas envolvidas no romance de Assis Brasil

A partir da série *Um castelo no pampa* do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil procuramos investigar o resgate da trajetória do contexto político, social e econômico sulino que as narrativas realizam no momento em que inserem as principais personagens nas paisagens pertencentes à campanha gaúcha.

O Castelo que é finalizado pelo Dr. Olímpio no romance a partir de uma ideia de seu pai presentear sua mãe, Dona Plácida, insere-se no pampa gaúcho assim como o Castelo de Pedras Altas, localizado a 30 km do município de Pinheiro Machado e construído pelo político e diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil, que conforme Hasse⁴ é parente do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil.

A série *Um castelo no pampa* traz consigo a representação da História do final do século XIX da sociedade do pampa gaúcho, com a inserção das personagens num Castelo da mesma maneira como no romance foi construído para uma esposa. Lydia Pereira, portuguesa, nascida na Alemanha, era esposa do político Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Como argumenta Franchi:

A escolha da sede do castelo aconteceu em 1904. Situada a 30 quilômetros de Pinheiro Machado, Pedras Altas tem pastagens abundante e fontes de água. A pedra angular da fortaleza, de 44 cômodos, foi lançada em maio de 1909./Pedras Altas impulsionou a atrasada pecuária gaúcha. Assis Brasil importou vacas Jersey da Inglaterra, robustos touros Devon, cavalos árabes e ovelhas Karakul e Ideal. Só criava animais de raça, como galinhas White wyandotte trazidas dos Estados Unidos. Ele também introduziu novas espécies de árvores, como o eucalipto, construiu estrebarias, galpões e porteiras que ainda funcionam. Ainda inventou utensílios, como a bomba de chimarrão de mil furos que jamais entope e leva seu nome./ Assis Brasil ergueu a fortaleza com traços medievais numa das paisagens mais isoladas do Rio Grande do Sul para mostrar que era possível desfrutar a natureza sem ficar embrutecido. A ideia não era ostentar, mas enobrecer e valorizar o campo./ O castelo foi inspirado no antigo lar de sua esposa, para fazê-la sentir-se em casa. Usou granito rosa e trouxe três espanhóis para trabalhar as pedras e encaixá-las sem uso de argamassa.⁵

⁴ HASSE, Geraldo. *Um castelo se desmancha no pampa... e dentro dele, uma biblioteca contendo livros raros como a Enciclopédia Francesa*. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2011/10/um-castelo-se-desmancha-no-pampa-e-dentro-dele-uma-biblioteca-contendo-livros-raros-como-a-enciclopedia-francesa/>. Acesso em: 29 dez. 2016.

⁵ FRANCHI, Diones. *Castelo de Pedras Altas – O recanto de Assis Brasil*. Disponível em: <http://memoriasdopampa.blogspot.com.br/2015/12/castelo-de-pedras-altas-o-recanto-de.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Joaquim Francisco de Assis Brasil foi um dos impulsionadores das ideias republicanas no Rio Grande do Sul a partir da sua participação na política e na economia gaúcha no final do século XIX e início do século XX. Parente do escritor Luiz Antônio de Assis Brasil, envolveu-se profundamente nas questões políticas de tal forma que seu Castelo foi o palco principal para a assinatura do Pacto de Pedras Altas, pondo fim à Revolução de 1923, como confirma Antonacci (1981):

Assis Brasil, que incorporou a disposição de ação das oposições gaúchas na década de 1920, orientou e conduziu a luta partidária no RS para o desenvolvimento de novas formas de atuação política da classe dominante rio-grandense. [...] Na conjuntura de 1921/23, a luta no interior da classe dominante gaúcha atingiu sua culminância, revelando o choque entre projetos distintos para organização do estado rio-grandense: projetos liderados por Borges Medeiros e por Assis Brasil. (ANTONACCI, 1981, p. 11)

Assim como na História do RS, em que Joaquim Francisco de Assis Brasil constrói um castelo para inserir a esposa no pampa gaúcho, o romance de Luiz Antonio de Assis Brasil narra a finalização da construção do castelo pela personagem Dr. Olímpio, tendo como esposa uma austríaca, a Condessa Charlotte von Spiegel-Herb.

O narrador descreve na obra *Perversas Famílias* o Castelo da seguinte maneira:

A grande novidade, o grande espanto, o verdadeiro delírio, era um castelo republicano, erguido em meio ao pampa gaúcho, de duas torres e ameias, que se avistava ao longe como uma sombra medieval e cuja tenaz persistência em aplastar os incrédulos corporificava-se em sua estatura elevada, prodígio arquitetônico da orgulhosa cantaria portuguesa talhada aos pés seculares de Alcobaça e trazida em um balouçante navio com lastro pétreo de ladrilhos e azulejos e aqui posta em seus demarcados lugares por um artista francês [...] mas submergiam a Biblioteca – de dois andares, com uma passadeira de ferro a dividi-los – em uma obscuridade sufocante, mas propícia às elucubrações do Doutor do que à leitura atenta dos 25.000 volumes encadernados em marroquim verdolengo e lombadas com letras em ouro doze quilates. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 7)

A personagem Olímpio finaliza o Castelo iniciado pelo seu pai com o objetivo de demonstrar suas ideias inovadoras num período em que prevalecia o II Império. No entanto, o modelo de moradia de um Castelo, para muitos na época, era resquício da monarquia. Tanto os ideais do político Joaquim Francisco de Assis Brasil quanto da personagem Olímpio se tornam contraditórios, uma vez que um

pertencente à Ficção e outro à História defendem a implantação da República, porém seus métodos se arraigam ainda ao caráter pastoril e arcaico do pampa gaúcho, embora tivesse erudição.

Em *Um castelo no pampa*, o narrador resgata a trajetória da História sul-rio-grandense a partir da participação de personagens históricas que estiveram na luta pela Proclamação da República no país, demonstrando que o pensamento de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros teve suma relevância para o fim do Império no Brasil.

Assim como na História, a personagem da narrativa Olímpio assemelha-se aos estudantes de Direito que lutaram pelos ideais para a implantação da república no país, no entanto, a personagem ficcional desconsiderava as ideias de Comte, que eram defendidas por muitos colegas:

Por esse tempo, o positivismo era mais temido do que cólera; o futuro Doutor, embebido nas fontes liberais, ridicularizava Augusto Comte em público e privado, o que lhe valeu inimizades viscerais. Queria sim a República, mas algo civilizado, onde todos os cidadãos tivessem acesso ao Poder, e não apenas aqueles mais iluminados, “leitores de prefácios” e que mal sabiam escrever um bilhete em francês. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 21)

Mesmo discordando das ideias de seus colegas, Olímpio junta-se a eles para defender a Proclamação da República, seguindo o ideal do liberalismo, fugindo, então, do positivismo de Comte, que considerava arbitrário. O mesmo ocorre com o político Joaquim Francisco de Assis Brasil na História sul-rio-grandense, do final do século XIX, que segue as ideias do liberalismo mesmo estando num grupo que segue o positivismo.

Nas terras localizadas no pampa gaúcho, Olímpio começa a realizar na prática os conhecimentos dos ideais que tanto defende na presença de colegas e amigos. Um deles é a abolição da escravatura, pois acreditava que todos deveriam ser livres para a formação da República.

Chegando em suas terras, herança de seu pai, institui a libertação dos seus escravos para o capataz:

A cabeça em chamas, Olímpio foi ao alpendre, onde encontrou o capataz. Perguntado, o homem informou o número de escravos, ao que Olímpio horrorizou-se: sessenta e quatro, incluindo aí os caseiros e campeiros. Num cálculo imediato, o futuro Doutor concluiu que, destes, dezesseis lhe pertenciam./ - Liberte-os – ordenou ao perplexo capataz. – Escolha os que quiser e diga que estão alforriados, que podem seguir seu caminho de

liberdade./ Este foi o começo de uma pendência arrasadora e que ficaria nos anais de São Felício – os dezesseis escolhidos premiram-se à frente da casa, exigiam ser recebidos pelo Senhor que lhes destinava um mal tão grande./ - De hoje em diante vocês são mulheres e homens livres. – E num relance viu que eram todos velhos, aleijados ou doentes. Compreendendo a astúcia do capataz, determinou-lhe que fizesse uma escolha melhor, incluindo os mais moços, e que tivessem meio de prover a própria subsistência. Como o capataz objetasse que mesmo estes não encontrariam emprego, Olímpio decidiu que então ele próprio os empregaria, às suas custas. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 27-28)

Olímpio instaura a libertação de seus escravos em suas terras, no entanto, somente ao realizar a liberdade percebe que não era um processo tão simples, uma vez que os antigos escravos dependeriam de emprego para a subsistência, tendo, assim, que empregá-los para não liberá-los à própria sorte.

Na narrativa, começa a descrição do processo de organização dos jovens estudantes de Direito de São Paulo, em que a personagem Câncio Barbosa, já formado em Coimbra, organiza em Pelotas um Clube Republicano que o narrador descreve assim: “Câncio organizava em Pelotas um incrível clube republicano [...] Câncio não apenas organizava um clube republicano, mas também abolicionista.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 86)

Câncio Barbosa torna-se amigo de Olímpio e o acompanha até os últimos dias de sua vida. A amizade inicia de forma truculenta, pois no momento em que Câncio Barbosa defende a República, é atacado por grandes latifundiários imperialistas, tendo Olímpio de intervir na “peleia”:

Câncio Barbosa estava comovido:/ - Quem, senão nós? – repetiu, escandindo as sílabas. – Não podemos ver a nação se deteriorar ante nossos olhos. O povo já decidiu que é hora de mudança, e confia em suas elites pensantes. Temos uma espécie de delegação tácita, um mandato implícito, e não podemos falhar essa confiança. Os clubes republicanos começam a surgir por todo o lado, inclusive aqui na Província. A História só se escreve uma vez, e não podemos ficar à sua margem, sob pena de sermos um dia levados a prestar contas de nossa pusilanimidade. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 89-90)

Olímpio é convencido pelas ideias de Câncio e acredita que devem começar a lutar para ocorrer à implantação da República no país. Em reuniões com outros estudantes de Direito, iniciam a formular a criação de um partido que depois de inúmeras discussões é chamado de Partido Republicano Rio-Grandense. Ficou instituído também que “Na primeira Convenção, Olímpio seria lançado como candidato, e por unanimidade. E seria eleito pela maior votação já vista na Província. Disso eles se encarregariam.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 91)

Além disso, tinham não somente formado um Clube Republicano como também um jornal em que o narrador em primeira pessoa narra:

Já não sabemos ao certo se a ideia do jornal veio antes ou depois da fundação do Clube Republicano, o fato é que, num dado momento, Clube e jornal existiram ao mesmo tempo, e pertenciam ao mesmo grupo e compartilhavam a mesma casa alugada nas proximidades da Rua Direita. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 120)

Além de Câncio Barbosa, na narrativa, tem-se a exaltação de nomes que pertenceram ao grupo formado na História que antecede a Proclamação da República, são eles: Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos, o narrador os chama somente de Borges e Júlio:

O grupo inicial é composto de gaúchos, entre eles Borges e Júlio, os mais determinados e positivistas; o primeiro vemo-lo fino como uma lâmina de papel, tem ideais práticos e inicia-se nas artimanhas políticas; o segundo, crivado de varíola, escuro e retaco, é o teórico que pode escrever várias laudas de papel almaço sobre Augusto Comte enquanto outros pensam em figuras de retórica. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 121)

Ficção e História se juntam para resgatar a História política sul-rio-grandense com a exaltação na narrativa de fatos históricos que aconteceram no final do século XIX no país. Júlio de Castilhos, como mencionado no item anterior, foi um dos políticos que defendeu a Proclamação da República, bem como participou da formação política e econômica da República Velha no Rio Grande do Sul.

Além da formação do Clube Republicano no centro do país, construíram no sul o Clube 20 de Setembro. Na série de Assis Brasil, o narrador expõe que o Clube Farroupilha é formado da seguinte forma:

é preciso separar os gaúchos num clube específico, que é fundado uma semana mais tarde, e que leva o nome de Clube Farroupilha, e cujo propósito declarado é “reverenciar as figuras gloriosas do insigne movimento de 1835”. Desta forma, Olímpio vê-se à volta não com um, mas com dois clubes, e de bom grado aceitou presidi-los a ambos, sabendo com inusitada perícia agradar a todos. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 124-125)

A personagem Olímpio contribui para a formação dos dois grupos: Clube republicano e Clube Farroupilha, em que o objetivo de ambos os grupos era a Proclamação da República, sendo que Júlio de Castilhos seguia o grande ideal de Comte, o positivismo, gerando certas atribulações com Olímpio, que discordava destas ideias.

Os dois grupos foram também formados na narrativa e assim como na História em que Alcides Lima e Joaquim Francisco de Assis Brasil se engajaram em escrever obras sobre os ideais republicanos, Joaquim Francisco de Assis Brasil escreveu a *História da República rio-grandense*, sendo que o narrador cita o seguinte sobre Olímpio:

E assim o futuro Doutor põe na mala alguns exemplares de seu novíssimo livro *A república liberal*. O outro, *A história da grande revolução*, terminará na volta – junta várias edições do jornal acadêmico, contrata um criado, dá ordens para que retenham sua correspondência, oferece um jantar no Grande Hotel e ruma para Santos, onde toma o pacote para o Rio de Janeiro: lá as coisas fervem, mais do que em São Paulo. Durante a breve viagem marítima vai refazendo a lista de nomes que deveria procurar, alguns ilustres gaúchos como o Senador e outros brasileiros não menos ilustres como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 148)

Constatamos que na História dos Clubes formados pelos estudantes de Direito houve publicações que se referiam aos estudos sobre os ideais liberais e as visões dos sujeitos que queriam o fim do império no país. O escritor Assis Brasil procurou representar na série *Um castelo no pampa* esse período conturbado através da personagem Olímpio, estudante de direito e participante dos Clubes, que também procurou, por meio de obras, defender suas ideias.

Durante sua estadia no Rio de Janeiro, Olímpio vai à procura de sujeitos que participaram da História que pertence ao final do século XIX. Dentre os nomes históricos encontram-se o *Rei do Rio Grande*, que segundo os historiadores seria Silveira Martins, idealizador da Revolução Federalista (1893-1895).

Durante a visita de Olímpio ao *Rei do Rio Grande*, o narrador se refere ao deputado como um parlamentar liberal-monárquico. A personagem histórica critica o grupo de republicanos que pretendiam a Proclamação da República:

[...] Pena que sejam tão despreparados, os republicanos. É difícil, para mim, encontrar um opositor à altura. Escrevem como guris de escola, com seus errinhos de português, pronomezinhos mal colocados...E acham-se luminares, só porque leram Augusto Comte com o dicionário ao lado. Esse tal Quintino Bocaiúva é uma besta, com todo o respeito. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 151)

O *Rei do Rio Grande* declara sua visão completamente irônica frente aos que almejavam a República, seguindo o positivismo de Comte. Na visão de Olímpio com relação ao *Rei do Rio Grande*, ele revela após sua visita: “- Que grande animal!” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 154)

Notamos que o *Rei do Rio Grande* é uma das personagens que a narrativa mostra como um dos críticos das ideias republicanas, bem como será um dos responsáveis pelo início da Revolução Federalista em 1893, pós Proclamação da República.

Outro grande nome da política na História, que a série *Um castelo no pampa* aborda, é Quintino Bocáiuva, a quem o narrador chama somente de Quintino. Quintino Bocáiuva foi um dos ministros do Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente da República.

Para Olímpio, Bocáiuva sugere a personagem que o mesmo retorne após a conclusão do curso de Direito em São Paulo para o sul, onde seria mais útil para a formação da República:

[...] Forme-se logo e volte para lá. Não queira ficar por aqui, onde tudo vai adiantado. O senhor será mais útil na sua terra, entre os seus, falando coisas que seus conterrâneos entendam. O essencial é organizar o partido, dar-lhe estrutura, conquistar adeptos, eleger pessoas como o senhor. Imagino que deseje uma cadeira na Assembleia Provincial...[...] Há também os outros, o Borges, o Júlio. Também vão formar-se e voltar para o Rio Grande. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 156)

Bocáiuva, defensor das ideias republicanas e Ministro das Relações Exteriores em 1889 com a República, sugere a personagem que retorne ao sul do país para que esteja inserido na política sul-rio-grandense e que almeje uma vaga na Assembleia provincial.

Seguindo as ideias de Bocáiuva, Olímpio retorna na narrativa para o Rio Grande do Sul e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) realiza seu primeiro Congresso em Porto Alegre em que o narrador expõe:

O Congresso do PRR, suportando resignado os ataques do *Senador Rei do Rio Grande*, realiza-se em Porto Alegre com toda a pompa. O Teatro São Pedro explode de tantos arautos dos novos tempos, graças à benevolência do Império que permite tais avanços mais por cansaço do que por liberalidade [...] Por artes de Júlio e, em menor grau, de Câncio Barbosa, Olímpio sai do Congresso como candidato a Deputado à Assembleia Provincial na próxima eleição, “a última do Império!” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 249-250)

A narrativa se interliga à História para demonstrar o grande evento que foi o Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense para o período no final do século XIX, mostrando que os indivíduos tinham interesse de que houvesse mudanças na política instituída pelo Império.

Logo após o evento do PRR, Olímpio começa a visitar cidades do Rio Grande do Sul para conseguir ser eleito na Assembleia Provincial e, assim como Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi para a História sul-rio-grandense um dos primeiros republicanos a conseguir o cargo na Assembleia provincial, a personagem Olímpio “Como de fato: nesse pleito, Olímpio elege-se como o único deputado republicano à Assembleia Provincial.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 256)

Contudo, Olímpio ao defender a liberdade através da República é questionado pela sociedade sulina por não aceitar seu irmão, fruto do relacionamento de sua mãe com um professor, considerando-o um bastardo. Na série, o narrador cita uma situação vivenciada por Olímpio:

Certamente falam, na cidade...Como compatibilizar sua figura de tribuno republicano, e portanto um homem moderno, com esse meio-cárcere a que destina o próprio irmão? Mas nada disso! Que falem nas reuniões das comadres, que se ponha amuado o Bispo, que difamem. Ainda não saiu no jornal...Ao deixar a casa, dobra o valor da pensão à ama. Mas que o mantenha informado de tudo./ O pior acontece quando, no inverno seguinte, Olímpio faz um discurso arrasador contra a Monarquia, dizendo que “só os energúmenos se deixam corromper”./ - E aqueles que têm irmãos ocultos...- aparteia-o um deputado imperial.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 271)

Desse modo, o narrador mostra de forma irônica a relação entre as ideias dos revolucionários da época com o modelo de vida que empregavam nas relações familiares, ou seja, ditavam sobre o ideal de liberdade, entretanto, na prática do lar prevaleciam os “bons costumes” e o conservadorismo, como se mostra através da personagem Olímpio.

A defesa da República não se dava somente nas esferas das ideias sociais e políticas, mas também como demonstra Olímpio em um de seus discursos na economia, principalmente a gaúcha que estava à míngua pelo esquecimento do centro do país em relação ao sul:

[...] Por que a República, excelentíssimos colegas? Antes de mais nada, porque a Monarquia não consegue entender o país. Mas muito pior: não consegue entender o Rio Grande. Entregue a essas novas classes oriundas do tráfico de mercadorias, o Império esqueceu-se de que o Rio Grande é o celeiro do Brasil, e histórico fornecedor de lã, charque, couro. O que faz a Monarquia? Ignora nossas dificuldades de mandar para cima os nossos nobres e indispensáveis produtos, não provê as vias férreas, deixa a barra do Rio Grande obstruída ao trânsito de navios [...] em minha peregrinação pelo Rio Grande eu vi, senhores deputados, o quanto somos atrasados nos métodos e processos produtivos; carneamos sobre o couro [...] E depois há a questão do café: os barões paulistas, aos quais infelizmente se alia o Senador todo-poderoso, enriquecem debaixo de nossas barbas, desfrutam

de todas as vantagens da civilização...e nós, os gaúchos, ficamos relegados a uma posição subalterna, nós que delineamos as fronteiras meridionais. É possível conviver com esse estado de coisas? (ASSIS BRASIL, 2010, p. 273-274)

Ficção e História se unem novamente para provocar o leitor a refletir sobre o passado, sendo a situação apresentada pelo narrador condizente com a condição em que se encontra o Rio Grande do Sul no século XIX.

Olímpio segue com as relações estabelecidas anteriormente ao cargo de deputado, o grupo do Clube Farroupilha, em que muitas vezes são observadas discordâncias com as ideias propostas como a de Júlio de Castilhos:

E na constituição republicana que estou rascunhando, porque a República deve encontrar-nos prontos, eu sou bem claro: o executivo forte, capaz de atender prontamente aos reclamos dos povos e encaminhar o Estado a uma era moderna. O legislativo terá função de apenas aprovar orçamentos./ - Mas isso é uma ditadura, Júlio./ - Que seja. Mas uma ditadura esclarecida. Talvez como a de Cromwell./ Ao sair do escritório de Júlio, Olímpio presente que nem tudo serão rosas quando vier a República. As ideias de Comte causaram mais estragos do que ele poderia imaginar. E nos meses seguintes vê que o positivismo se alastra de forma assustadora, contaminando os militares saudosos de autoridade. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 274-275)

Nas diferenças de posições, Olímpio discute com Júlio de Castilhos, tendo que se afastar do colega, uma vez que não concordava com as ideias que imperavam e que se direcionavam ao autoritarismo de uma ditadura.

Raymond, empregado de Olímpio, sugere ao patrão uma viagem para Paris a fim de que conseguisse esquecer as perturbações que estava tendo com os idealizadores da Proclamação da República com suas ideias positivistas. No entanto, durante a estadia de Olímpio em Paris, é Proclamada a República no Brasil sem a sua presença, sabendo da notícia somente pelos jornais.

Retornando ao país, sente-se traído pelos colegas, pois além de instalarem a República sem sua presença, é orientado por Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa a retornar para o sul:

Alegra-se ao saber que o *Rei do Rio Grande*, que vergonhosamente assumiu o poder no sul ao apagar das luzes do Império, está destituído e preso, deixando os liberais à deriva. Sabe da notícia em visita a Quintino Bocaiúva, ora Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Ministro, atarefado em seus múltiplos afazeres republicanos, dedica-lhe uma atenção dispersa, mas concentra-se para dizer:/ - O amigo deve voltar para o Rio Grande. Lá é o seu chão. A República precisará muito de seu formidável talento. Há, por exemplo, que estruturar o Estado, fazer uma Constituição./ Rui Barbosa,

o novo Ministro da Fazenda, no outro dia, é mais explícito:/-Agora é voltar, meu caro. Quando necessitarmos, pode acreditar que não hesitaremos em chamá-lo. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 9-10)

Ao chegar ao sul, novamente é excluído do grupo e ironizado por não estar presente no momento que tanto defendeu: “Chega em Porto Alegre no mais escaldante fevereiro. Júlio está em posição superior, como já sabia: Secretário do Governo provisório. Como governador, os republicanos gaúchos puseram o Marechal Câmara, Visconde de Pelotas” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 11). Ao pedido de Júlio de Castilhos e com o convencimento de Raymond, Olímpio visita Júlio:

- Mas não entendo, Júlio – diz Olímpio, depois de uma cena de possível reconciliação. – Proclama-se a República e põe-se um titular do Império a comandar o Rio Grande./-A República surgiu de um golpe militar. Nada mais natural que um oficial assumisse o governo. Mas não é apenas um oficial. Você mesmo sabe como ele se aproximou de nós nos últimos meses do ano passado e como tem proeminência aqui. [...] Enquanto eu estiver servindo ao Estado, esses oportunistas não terão vez. Prefiro aliar-me aos conservadores, que aderiram sinceramente ao regime. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 11-12)

Não compreendendo a política aplicada pelos colegas republicanos, Olímpio decide se refugiar em Pelotas para enfim terminar o Castelo nos pampas e receber a esposa austríaca que havia conhecido durante sua viagem em Paris.

Ficção e História se unem para ironizar a política defendida pelos republicanos a partir do positivismo, mas que se relacionava com uma prática ditatorial de governar. Os opositores do governo republicano não tardaram ao questionar o modo republicano de governar e um dos primeiros a retornar é o *Rei do Rio Grande*. Nesse período, Olímpio recebe notícias de Porto Alegre no pampa gaúcho:

O *Rei do Rio Grande* volta ao Brasil com os privilégios intocados, volta ao Estado e começa a resgatar os antigos correligionários, aos quais soma dissidentes do PRR, criando a União Nacional [...] o Marechal-proclamador endurece o regime, há manifestações de rua em Porto Alegre, alguns populares são fuzilados pela polícia, Júlio faz e desfaz Presidentes do Estado, elege-se Deputado à Constituinte republicana no Rio de Janeiro, brilha nas sessões, volta ao Rio Grande e, encabeçando uma chapa de republicanos, vence a União Nacional – já transformada em Partido Federalista – nas eleições para a Constituinte do Rio Grande do Sul. Mostra-se implacável com os opositores, esperando-se um desastre a qualquer hora. É preciso, e urgente, que uma terceira força se anteponha. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 87)

Os republicanos que tomaram o poder perdem-se ao governar e Olímpio recebe uma comissão em seu Castelo para que pudesse intervir, no entanto, num primeiro momento nega-se, mas é influenciado pela esposa a aceitar. Nesse momento, Júlio de Castilhos convoca Olímpio para contribuir na elaboração da Constituição do Estado.

Em Porto Alegre, Olímpio nega-se a aceitar as ideias propostas por Júlio de Castilhos no rascunho da Constituição. Além disso, a personagem já nota a divisão entre republicanos e federalistas no Rio Grande.

Não tarda muito e os conflitos retornam para o sul. O narrador descreve o momento em que para a História foi chamado de “Governicho” após a destituição de Júlio de Castilhos do poder:

Como tudo tem um início, um dos tantos potentados Silva Tavares, de Bagé – Joca Tavares – subverte o Estado, chamando-o às armas: *Concidadãos, às armas!* Não foi preciso o acender de cigarro, portanto: bastou um simples manifesto revolucionário. *O Rio Grande, pátria de heróis, está convertido em terra de escravos, com os pulsos algemados e a boca amordaçada:* reconheçamos, não há muito brilho na frase, mas isso foi escrito por um homem de 75 anos, que lutou na Revolução Farroupilha, na Guerra do Paraguai, é brigadeiro honorário, Barão de Itaqui e dispõe de 3.000 temíveis guerrilheiros – e isto é o suficiente. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 128)

Mesmo sendo federalistas, Olímpio recebe os rebeldes em suas terras num momento da revolta e, não tarda muito, vem um telegrama furioso de Júlio de Castilhos, criticando o acobertamento dos rebeldes nos pampas. Na História, o período “Governicho” tem um período curto, tendo brevemente o retorno de Júlio de Castilhos ao poder.

Portanto, as personagens históricas, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Quintino Bocáiuva, Silveira Martins, entre outros, são exploradas na série *Um castelo no pampa* para lembrar os acontecimentos históricos ocorridos no passado, mas com a presença de um tom irônico na construção da narrativa. Esse aspecto nem sempre é mostrado pela História. As peculiaridades políticas, que estão presentes na ficção, fazem com que se desmistifique o papel dos grandes homens que estão retratados na História.

2.6 O papel das personagens históricas do Rio Grande do Sul

Em suma, as personagens históricas presentes em *Um castelo no pampa* mostram que Ficção e História se mesclam para resgatar o passado de forma crítica e um tanto irônica de indivíduos que, para a sociedade, seriam os grandes responsáveis pela implantação da República. Mas a ficção desempenha o seu papel de rever essas personagens do passado com suas ideias e ações conturbadas.

Desse modo, para que uma narrativa possa ser interpretada, será necessário que o sujeito participe do convívio social em que está inserido, a fim de que possa compreender o que está sendo dito em determinada narração, pois como cita Barthes (2011):

Compreender uma narrativa não é somente seguir o esvaziamento da história, é também reconhecer nela “estágios”, projetar os encadeamentos, horizontais do “fio” narrativo sobre um eixo implicitamente vertical; ler (escutar) uma narrativa não é somente passar de uma palavra a outra, é também passar de um nível a outro. (BARTHES, 2011, p. 27)

O sujeito durante a compreensão da narrativa deve intervir no momento da interpretação com seu conhecimento de mundo que parte de uma visão política, histórica e econômica de um mundo real. O narrador procura provocar o leitor a preencher as lacunas que muitas vezes estão com falhas no que se refere à História. Essa ação de desmistificar a narrativa cabe ao sujeito atuante na História.

Segundo Motta (2012):

Estudar narrativas é compreender o sentido da vida. A análise da narrativa é um procedimento hermenêutico: analisá-las é interpretar as ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser humano e o mundo onde ele vive. As narrativas permeiam toda a nossa existência. Estudá-las é refletir sobre o significado da experiência humana e sobre o quê as narrativas realizam enquanto atos de fala. (MOTTA, 2012, p. 23)

Realizar a interpretação de uma narrativa é rever a História do homem na sua pluralidade em que, a partir das relações sociais, se estabelece a compreensão da ação proposta pelo sujeito.

As personagens históricas presentes em *Um castelo no pampa* fazem com que o sujeito interprete a partir da narrativa, as visões e ações que delas vieram para a construção histórica, a fim de que ocorresse a implantação da República. O

narrador provoca o sujeito a refletir e instiga a elaborar as ideias frente a um contexto político conturbado para a História.

Motta (2012) argumenta que existem duas razões para estudar as narrativas, são elas:

1) *compreender quem somos, como construímos nossas autonarrações a respeito do nosso próprio ser no mundo;* 2) *entender como representamos e instituímos narrativamente o mundo; como os homens criam representações e apresentações simbólicas do mundo no qual atuam, e às quais cada vez mais retroagem.* Compreender, enfim, como instituímos representativamente o mundo e nele performativamente atuamos. (MOTTA, 2012, p. 23)

A narrativa por meio de personagens históricas procura compreender como foram construídos os ideais desses sujeitos que se estabeleceram em determinado período na História, muitas vezes, de forma perturbada pelas ações que são praticadas, que diferenciam das ideias. Isso demonstra o quanto o sujeito se representa na narrativa, diferentemente da forma em que atua na História.

Motta (2012, p. 30) considera que “a narrativa, seja ela fática ou fictícia, estabelece por si mesma a naturalização do mundo.” O sujeito se representa como ser atuante num contexto político, social e econômico determinado.

Para Genette (2011, p. 265), narrativa é a “representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem e, mais particularmente, da linguagem escrita.” A narrativa ficcional, por meio de personagens históricas, tende a explorar os acontecimentos nos quais estas personagens fizeram parte, normalmente de forma crítica e fazendo com que o sujeito reveja seus conceitos já formados anteriormente.

Um castelo no pampa é uma narrativa que traz em si personagens que pertenceram a um contexto histórico específico, num tempo que remete ao século XIX e a um espaço que destoa para o pampa gaúcho. No romance são descritas as características do tempo passado, tendo na narração a história de personagens que tiveram suma significância para a História.

As personagens históricas como Silveira Martins, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, contribuíram para a formação da Proclamação da República no país. Narrar a trajetória e os detalhes que fizeram parte do contexto social dessas personagens é de suma importância para a narrativa ficcional, a fim de despertar criticamente os olhares do sujeito para aquele tempo.

2.7 Os eventos históricos e o romance: perspectivas interpretativas

As aproximações entre Ficção e História acontecem nas narrativas ficcionais por meio da representação de um tempo e espaço delimitados, onde transcorrem as ações das personagens.

A série *Um castelo no pampa* caracteriza-se como polifônica por abranger vários narradores que se misturam com as vozes de diversas personagens pertencentes ao romance. Conforme Bakhtin (2008), a essência da polifonia consiste:

No fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à homofonia. E se falarmos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. Poder-se-ia dizer assim: a vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento. (BAKHTIN, 2008, p. 23)

A polifonia contribui para dar voz aos diferentes narradores que compõem a narrativa a fim de que ocorra a combinação de várias vontades individuais dentro da narrativa. *Um castelo no pampa* combina vozes de várias personagens, demonstrando posições diante das suas vivências e também das atitudes que são observadas das outras personagens. Nas narrativas, Olímpio, personagem principal, se constitui como narrador da própria vida e da relação com as demais personagens.

Também fazem parte das narrativas algumas personagens históricas que participaram na luta política, econômica e social para que assim fossem realizadas as mudanças históricas no país e no Estado gaúcho. *Um Castelo no pampa* aborda nomes que realmente participaram da História, são eles: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, entre outros. No entanto, o narrador, na maioria das vezes, procura chamá-los somente pelo primeiro nome.

As personagens ficcionais e históricas sofrem as ações de um tempo marcado por lutas, a fim de que fossem concretizadas as principais ideias que defendiam no período narrado. O positivismo foi umas das principais ideias dos republicanos no Rio Grande do Sul.

Um castelo no pampa contempla na narrativa a trajetória de uma família arraigada no pampa gaúcho por meio da construção de um Castelo que será

finalizado pela personagem principal da narrativa, Doutor Olímpio. Dentro desse ambiente são exploradas as lutas políticas e econômicas ocorridas no Rio Grande do Sul e o contexto social de uma família marcada por problemas familiares.

Dr. Olímpio, casado com uma condessa austríaca e pai de três filhos, é um grande defensor da liberdade, especificadamente do liberalismo, mas nos preceitos familiares torna-se um grande adepto dos valores morais e dos valores de classe, conservadores. Além disso, o narrador descreve ironicamente o modo de pensar de um ideologista da República com as práticas enraizadas nos costumes realizados na monarquia europeia quando decide construir um castelo no pampa gaúcho e ao escolher como esposa uma condessa.

Olímpio recebe inúmeras críticas diante de suas escolhas que iam de encontro com suas ideias. Hermes, seu futuro genro renegado, cujo apelido era Prestes, por ter defendido a Coluna Prestes durante um discurso na faculdade, na primeira visita ao castelo faz a seguinte análise:

[...] *Prestes* circundou o olhar pelos *gobelins* da sala: “Castelo, condessa...Não é curioso que o Doutor, que foi um propagandista da República, tenha tantas saudades da realeza?” Proteu, que colocava fumo no cachimbo, lançou a nós, os irmãos, um sorriso irônico. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 202)

O romance é repleto de enlaces irônicos que enfatizam um período marcado por grandes heróis para a História, pois conseguiram a implantação da República, no entanto, o narrador volta-se em muitos momentos com olhares críticos àquele período.

Além disso, as escolhas da personagem Olímpio na ficção têm características semelhantes ao político e diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil, parente do escritor Luiz Antônio de Assis Brasil, que foi um grande defensor da Proclamação da República no final do século XIX, bem como se casou com uma portuguesa, Lydia Pereira e construiu um castelo no pampa gaúcho para agradar a esposa no início do século XX.

Maestri (2010) descreve Joaquim Francisco de Assis Brasil da seguinte maneira:

Republicano histórico, Joaquim Francisco de Assis Brasil, então com 65 anos, propunha programa de modernização técnica da economia agropastoril que mantivesse intacta a posse monopólica da terra. Em 1894,

quando vivia como diplomata na França, apoiara a fundação da Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura. De volta ao Rio Grande, introduziu em suas fazendas novas raças bovinas e novas técnicas agropastoris. [...] Mais tarde, Assis Brasil fundaria a Granja de Pedras Altas, no município de Pinheiro Machado (ex-Cacimbinhas), na Campanha, a 350 km da capital, que se propunha como exemplo vivo das suas propostas técnico-reformistas. A construção do chamado “Castelo de Pedras Altas”, na granja homônima, como biblioteca rica em obras europeias, 44 cômodos, em pleno espaço pampiano, constituiu uma espécie de síntese arquitetônica da proposta de transformação do criador latifundiário sulino em *gentleman farmer*. (MAESTRI, 2010, p. 301)

A construção de um castelo realizada por Olímpio no pampa gaúcho, em *Um castelo no pampa*, aproxima-se da constituição de Joaquim Francisco de Assis Brasil na História sul-rio-grandense. Também na narrativa, a personagem Olímpio se torna embaixador na Europa e defende a modernização das técnicas pecuaristas.

O entrecruzamento entre Ficção e História acontece na narrativa também quando é narrada a trajetória das personagens num tempo em que ocorre a exaltação de jovens estudantes, da Faculdade de Direito de São Paulo, na defesa das ideias republicanas, a partir do positivismo de Augusto Comte. Nesse período, no romance, surge a formação de clubes e do Partido Republicano Rio-Grandense assim como na História, características de um período que antecede a Proclamação da República em 1889.

As ideias abolicionistas ocorridas na História são representadas na narrativa por meio dos estudantes e principalmente por Olímpio:

A notícia da abolição particular da escravatura nos campos de São Felício chegou a Pelotas como uma bomba de retardo, estourando no salão de D. Plácida [...] mandou chamar o notário e, perante o servilismo burocrático do homem, disse que Olímpio não estava em seu juízo, viera de São Paulo cheio de ideias e que suas possíveis declarações de vontade corresponderiam, na forma e na substância, às de um louco. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 43)

O narrador descreve ironicamente as atitudes inicialmente tomadas pela personagem Olímpio, pois quando era estudante de Direito decide libertar os escravos e ainda descreve a personagem no momento que defende a plantação do milho:

[...] o milho era a salvação dos povos americanos. Milho para alimentar os animais, para fazer pão e farofa, para sementes, milho para a Humanidade faminta. Estivera lendo um tratado sobre a civilização inca no último inverno paulistano e convencera-se de que o milho era cereal mais nobre que o

trigo, pois dera fartura a um grande império americano. O trigo, ao contrário, não tivera o dom de salvar Roma. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 47-48)

Além de libertar os escravos, Olímpio defende a plantação de milho em suas terras como forma de inovação para alimentar a população. No entanto, é ridicularizado por colegas ao tomar essa atitude e anos após conclui que:

- O milho é outra coisa, Câncio. O milho tem origem ilustre, os incas, os astecas. Se a minha plantação não deu certo foi porque eu andava muito ocupado com a República. – Olímpio tira os óculos, dobrando as hastes sobre a papelada. – Uma República, aliás, que deu nisso: apenas revoluções e ditadura. Ideias... (ASSIS BRASIL, 1994, p. 214)

Já em relação à abolição, Olímpio conclui que “É estimado: a abolição da escravatura em sua estância e suas preocupações agrícolas transformaram-no em uma espécie de predecessor, quase um vidente.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 122)

As atitudes de Olímpio são exploradas pelo narrador tanto no que se refere ao contexto político, quanto ao familiar. Se de um lado a personagem defende a liberdade, a abolição e a Proclamação da República, de outro, nas relações familiares, existem as divergências uma vez que defende que seus filhos sigam os valores de classe dos conservadores e as regras sociais da época, no entanto, possui uma amante.

Os desacordos com os ideais de Liberdade protegidos pela personagem Olímpio se tornam seguidamente questionados pela sociedade na narrativa, pois esconde seu irmão, fruto de um relacionamento de sua mãe com um professor, e desaprova o relacionamento da filha Selene com Hermes.

Mesmo idealizando as inovações que a implantação da República estabeleceria no desenvolvimento econômico e que enfim teve sua realização após a Proclamação da República, não aceitou o envolvimento de sua filha, Selene, com Hermes que era um rapaz rico, mas sem nome, chegando a comparar o futuro neto com o irmão, considerado bastardo pelo mesmo:

E então ele disse: “É assim: ligações não idôneas acabam produzindo filhos degenerados...” Astor, o Bêbado-infeliz, estava aí para confirmar./ Aterrorizei-me pela criança que levo entre as vísceras, tentei em lágrimas argumentar que não tive outra solução, se na época de minha fuga do Castelo era de menor idade e ele recusou-se a assinar o papel para o casamento...mas que agora estava tudo regularizado, a criança nasceria com um sobrenome. “Cale-se”, ele ordenou, “casamento no civil não passa de concubinato” – ele que sempre ironizou os padres e a Igreja. E seguia:

“Falam, aí por fora... a filha do Doutor Olímpio, aquela...” – e papai imitava as vozes canalhas que eu não desconheço. Entendi perfeitamente, naquele momento, o que tanto intuía o Castelo: o Pecado é a consequência natural da Liberdade. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 285-286)

Ficção e História unem-se para desmascarar e ao mesmo tempo criticar os sujeitos que fizeram parte das revoluções republicanas, pois defendiam externamente o termo liberdade e as ideias positivistas, mas no ambiente familiar protegiam a moral e preservavam os valores de classe dos conservadores. Olímpio, detentor das ideias liberais, ironiza o casamento no civil, importa-se com os pensamentos da sociedade frente às atitudes da família e não aceita o casamento da filha com um indivíduo cuja família faz parte da área industrial em crescimento naquele período.

As ideias liberais tem sentido somente no meio político e econômico, enquanto no meio social prevalecem o ideal conservador, de classe defensora dos interesses econômicos, protegidos por grande parte da sociedade patriarcal e estancieira do século XIX.

Com a Proclamação da República houve poucas alterações no que se refere à prática social, bem como em termos políticos e econômicos, pois ainda haveria divergências entre os praticantes das ideias positivistas pelos republicanos e os estancieiros continuaram sendo esquecidos pelos governantes.

O Estado do Rio Grande do Sul permaneceria sendo palco de grandes batalhas, tendo como principal causa a defesa da pecuária gaúcha pelos estancieiros que eram os detentores de extensas propriedades de terras. As personagens de *Um castelo no pampa*, pertencentes ao contexto sulino, representaram esse tempo nas relações ficcionais. Dentre as guerras que perpassam na narrativa ficcional, são a Revolução Federalista e a Revolução de 1923.

No início da Revolução Federalista, a personagem Olímpio dá abrigo ao grupo de Nicácio Fagundes com a aprovação da esposa. Com esse episódio, Olímpio demonstra certo rompimento com a política praticada por Júlio de Castilhos. Após algum tempo, Olímpio recebe o cargo de embaixador em Viena e vai para a Europa com sua esposa, a fim de que fosse afastado da revolução.

Assim como a personagem Olímpio, existem semelhanças com a situação vivida pelo político Joaquim Francisco de Assis Brasil que também assume cargo diplomático fora do país durante a Revolução Federalista.

Não obstante, durante a estadia da personagem em Viena, o narrador descreve a situação vivenciada pela sociedade gaúcha durante a revolução. Uma das características da revolta é a degola que conforme o narrador:

A degola, vista sem dor nem preconceito, sem pruridos políticos nem históricos, esquecendo-se Pecado e Moral, a degola é, na essência, um ato cirúrgico, exercido por um revolucionário bastante hábil, que adquiriu esta destreza em centenas de pescoços mais ou menos inimigos. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 167)

Notamos a forte ironia do narrador diante da forma que era a prática da degola durante a Revolução Federalista, pois o narrador descreve a frieza da prática da degola dos revolucionários federalistas, chamados de maragatos, sendo em sua maioria representados pelos estancieiros que eram contra a política republicana de Júlio de Castilhos.

Numa conversa com Silva Jardim em Viena, Olímpio questiona a prática realizada pelos federalistas no Rio Grande do Sul:

[...] o que explica as degolas da última revolução? Como pôde um povo tão nobre, tão ancestral e digno como o rio-grandense, como pôde esse povo comportar-se como hunos? Doze mil mortos.../ - Isso é coisa de gaúchos, que gostam de se matar uns aos outros. Não entendo nada. Mas acabou tudo bem, não é? Fizeram-se as pazes, o Júlio manteve-se na Presidência do Estado, o Borges cresce em influência...- Silva Jardim tem os lábios roxos e começa a bater o queixo. – E você arranhou-se bem com a República, embaixador em Viena, casado com uma condessa austríaca, os bens preservadinhos no Rio Grande, o Castelo...Realmente, você não precisa de mais nada.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 172)

Novamente Olímpio é ironizado por amigos quanto às exposições de suas ideias, que na realidade não correspondem com a maneira que ele atua no cotidiano das relações familiares. Construtor das ideias republicanas e ao mesmo tempo também de um Castelo no pampa gaúcho, resquício de um ideário monarquista, se contradiz nas suas ações diárias.

Além disso, Silva Jardim segue ironizando Olímpio:

- E agora você bebe chá e come torta...Você, um gaúcho macho./ - Para que tanto amargor, Jardim? Vamos esclarecer as coisas: não me “arranjei

com a República”, como você diz. Fui propagandista de primeira hora, desde a Academia./- Como eu, aliás. O que eu não tive é sorte. Ou amigos nas horas certas./ - Amigos? – diz Olímpio, ensinando Silva Jardim a servir-se do chá. – Tive foi algozes. Estou aqui porque me tornei incômodo no Rio Grande. Depois do episódio do trem, o governo não descansou enquanto não me viu pelas costas. Quer açúcar? Use pouco, esta torta é tão doce que chega a doer nos queixos. E se houve algo decisivo para eu estar aqui foi o ato de ser casado com uma condessa da Áustria. Não esqueça que isto é uma monarquia./ - É...- Silva Jardim remexe o chá com desatenção. – Mas ninguém é embaixador contra a vontade./ O Doutor olha com espanto para o órfão da República:/ - Mas há certas biografias em que não pode faltar uma embaixada! (ASSIS BRASIL, 2011, p. 173-174)

A personagem histórica, Silva Jardim, mesmo tendo defendido a implantação da República, sente-se excluído pelo grupo de colegas que não o incluíram na política republicana, dando o cargo de embaixador em Viena para Olímpio. Silva Jardim é irônico diante da situação vivida por Olímpio, que justifica sua ida à Viena por ser casado com uma condessa austríaca.

Silva Jardim, porém, permanece a questionar a aristocracia monárquica “A aristocracia é uma merda abjeta – diz Silva Jardim, levando um bocado da torta Sacher à boca. Escarnece do povo.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 174), sendo que recebe a resposta de Olímpio:

Olímpio torna-se profundamente sociológico:/ - Este povo aqui, este povo ama sua aristocracia. Que, aliás, trouxe a estabilidade e o telefone à Áustria. Quando comparo isto com a selvageria dos nossos hábitos, com a ausência de pardais, com os nossos barbudos revolucionários gaúchos, com as degolas, com os combates nas coxilhas empapadas de sangue... (ASSIS BRASIL, 2011, p. 174)

Idealizador das ideias republicanas, Olímpio novamente se contradiz ao comparar e defender o modo de vida da monarquia europeia com as práticas realizadas no Rio Grande do Sul, sendo que muitas vezes as defendeu anteriormente. Silva Jardim não deixa por menos e responde: “- Bravo – Silva Jardim não esconde a ironia. – Ideias perfeitas para o dono do Castelo./- Um castelo da Liberdade, não esqueça [...]” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 174)

Percebemos com os pensamentos e atitudes da personagem que o Castelo de liberdade, projetado por Olímpio, será o palco para “prender” seus filhos no futuro por não aceitar o comportamento dos mesmos.

Se na ficção no período que ocorreu a Revolução Federalista Olímpio estava fora do país, na Revolução de 1923, ele será a personagem central da revolta, bem como aconteceu com Joaquim Francisco de Assis Brasil na História sul-rio-

grandense, na qual seu castelo foi o palco para a assinatura do Pacto de Pedras Altas, dando fim à revolução.

Com o fim da Revolução Federalista, o cenário político e econômico do Rio Grande do Sul permanece como anteriormente. Os pecuaristas continuam tendo problemas financeiros e não recebem nenhum auxílio do governo para remediar a situação econômica vivenciada pelo povo gaúcho. Além disso, são taxados por altos impostos pelo governo.

Na narrativa ficcional, Olímpio não tarda a receber o pedido de ajuda pelos estancieiros:

[...] recebem no Castelo a notícia da morte do Rei do Rio Grande. Olímpio ergue uma taça:/ - Que vá feder bem longe daqui./ Pudera: o homem morre em Montevideú, para onde retirou-se após a revolução de 93, desgostoso com o ritmo dos acontecimentos no Estado. Deixa uma legião de órfãos políticos, que não tardam a procurar o Doutor para congregá-los contra a ditadura de Borges – Júlio: querem-no como chefe./ - Jamais – ele disse a Cância Barbosa, que escolheram como porta-voz. – Não viverei à sombra de um cadáver. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 244)

Após a morte do *Rei do Rio Grande*, Silveira Martins, os estancieiros sentem-se desprotegidos por perder um dos grandes revolucionários sul-rio-grandenses, uma vez que ele foi apoiador da pecuária gaúcha que vinha sendo esquecida pelo governo do Estado. Na narrativa, pedem o apoio de Olímpio para intervir diante da situação precária dos pecuaristas, mas num primeiro momento nega-se a substituir um sujeito considerado seu inimigo.

Logo após, ocorre o falecimento de Júlio de Castilhos, em que o narrador descreve o momento que Olímpio recebe a notícia:

Raymond aparece na Biblioteca, hirtó de pavor, e larga um telegrama sobre a mesa:/ - O Doutor Júlio morreu./ - Mentira./ - Leia, Doutor./ Um telegrama de Porto Alegre, simples e direto, o põe a par da tragédia: Júlio morreu, em meio a uma cirurgia para extirpar um câncer de garganta. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 244-245)

Sabendo da morte de Júlio de Castilhos, Olímpio pressente a pressão que teria dos opositores ao governo dos republicanos, bem como teme pela tomada do poder por Borges de Medeiros:

Num domingo, manda chamar Cância Barbosa./ - ...morto o homem, agora o Borges tomará conta de tudo./ - De tudo: do governo e do Partido Republicano./ Arquelau também veio à reunião:/ - Do governo, do Partido e

do dinheiro./ - Do dinheiro não – diz o Doutor – porque o Borges é incorruptível. Mas é um ditador, alguém cuja ambição não conhece limites. Preparou-se para isso desde a Academia, em São Paulo. Eu, o ingênuo, não percebi. [...] - Tempos difíceis... você fora da política... o Borges em meio de mandato... E agora, com o terreno limpo, vai se candidatar de novo. - Não ousará!... – Olímpio diz isso e cai em si: - ... talvez. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 245)

Olímpio percebe que com a morte de Júlio de Castilhos o Rio Grande do Sul não teria alterações no que se refere às mudanças políticas e econômicas. Permanecendo no poder, Borges continua com a política de Júlio:

Todas as preocupações se confirmaram tempos depois [...] Borges acumulando o cargo de Presidente do Estado com a chefia do Partido Republicano Rio-Grandense, vence facilmente uma nova eleição e às vezes fala em algo estranho: o Rio Grande deve crescer harmonicamente, e não depender apenas da pecuária. Há muito mais o que tratar: a cultura do arroz, a indústria, o comércio e, em especial, os transportes, para o cabal escoamento dos produtos. Com todas essas, o Banco Pelotense, dependente da pecuária, começa a baquear. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 246)

Ficção e História unem-se em *Um castelo no pampa* para resgatar a trajetória política dos republicanos, implantada no período da República Velha no Rio Grande do Sul, mostrando que assim como na História, a narrativa mostra as consequências que as personagens sofreram no tempo em que transcorre a Ficção. Os pecuaristas sofreram historicamente com o esquecimento do governo em relação à pecuária e a valorização do mercado pertencente ao norte do Estado com a produção de arroz e a industrialização.

As personagens sofrem com a política de Borges de Medeiros, tendo um momento em que chega a crise inclusive para o Banco Pelotense. Olímpio sugere ao irmão, Astor, o bastardo, para retirar o dinheiro do Banco e aplicá-lo em outro investimento:

Nos anos seguintes, anos de terror positivista e gradual degradação da pecuária, o que obriga todos os estancieiros a se concentrar na salvação de seus capitais, há ainda os problemas fraternos a afligir: Olímpio, sentindo-se responsável pela sorte financeira do irresponsável Astor, escreve para o Rio de Janeiro e pede-lhe autorização para retirar-lhe o dinheiro do Banco Pelotense. De posse do papel, vai ao Banco, saca todo o montante e o aplica em outros investimentos, não tão seguros como gostaria. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 246)

Olímpio e a família vivenciam esse período de crise, pertencente também à História sul-rio-grandense. Além disso, o narrador descreve o momento em que

Borges de Medeiros vence novamente as eleições, mesmo com as decepções políticas dos pecuaristas:

Borges candidata-se de novo e, à custa de escandalosas fraudes eleitorais promovidas pelos correligionários, vence mais este pleito. As perspectivas são, agora, as piores./ - Só me resta o exílio, Cância./ - Absurdo. Você não pode fazer isso. Você precisa ficar e lutar./ - Lutar sem armas? Só para ser vencido e humilhado? Não. Antes o exílio. Eu, exilado, serei o símbolo da resistência à ditadura./ - Pense bem./ - Já pensei./ Exila-se em Buenos Aires, levando junto a família e deixando Raymond com a incumbência de zelar pelo Castelo. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 247)

Desgostando da situação política do RS, Olímpio decide exilar-se em Buenos Aires com a família, deixando para trás seu Castelo, mas mantendo-se sempre informado por amigos da situação política e econômica do Estado:

[...] os poucos líderes da oposição rio-grandense o põem a par das crescentes arbitrariedades de Borges, cuja sede de mando está levando o Estado à catástrofe. A pecuária liquidou-se, em definitivo, as falências de estancieiros tornaram-se comuns e – suprema afronta – há quem precise vender parte do campo. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 249)

No Rio Grande do Sul, os pecuaristas juntam-se novamente para oporem-se à política de Borges de Medeiros e defender a produção agrária. Convocam Olímpio a retornar do exílio a fim de que lutem pela causa dos estancieiros:

O Tenente-coronel Zeca Neto lhe escreve uma carta comunicando:/ “Reinaugurando suas práticas de proteção à indústria, o presidente do Estado prestigia os frigoríficos ingleses, que passam a dar ordens aos estancieiros, fixando o preço da carne ao bel-prazer, tudo sob alegação da guerra europeia. O charque desaba no mercado brasileiro, por causa da importação do similar platino, que entra com impostos irrisórios. Enfim, tudo se desgoverna. É preciso enfrentar o ditador. “Com eleição ou com as armas, que, felizmente, ainda tenho azeitadas nas mãos de meus homens fiéis.” A volta é necessária – e o antigo estancieiro dá-lhe prazo para isso, caso contrário estará na obrigação de procurar outro, mais audaz.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 250)

A Ficção imita a História revelando a crise enfrentada pelos pecuaristas no início do século XX, no Rio Grande do Sul, por meio de personagens históricas e ficcionais. O charque gaúcho assim como é demonstrado na ficção, é desvalorizado pelo governo de Borges, dando proteção à indústria e aos frigoríficos ingleses.

Na ficção, Zeca Neto argumenta, após o retorno de Olímpio, que: “Com sua volta, entendo que, a partir de agora, temos um pacto entre nós. Espero que seja homem e aceite candidatar-se contra o Borges.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 254)

Olímpio se candidata a governador do Estado do Rio Grande do Sul com o apoio dos estancieiros, indo até Borges comunicá-lo da decisão: “Ouça, Borges: hoje vim com o propósito de deixar bem claras as coisas entre nós, e para que você não diga que ando tramando contra você pelas costas. Quero que saiba, e por mim mesmo, que aceitei candidatar-me ao governo.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 264)

Na História sul-rio-grandense, Joaquim Francisco de Assis Brasil é quem se candidata ao governo, tendo semelhanças com a personagem Olímpio, uma vez que ambos constroem um castelo no pampa gaúcho e se candidatam às eleições do RS durante a República Velha, tendo inclusive defendido as ideias republicanas no final do século XIX para a Proclamação da República.

Incluindo-se no Partido Federalista, Olímpio começa a realizar a divulgação da sua candidatura no Estado:

Nossa arma será o voto, a maior arma de todas, desde a Grécia. Venceremos os pérfidos republicanos com a nossa convicção, com nossa justiça e com nosso laurel de seres civilizados. Só recorreremos a medidas extremas se nos fraudarem. Mas então será na limpeza dos combates viris, e não na covardia dos ódios pessoais. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 268)

Na esperança de vencer, Olímpio parte na defesa dos grandes estancieiros, sendo que anteriormente foi um dos grandes propagadores dos ideais republicanos ao lado de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, alterando a sua visão política ao defender os grandes estancieiros, detentores de enormes propriedades de terras. Compreendemos que a História não dá conta, em geral, de mostrar as contradições e ambiguidades das personagens históricas, embora demonstre que havia distorções nas práticas defendidas e realizadas pelos mesmos no contexto político.

As eleições transcorrem na narrativa ficcional, sendo que, assim como no real, Borges de Medeiros vence as eleições, que o narrador descreve da seguinte maneira:

A contagem dos votos, realizada nos recônditos dos gabinetes, ocorre, como dizem todos os governos, “na mais perfeita ordem”, e talvez algum desvairado ainda pense na vitória do Doutor. A grande ata, a ata final e somatória de todos os votos do Estado, é submetida à Assembleia em Porto Alegre, e uma comissão, cujo maior nome é o emergente deputado do PRR Getúlio Vargas, faz e refaz contas e por fim, para estupor geral, declara que Borges obteve os votos que a Constituição de Júlio exige. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 273-274)

Borges de Medeiros vence as eleições e os estancieiros começam a se organizar para mais uma revolução:

Olímpio, no Castelo ou no Solar dos Leões – ou no *Eterno Amor* -, acompanha as notícias com uma apreensão contida: todos o consideram chefe, mas logo os comandantes o deixam fora das decisões, “o Doutor é lá com os livros, a guerra é conosco”, costumam dizer em suas raras conferências. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 284)

Começa mais uma luta no Rio Grande do Sul a partir da união dos estancieiros a fim de retirar Borges de Medeiros do poder. A Revolução de 1923 é construída na narrativa a partir da mescla entre Ficção e História. Olímpio, como personagem principal, argumenta:

-Lutamos para restaurar a dignidade à política, para acabar com o reinado dos positivistas, para terminar com a barbárie. E por isso já somos fortes o suficiente para impormos condições favoráveis em algum armistício. Essas mortes, talvez as últimas no Rio Grande, não serão vãs. Muito ao contrário. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 293)

A guerra chega ao seu fim com a intervenção do governo federal ao enviar o Ministro de guerra, Setembrino Carvalho, personagem histórica, que se insere na narrativa para interferir, a fim de finalizar a revolta:

[...] O governo federal, ali representado pelo seu Ministro da Guerra, não interferirá nas cláusulas, cabendo-lhe apenas apor a sua chancela como testemunha e aval./ Então o insone Setembrino de Carvalho faz sua suspensão retórica, à espera do pronunciamento de Borges. Este levanta-se – o que é um convite para que os outros se levantem também – e apóia as mãos sobre o tampo do *bureau*./ - Proceda segundo suas ordens, Ministro. – As seguintes palavras paralisam os membros da comitiva do Ministro de Guerra: - De qualquer modo, general, o senhor sabe que meu mandato é inviolável, conferido pelo povo e referendado pela Assembleia... (ASSIS BRASIL, 2011, p. 309)

Borges de Medeiros nega-se a deixar o cargo e Setembrino Carvalho faz o encaminhamento do pacto que será assinado pelos principais revolucionários que participaram da revolução. Sendo assim:

Todos querem, e logo, que se assine o documento com o Ministro de Guerra, e por isso aguardam apreensivos a possibilidade de o encontro vir abaixo com a previsível intransigência dos ainda ausentes. E vagam num labirinto de culpas: querem o tratado de paz, mas ainda terão de empreender a tarefa impossível de convencer seus frágeis exércitos de que

não se tratou de uma capitulação; por outro lado, não assinar significa levar os comandados à derrocada, pela fome, pela vergonha e pela sensível inferioridade. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 311)

O encontro para assinatura do tratado é realizada no castelo de Olímpio em que “Os três outros oficiais da comitiva apresentam-se e todos sobem os pequenos degraus que conduzem ao vestíbulo do Castelo. O Ministro entra em primeiro lugar.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 313)

As cláusulas na ficção são imitadas conforme as que foram postas no Pacto de Pedras Altas, no castelo de Joaquim Francisco de Assis Brasil, historicamente:

[...] – Quanto às cláusulas, além das que os senhores já imaginam – e modera a voz -, tenho a informar que o Doutor Borges estabeleceu, como condição para assinatura, a sua permanência no governo até o término de seu mandato, daqui a cinco anos. Parece-me justo, pois afinal é o Presidente legal. Depois serão as eleições, livres, com voto secreto, a serem fiscalizadas pelo Ministro da Guerra. Em troca, o Doutor Borges referenda a anistia a ser concedida aos revolucionários pelo senhor Presidente da República [...] E então, sob os olhos do Doutor e o ditado cauteloso de Setembrino de Carvalho, Câncio Barbosa redige as cláusulas do tratado e o põe sobre o *bureau*. O primeiro a assinar, e rapidamente, é o Doutor, e logo após o Ministro. Câncio Barbosa apresenta a caneta a Zeca Neto. Este toma-a com firmeza, vai até o *bureau* e, lento, apõe seu nome. Os restantes coronéis seguem-no, entre coagidos e incentivados por Câncio Barbosa. O último é Honório Lemes. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 317)

Borges de Medeiros continua no poder até o final do mandato, sendo que em troca foi concedida a anistia aos revolucionários. Isso foi considerado uma afronta aos estancieiros que discordaram do tratado, no entanto, foram convencidos por Olímpio a assinar o mesmo. Fizeram parte da assinatura do tratado as seguintes personagens históricas: Setembrino Carvalho, Zeca Neto e Honório Lemes.

Historicamente, o Pacto de Pedras Altas foi realizado no castelo de Joaquim Francisco de Assis Brasil e teve a assinatura dos principais chefes libertadores: Mena Barreto, Chiquinote Pereira, Leonel Rocha, Honório Lemes, Assis Brasil, Zeca Neto, Felipe Portinho e Estácio Azambuja, acompanhados por Setembrino de Carvalho e Ângelo Pinheiro Machado.

Um castelo no pampa tem a construção de visões de um período histórico em sua narrativa por meio de personagens ficcionais e históricas e que teve o estabelecimento de ideias positivistas através de estudantes republicanos, com a formação de clubes e partido que pertenceram a História do Rio Grande do Sul.

Olímpio, personagem ficcional, assemelha-se ao político Joaquim Francisco de Assis Brasil, pois ambos tornam-se deputados republicanos no período em que o Rio Grande do Sul ainda era uma província, assim como se tornam embaixadores na Europa durante a República Velha e se candidatam pelo governo no Estado durante a política de Borges de Medeiros.

As revoluções como a Revolução Federalista e a Revolução de 1923 são representadas na narrativa ficcional, em que as personagens lutam e defendem seus ideais, sendo que em certos momentos tornam-se contraditórios, pois Olímpio, defensor da liberdade, aprisiona seus familiares devido aos valores morais em um Castelo, tipo de construção realizada no período monarquista.

Nitidamente, observamos nas narrativas a presença da criticidade e da ironia do narrador ao descrever um período histórico marcado por indivíduos nos quais a História considera-os como heróis da República. *Um castelo no pampa* é construído pela formação e revelação de famílias consideradas perversas e situadas no seio do pampa gaúcho. Na narração é revelado o retrato da exploração e das vivências ficcionais e históricas sofridas pela família do Dr. Olímpio.

3 A MULHER E A SOCIEDADE PATRIARCAL NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, a História inicialmente narra a escassez das mulheres no espaço sulino, visto que era um local ainda a ser descoberto e abrigava um enorme número de conflitos devido às disputas de terras e fronteiras. Houve interesse dos povos colonizadores do Brasil em trazê-las, a fim de que o território gaúcho fosse colonizado, mas no início da construção do espaço político, econômico e social da região sul a mulher é esquecida na constituição da História.

Ramos argumenta:

Sendo uma fronteira disputada entre as Coroas de Portugal e da Espanha, o Rio Grande do Sul desde o início de sua ocupação pelos portugueses careceu de uma presença maior de mulheres. Por isso, a importância de trazê-las, alojá-las e inseri-las no processo de construção do Sul português. Tal postura era uma necessidade política e estratégica, tal como expulsar os castelhanos e/ou conquistar o oeste do território. Isso não excluía nenhuma mulher, fosse ela branca, índia ou negra, doente ou sã. Todas eram fundamentais na construção da América portuguesa, por um lado. Por outro, é importante olhar como tem sido escrita a história deste período e que espaços ocuparam as mulheres nesta história. Numa fronteira militarizada e em expansão, as mulheres eram poucas no início.⁶

Na História, assim como em *Um castelo no pampa*, o papel da mulher no final do século XIX e início do século XX ainda se encontrava restrito ao ambiente doméstico, sendo que algumas começam nesse período a ter acesso à educação e à leitura de obras estrangeiras, no entanto, essa peculiaridade se reservava quase que exclusivamente às mulheres que possuíam um melhor poder aquisitivo.

Conforme a ideia de Perrot (2007):

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido o seu direito à educação. (...) No século XX descobriu-se que as mulheres têm uma história (...). Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. (PERROT, 2007, p.11)

⁶ RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha*. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v6n12/Microsoft_Word_-_A_HISTxRIA_DAS_MULHERES_NO_RSea_Revoluxo_Farroupilha__2_.pdf. Acesso em: 27 dez. 2016.

Um castelo no pampa apresenta figuras femininas que são omissas no que se refere à política, no entanto, cuidam das propriedades da família, principalmente quando os maridos participam das revoluções. Mas uma personagem, Urânia, chamada de Nini, viúva, decide a própria vida quando fez a opção de ser amante de Olímpio.

A presença da mulher na literatura gaúcha no século XIX era narrada com base na submissão ao homem e isolada dos eventos sociais, participando apenas de saraus e bailes. A mulher é retratada como um objeto e seu papel estava em aguardar o marido, o filho, o neto, ou seja, os homens de sua família, do trabalho ou da guerra. Conforme Zilberman (1985, p. 74), a justificativa é que “(...) o fato pode ser (...) atribuído à situação bastante secundária a que foi submetida a mulher na sociedade sulina, sobretudo enquanto durou o domínio da economia pastoril e do sistema patriarcal no campo.”

A literatura gaúcha procurou retratar a figura feminina tal qual vivia na sociedade do século XIX. A mulher cumpria as ordens estabelecidas pelo pai/marido que tinham o poder sobre ela. No entanto, nesse período, começa a haver uma preocupação de alfabetização da mulher, que Zilberman (1985, p. 77) destaca: “(...) elevá-la consistia em conferir-lhe condições para assumir a função que lhe caberia na emergente sociedade urbana e burguesa: o papel doméstico e materno, obedecendo às reputadas leis da natureza.”

Houve preocupação em instruir a voz feminina, porém ela permaneceria submetida ao ambiente doméstico, obedecendo às regras do pai/marido e educando os filhos.

Zilberman (1985, p. 79) ainda diz que na Literatura do século XIX “(...) embora os poetas mencionem amores e abandonos, solidão e ânsia de morte, decorrente da desilusão afetiva, está ausente, por sublimado, o erotismo feminino. A paixão, se existe, dá-se num ambiente descarnado, em que as imagens neutralizam o desejo.”

Já no século XX, a mulher começa aos poucos a se constituir como um sujeito histórico, participando do meio social, político e econômico da sociedade sulina em que Zilberman (1985) argumenta que com a publicação de *Baguala* (1982) de Ieda Inda:

Desvela a atitude autoritária dos até então galantes gaúchos rio-grandenses, sintetizados na personalidade do marido. Contraria o estereótipo do estrangeiro indigno de confiança, ao valorizar os gestos do

jovem Martín, elevando-o à condição de herói que luta por sua amada e pela liberdade de sua terra. E enfoca o tema da mulher adúltera não na perspectiva da culpa e necessidade de punição, mas legitimando sua conduta enquanto busca de novos horizontes existenciais e afetivos, até então domados pela banal rotina doméstica. (ZILBERMAN, 1985, p. 86)

A mulher começa a enfrentar seu papel social nas narrativas ficcionais e também no ambiente histórico e social da humanidade. As narrativas de Assis Brasil demonstram a presença da mulher normalmente no espaço doméstico, mostrando as peculiaridades de cada uma, sendo que possuem distinções de uma para outra no que se refere às ações tanto no contexto familiar como no ambiente social.

As personagens que se destacam nas narrativas são Dona Plácida, chamada de A Genebrina, mãe de Olímpio; a Condessa Charlotte, esposa de Olímpio; a Selene, filha de Olímpio; a Beatriz, cunhada de Olímpio; Dona Cândida, mãe de Urânia; Urânia, chamada de Nini, amante de Olímpio e Violante, amante do pai de Urânia.

A maioria das mulheres, das narrativas, são consideradas como infelizes pelos narradores, uma vez que se submetem às escolhas dos maridos, relativas às decisões familiares e também não possuem autonomia frente às preferências sobre a própria vida.

Esse modo de viver sobre a proteção e sob a condição de subordinação ao homem foi instituído pelo modo denominado de patriarcalismo que segundo Narvaz e Koller (2006):

A família não é algo biológico, algo natural ou dado, mas produto de formas históricas de organização entre os humanos. Premidos pelas necessidades materiais de sobrevivência e de reprodução da espécie, os humanos *inventaram* diferentes formas de relação com a natureza e entre si. As diferentes formas de organização familiar foram, portanto, *inventadas* ao longo da história. Uma destas formas de organização, centrada na figura masculina, foi a família patriarcal. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 50)

Durante a trajetória das narrativas de Assis Brasil e da História, notamos que o grande centro da família é a figura masculina, pois a mulher submete-se às escolhas econômicas e sociais apontadas pelo marido, tanto no ambiente doméstico quanto no meio externo. No entanto, Narvaz e Koller (2006) mencionam que historicamente essa forma de organização da família não foi realizada sempre dessa maneira, pois:

As organizações humanas nem sempre foram patriarcais. Estudos antropológicos [...] indicam que, no início da história da humanidade, as primeiras sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares. Tais sociedades (ditas “primitivas”) organizavam-se predominantemente em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, uma vez que desconheciam a participação masculina na reprodução. Os papéis sexuais e sociais de homens e de mulheres não eram definidos de forma rígida e as relações sexuais não eram monogâmicas, tendo sido encontradas tribos nas quais as relações entre homens e mulheres eram bastante igualitárias. Todos os membros envolviam-se com a coleta de frutas e de raízes, alimentos dos quais sobreviviam, bem como a todos cabia o cuidado das crianças do grupo. Muito tempo depois, com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades passaram a se fixar em um território. Aos homens (predominantemente) cabia a caça, e às mulheres (também de forma geral, embora não exclusiva), cabia o cultivo da terra e o cuidado das crianças. Uma vez conhecida a participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. O corpo e a sexualidade das mulheres passou a ser controlado, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 50)

O modelo patriarcal iniciou no momento em que é instituída a propriedade privada pela sociedade e pelo conhecimento de que o homem tinha contribuição para a reprodução. A partir desse período, a mulher passou a ser controlada tanto em relação à sexualidade quanto ao desenvolvimento das atividades ditas apropriadas para, ela que se referiam normalmente ao ambiente doméstico.

Outro importante fator que contribuiu para o controle da sexualidade, principalmente a feminina, foi à religião, uma vez que por despertar o desejo de outrem, houve segundo Aguiar (2000) a:

instituição de regras sobre as vestimentas, normatizando que sejam cobertas as partes do corpo feminino que podem suscitar desejos nos homens. Além disso, se por um lado a religião enfatiza o exercício da sexualidade dentro do casamento para o conjunto da população, ela prescreve, também, o ascetismo religioso com abstenção sexual pelos sacerdotes. O sistema religioso, portanto, é dominado por homens que estabelecem práticas de controle da sexualidade voltadas para a interdição do acesso e até mesmo da visão do corpo feminino. (AGUIAR, 2000, p. 310)

Nas narrativas de Assis Brasil, Dona Plácida casa-se com João Felício Borges da Fonseca e Menezes quando o mesmo estava perto dos quarenta anos. O narrador descreve o momento em que ambos se conhecem durante uma missa:

Atrás de João Felício paravam-se de pé os mais importantes membros da comunidade, inclusive o viúvo Prates do Campo, cujos dedos da mão direita entrançavam-se aos dedos de sua filha Águeda, de peitos explodindo o cetim negro e cujo arfar era bem um perigo aos botõezinhos de madrepérola que tentavam conter a massa de desejos e cobiça; a chaga dos lábios e o carvão dos olhos faziam com que os libertinos de Pelotas vivessem em constante êxtase. João Felício, por um momento atraído pelo perfume que sabia provir de tal colosso, voltou-se disfarçadamente; ao errar de lado, deu com a mão esquerda de Prates do Canto, o qual pousava com delicadeza nas espáduas de outra filha, a menina Plácida, por todos chamada de *A Genebrina*, por recém-egressa de um internato de clarissas às margens do lago suíço, para onde fora há onze anos e de onde voltava magra como um galgo, sofrendo românticos ataques de dispneia e dona de vários caixotes de livro. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 40)

O narrador descreve a personagem Águeda, irmã de D. Plácida, como uma figura feminina que atrai os olhares e que desperta os desejos masculinos pelas suas vestimentas, que deixam sobressair seus seios, mostrando a sensualidade feminina. No século XIX, o traje feminino devia ser discreto e o corpo deveria ser coberto para não ocasionar os desejos no homem. Desse modo, Águeda torna-se uma personagem que não se constitui para o papel de ser esposa, pois se encontra longe da discricção apontada como correta pela sociedade patriarcal.

Já a personagem D. Plácida é narrada como sendo uma figura feminina culta para a sua época, uma vez que havia estudado em Genebra, na Suíça, por um extenso período. Tinha também conhecimento de outras línguas e era uma grande leitora, obtendo muitas obras estrangeiras, pois segundo Pedro (2001, p. 282), historicamente no século XIX, “nas imagens dos jornais das cidades do Sul, e provavelmente em outras cidades do restante do país, as mães seriam responsáveis pelo progresso e civilização, pois eram consideradas criadoras e educadoras das novas gerações”.

No entanto, João Felício escolhe-a por motivos relacionados com sua idade já mais avançada, como se observa no seguinte trecho da série:

Ou porque a sedução da carne já trouxera tantos dissabores ou porque uma verdadeira fêmea é um perigo constante à testa dos maridos, ou porque perto dos quarenta anos um homem é velho o bastante para imaginar que logo logo os deveres conjugais podem tornar-se um martírio se forem diários, ou ainda porque é mais fácil alcançar um remédio a uma doente do que inventar caprichos de voluptuosidade a uma esposa ainda cheia de fogo, João Felício – após um curto noivado – casou-se com a Genebrina ao início da primavera. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 40)

Plácida é escolhida inicialmente por João Felício, como o narrador diz, por ser magra e, assim, não chamar a atenção de outros homens e, também, pela doença da dispneia, pois não teria que se submeter aos prazeres que uma mulher saudável tem durante a juventude, já que ele estava perto dos quarenta e Plácida era mais jovem em relação ao personagem.

Narvaz e Koller (2006) afirmam que:

O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 50)

Constatamos que Plácida, personagem pertencente ao século XIX, num primeiro momento, é escolhida pela personagem João Felício por atender as atribuições que ele julgava serem necessárias para um casamento perfeito para o homem, pois de nada importava a escolha e os desejos femininos para a época.

João Felício e Plácida casam-se e continuam morando em Pelotas, porém João Felício acredita que o campo faria bem à Plácida devido aos ataques constantes de dispneia. O narrador descreve o momento da possível mudança “E lembrava-se da estância de São Felício, distante de toda a imundície, onde aquela flor lacustre desabrocharia em toda sua força.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 41)

D. Plácida parte com o marido para a estância onde “Tudo era – exceto o brasão – muito precário, muito rude, elementar: um caos de selvageria campestre. O ar, em compensação, era puríssimo, perfumado a maricás outonais” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 42). No dia seguinte, ao abrir as janelas, a personagem diz “que belo!”, “Aqui se respira liberdade” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 42).

Logo após, encontra-se grávida de Olímpio e numa conversa João Felício pergunta-lhe como era o lago de Genebra, onde havia também a presença de um castelo, a resposta da esposa foi um único suspiro, dizendo “-Ah, o lago...- ela murmurou” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 60).

Notando a admiração da esposa pelo lago de Genebra, João Felício decide construir um castelo às escondidas:

Surgiu-lhe a ideia, instantânea e amorosa: a construção de um castelo ali mesmo, no pampa, dedicado a esmagar para todo o sempre aqueles delírios. O sigilo do projeto era porém fundamental, para que a surpresa gerasse seus efeitos [...] pretendia comunicar-lhe tudo quando as obras já estivessem acertadas, ou melhor, quando começassem a chegar à estância as primeiras pedras. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 60)

Observamos que João Felício se encanta com o modo de ser de D. Plácida, ou seja, admira o ser culto, frágil e belo da esposa. Apaixonado pela esposa, intenta construir o castelo, tendo uma ideia amorosa em relação ao seu casamento. Nesse período já decidem o nome do primeiro filho que seria chamado de Olímpio e que ele nasceria em Pelotas. Plácida parte, dias após, sozinha para Pelotas onde seu pai a aguardaria. O narrador revela o seguinte sobre a ida de Plácida sozinha à Pelotas:

Nunca passou pela cabeça de João Felício ir junto, embora estivesse ardendo de vontade: mas essa questão de gravidez e filhos era assunto feminino, não ficava bem a um homem entrar pela rua central de Pelotas custodiando a mulher. Disse-lhe ainda que logo em seguida iria para a charqueada, embora inverno: assim ficava mais perto de Pelotas e poderia atender a qualquer aviso. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 62)

Percebemos que a personagem D. Plácida passa o período final da gravidez sozinha, ou seja, o parto ocorre sem a presença do marido porque naquela época a sociedade extremamente patriarcal considerava que aquele momento final da gestação era um encargo da mulher, caracterizada pela ausência da figura do pai.

Depois de um tempo, nasce Olímpio e ocorre o término da construção da casa em Pelotas, chamado pelo Presidente da Câmara de *O Solar dos Leões*. Num momento da construção do castelo no pampa, João Felício sofre um acidente e fica enfermo por um bom tempo. Logo após, João Felício não tarda a falecer, vítima de câncer e nasce Arquelau.

D. Plácida ficou no comando da estância após a morte do marido, como percebemos no seguinte trecho:

O capataz de São Felício era recebido de portas abertas no vestíbulo de mármore, pois tratava de negócios que mantinham a subsistência da casa e da estância. D. Plácida tomava o teu lugar, respondia por ti, decidindo o melhor para a boa regularidade dos serviços, dispondo sobre marcações, apartes de gado e reerguimento de cercas – após a morte de João Felício ela se viu obrigada a entender dessas coisas [...](ASSIS BRASIL, 2010, p. 104)

Mesmo sendo submissa ao homem, a maioria das mulheres da época do século XIX acabava por administrar as casas e estâncias durante as ausências dos maridos que, normalmente, se ausentavam para participação nas revoluções. D. Plácida assume os negócios no momento em que o marido falece e quando Olímpio parte para estudar Direito em São Paulo.

Além disso, como D. Plácida era ainda jovem, o narrador em segunda pessoa descreve que a personagem ainda detinha desejo dentro de si em que: “Tu, Genebrina, pulsavas os nervos debaixo das carnes férreas de D. Plácida. Só alguém de muito próximo poderia enxergar. E como esse alguém não existia, ninguém notava. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 104)

Morando sozinha e considerada como pudica pela sociedade pelotense, ninguém desconfia que a personagem apaixonou-se e envolve-se com Félix Del Arroyo, que era professor de matemática de Arquelau. O narrador descreve o início da paixão:

E assim, Genebrina, mal teu filho adorado livra-se das cadeias da opressão, libertando os escravos e instituindo o milho como salvação do mundo civilizado [...] mal ele some na estrada para tomar o caminho de São Paulo e concluir seus brilhantes estudos de bacharel, futuro deputado provincial, tu, Genebrina, te afogas nos sentimentos caudalosos de platino-professor Félix Del Arroyo. Nem tudo foi tão fácil como o acima narrado: uma simples mulher não pode ser dada a violências sentimentais nem a lances repentinos: é preciso armar uma teia, primeiramente. E assim o foi. Uma teia finíssima, onde o essencial é o olhar e o gesto, e já vinhas exercendo esses filtros há muito, já de antes da vinda de Olímpio, algo que não despertava a menor atenção dos outros – afinal, possuías a viuvez como um estado permanente e, se possível, perpétuo. Desta forma ninguém observou que, nos dias de aula de Arquelau, teu vestido negro acinzentava-se, uma vez passando a branco. O branco, por sua ausência, é também sinônimo de luto, segundo os orientais – tinhas desculpa. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 102-103)

D. Plácida envolve-se profundamente com Félix, em que o narrador descreve a condição da personagem naquele momento da seguinte maneira: “[...] vais-te despreendendo das contingências deste mundo, vais ficando liberta de tudo que te obriga a ser uma senhora digna, te entregas a um domínio irresponsável e temeroso, um primórdio de liberdade” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 138). A personagem antes aprisionada pelo relacionamento convencional com o marido, agora se entrega à paixão que possui pelo professor.

D. Plácida engravida do professor Félix que acaba abandonando-a. A única que a acompanha no *Solar dos Leões* durante a gestação é sua irmã Águeda, que

tanto criticou anteriormente por não seguir os valores da classe de conservadores. A personagem isola-se na casa de Pelotas.

Porém a sociedade pelotense não tarda a conhecer o estado de D. Plácida:

Quando tudo se tornou público e a maledicência campeava por todas as casas nobres de Pelotas, espraçando-se pelos salões do Club Comercial e até pelas silenciosas salas da nova Biblioteca Pública e por fim sentiste que teu nome era moeda corrente da vizinhança, passaste a amar aquele “menino”. Era tua maneira de desferrar-te. Tão perturbada estavas, Genebrina. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 232)

Considerada como conservadora, a sociedade pelotense critica a situação da personagem ao envolver-se com um professor, e dele gerar um filho, mesmo sendo viúva. A partir disso, D. Plácida começa a amar o filho que estava no ventre mesmo sendo discriminada pela sociedade patriarcal.

Durante o parto, D. Plácida falece e Olímpio é informado da notícia somente com a morte da mãe:

Teu filho, ao chegar transtornado ao Solar, foi posto a par de tudo pela tia, que não omitiu o nome de Félix Del Arroyo, nem as desesperadas tentativas do médico para salvar a criança, o teu “menino”, Genebrina. Por isso Olímpio, agora Doutor, não entra em pormenores com o Bispo: ambos guardam um solene respeito por ti e por teu passado sofrimento. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 235)

Após a morte de D. Plácida, Olímpio, tendo conhecimento de toda a tragédia, guarda certo respeito pela personagem e pelo sofrimento que a mesma passou mesmo com as consequências causadas pelo relacionamento tão questionado pela sociedade pelotense. No entanto, após as cerimônias fúnebres, dão o nome de Astor ao bebê e Olímpio decide o futuro do irmão:

[...] é preciso tomar providências práticas: a primeira será entregar Astor, o ilegítimo, à guarda de algum ser amável que ceda sua generosidade por algum dinheiro e que more perto o bastante para não configurar falta de amor meio-fraternal, mas que ao mesmo tempo esteja suficientemente longe para marcar a distância entre legítimos e ilegítimos. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 248)

Astor é afastado num primeiro momento da família por ser considerado bastardo, ou seja, um filho ilegítimo por ser fruto de uma paixão, considerada esporádica e perniciososa pela sociedade da época. No entanto, depois de um tempo, Dr. Olímpio sofre críticas por esconder o próprio irmão e ao mesmo tempo defender

ideias republicanas, então, decide levá-lo para ser criado no *Solar dos Leões*, juntamente com o irmão Arquelau.

Em certo momento das narrativas, Olímpio dá sua visão da própria mãe:

“uma senhora muito culta para sua época, lia romances e livros de poesia e tinha ideias originais”; chegava a encomendar livros às caixas, que vinham de Paris e Buenos Aires, teve uma coleção de quase mil volumes, um portento em qualquer época, lia em francês e inglês, entendia de todas as humanidades e ciências. Uma pena que fosse mulher: tantas leituras acabaram por interferir na psique, transtornando até as noções da moralidade. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 285)

Olímpio considerava D. Plácida uma mulher culta para a época, pois leu inúmeras obras e ainda conhecia outras línguas, mas relacionava as leituras praticadas pela mãe como sendo a grande influência pelos seus “deslizes”, considerados imorais para o século XIX.

Páris, bisneto de Plácida, diz em certo momento que: “[...] minha bisavó, uma sorte de mulher, cujo nome sempre vinha seguido de um adjetivo trágico; assim, diziam: “D. Plácida, a coitada...” ou “D. Plácida, a infeliz”; era um nome tutelar, e a Condessa orgulhava-se de não tê-la conhecido” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 174).

D. Plácida mesmo que tenha escolhido relacionar-se com Félix por uma paixão que criou dentro de si, era considerada infeliz pelas outras personagens, pois passou e sofreu com essa paixão sozinha, uma vez que a sociedade patriarcal criticava tal relacionamento, principalmente, um filho fora do casamento.

Consideramos que D. Plácida foi vítima da sua condição feminina apenas do ponto de vista das personagens masculinas que a julgam pelas atitudes tomadas pela personagem, no entanto, ela viveu seguindo suas inclinações, pois arranjou um amante, apaixonou-se, e não era incapaz de gerir os negócios.

Outra personagem considerada infeliz pelos narradores é a Condessa Charlotte, que é esposa do Dr. Olímpio nas narrativas de Assis Brasil.

Momentos antes de ocorrer a Proclamação da República no Brasil, Olímpio viaja para Paris a fim de afastar-se de Júlio de Castilhos, pois haviam se desentendido com a política aplicada pelo republicano positivista. Em Paris, Olímpio conhece Charlotte quando se encontra num museu e a Condessa mostra-se bastante culta em relação à arte, gerando a admiração de Olímpio, como percebemos no seguinte trecho em que se tem a conversa entre Olímpio e Raymond, empregado de Olímpio:

- Quanta cultura!/- E com esse titulozinho de condessa...Não é uma princesa, mas não é de jogar fora, Doutor. Uma condessa para o Castelo./ - Cale-se. É demais para mim./ - E por quê? Aqui há condessas em cada esquina. E esta talvez esteja com as finanças arruinadas, desejando um bom casamento. Viu como o irmão dela tinha os sapatos gastos?/- Só um fresco para notar essas coisas./ -Mas são os sapatos que, em última análise, definem a condição econômica de alguém. (ASSIS BRASIL, 2010, p. 317)

Dr. Olímpio interessa-se por Charlotte no primeiro encontro que teve com a mesma, principalmente, pela personagem ter um extenso conhecimento de cultura. Entretanto, Raymond já nota que a condessa encontra-se com as contas arruinadas.

O narrador descreve que a Condessa Charlotte “Vive em Viena, é órfã, provavelmente donzela e herdou propriedades nos arredores de Engelhartstetten, às margens do Russbach, próximo à fronteira húngara” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 316). Detentora de terras e de um grau elevado de cultura, Olímpio decide pedi-la em casamento:

[...] – Sou um rústico camponês, apenas um gaúcho, e não tenho muita experiência nestas coisas de politesses, mas peço que me autorize a pedi-la em casamento a seu mano. – Apesar do frio, Olímpio sente escorrer uma gota de suor pelas costas./ A condessa mantém-se impassível, mas, depois de um instante, murmura através dos lábios brancos:/ - Oui./ A rapidez perturba Olímpio, ela talvez esteja mesmo com as finanças a pedir água. Mas afinal, para que mais fortuna? Dinheiro? Basta o dele, ela entra com o título. O irmão concorda imediatamente [...] (ASSIS BRASIL, 2010, p. 318)

Com a rapidez em aceitar o pedido, Olímpio percebe que as palavras de Raymond não estavam totalmente equivocadas em relação às finanças da Condessa, mas como Olímpio possui grandes propriedades de terra e dinheiro, esquece-se das finanças e lembra somente do título de condessa que Charlotte detém na Europa.

As ações de reserva e pureza da noiva começam a chamar a atenção do noivo que compreende que fez uma excelente escolha: “A noiva já assumiu um ar de extrema reserva, e seus silêncios pudicos são interpretados por Olímpio como o primeiro indício de que terá uma esposa ideal, pronta a aceitar a submissão como a melhor forma de estabelecer a harmonia entre os cônjuges” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 318).

Para a sociedade conservadora dos pampas, Charlotte torna-se uma esposa perfeita aos olhos da sociedade e de Olímpio, pois aceita a submissão por meio de

sua reserva no ambiente do lar e de não questionar as decisões do marido em relação à vida conjugal e ao meio social.

Quanto às questões financeiras, Olímpio revela a Silva Jardim:

– Charlotte não possui mais nada na Áustria, meu Jardim. Cedo descobri isso. O irmão encarregou-se de liquidar com tudo./- A senhora Condessa, decerto, ficou muito incomodada, não?/- Mais ou menos. Eu soube, também, que tudo já estava hipotecado quando ela foi para Paris. Uma espécie de nobreza falida. (ASSIS BRASIL, 2011, p. 178)

A Condessa Charlotte encontrava-se falida em Paris quando Olímpio a conheceu, com isso aceitou casar-se com Olímpio para sair das finanças arruinadas, submetendo-se ao marido.

Porém apesar de ser submissa referente às atitudes do marido, Charlotte cuida do Castelo quando o mesmo parte para suas viagens relacionadas à política, bem como para visitar a amante Urânia, como se percebe no trecho da obra *Os senhores do século*: “Da Condessa despediu-se com um beijo na ponta dos dedos: “Entrego o Castelo, mais uma vez, aos seus bons cuidados germânicos”” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 09).

Dessa maneira, mesmo sendo dependente de Olímpio, a Condessa Charlotte toma certas decisões nas propriedades quando o marido está afastado de casa, porém também cuida das determinações de Olímpio, que mesmo estando afastado do Castelo manda ordens diante das situações familiares, como a situação do neto Páris que quando chega no Castelo, ela diz: “[...] não estou interessada nas causas de sua expulsão do Colégio Anchieta. O Doutor decidiu que você viria para cá, e tenho de submeter-me” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 32).

Seguindo a visão patriarcal, para Pateman (1993, p.167), “o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública”. Mesmo determinando as situações vivenciadas nas estâncias, as filhas/esposas seguem as ordens dos pais/maridos.

Apontamos também que, mesmo a Condessa Charlotte sendo considerada inicialmente pudica e submissa por Olímpio, após sua vinda para o castelo, mantém-se afastada dos desejos do marido por um longo período, tendo Olímpio que avançar sobre a porta trancada do quarto da esposa para concretizar a relação.

Charlotte em outro momento faz questão de encontrar uma amante para o marido, sendo Urânia a escolhida por ela. Olímpio depois de conhecer melhor a esposa destaca em um momento de apresentação a um piloto que a esposa também é dura, comparando-a aos alemães: “- Esta é Charlotte, Condessa von Spiegel-Herb, hoje modestamente Charlotte Borges da Fonseca e Menezes. Não se iluda: é austríaca, mas tão dura como os alemães.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 56)

Constatamos que certas atitudes da Condessa estavam longe de serem em sua totalidade submissa ao marido, sendo que em alguns pontos ela decide implicitamente suas preferências no que se refere à sua relação conjugal com o marido.

Selene, filha de Charlotte e do Dr. Olímpio, não foge também do adjetivo infeliz pelos narradores. Daltônica e incompreendida pelos pais desde cedo por sua escolha amorosa por Hermes. Rapaz filho de donos de fábrica de cofres, advindo da indústria, é ignorado pela família de Selene.

A situação entre pai e filha chega ao extremo quando Selene vai à Biblioteca conversar com o pai sobre a aceitação do relacionamento dela com Hermes, no entanto, Olímpio se faz de desentendido e começa a conversar sobre Liberdade com a filha. Selene querendo chamar a atenção do pai despe-se, tirando peça por peça e pára em frente à secretária, dizendo:

“A Liberdade...nua...meu pai...” / “O doutor cerra os dentes, ergue-se, dá a volta pela secretária, agarra-me com seus braços onipotentes, sacode-me até estalarem meus ossos, dá-me uma bofetada./ - Sua puta! E aos berros expulsa-me dali, de sua vida, de seu Castelo. Junto minhas roupas, subo correndo a meu quarto e abro a janela./ Lá está, ela, pura, com o Mar das Crises... (ASSIS BRASIL, 2010, p. 246)

Selene sai de casa e casa-se depois de um tempo com Hermes, mesmo sem a aceitação dos pais. Numa visita do pai à filha, Olímpio nota que Hermes é rico e que a filha está grávida, designando o mesmo de degenerado assim como o irmão Astor, fruto da relação de D. Plácida com o professor Félix.

A personagem sente-se destruída dentro de si por carregar um degenerado como disse o pai e conclui que realmente “Eu carrego um degenerado dentro de mim, este é o fato. Por mais que eu ame esta criança, jamais conseguirei resgatá-la desta mancha original. E, parindo um degenerado, eu reconstituirei a honra familiar e tudo ficará certo.” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 286)

Com o nascimento do neto, Olímpio vai ao hospital e designa o nome do filho de Selene e Hermes de Páris. Selene aceita o nome dado pelo pai e já fora de si no hospital, Selene indaga na frente de Hermes a filiação da criança que se encontra ao seu lado “E a enfermeira põe-me a criança a meu lado, diz que já está alimentada. Páris...Quem será a mãe? Levo meu dedo à boquinha pérfida, acaricio os lábios, a língua, percebo semelhanças... [...] Onde está a mãe da criança?” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 291)

Selene permanece no hospital para se tratar, no entanto, não se recupera do abandono que sofre tanto da família quanto de Hermes, que casa-se com outra mulher após a falência da empresa da família. Por fim, sua vida continua numa internação em uma instituição de Zurich. Lá afastada de todos, Selene habita seus devaneios.

Páris, filho de Selene, pergunta à Beatriz, que é sua tia, sobre a mãe e a mesma conclui que é outra infeliz:

“Como era minha mãe, Beatriz?”/ Ela veio até meu lado, sentou-se no sofá, acendeu um cigarro./ “Uma infeliz”./ “Mas que merda! – não me controlei -, “todas as mulheres do mundo são infelizes?”/ “Mas era infeliz a seu modo, isto é, sem causa aparente. Desde que saiu do colégio de Santa Maria foi aquela sucessão de desencontros. Os desencontros da vida...Por fim foi aquilo, como você já sabe...não poderia ter um destino banal.”/ “E deram ela por morta.”/ “Não entendo muito essas coisas de Direito.”/ “E onde ela está?”/ “Não sei...” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 303)

Esquecida por todos da família e lembrada pelo filho, considerado também um bastardo, como Astor, Selene vive em seu mundo e novamente segue a adjetivação de mulheres consideradas infelizes na família.

Já Beatriz, esposa de Arquelau, irmão de Olímpio é “[...] uma vaporosa cidadina de palavreado escandaloso e maneiras sutis de dizer as verdades, ou as suas verdades [...]” (ASSIS BRASIL, 2010, p. 10). Seguindo a visão de Astor quando conhece Beatriz num Jockey: “[...] barulhenta, muito jovem e bonita. Ri por qualquer coisa e, com o binóculo da mãe, percorre toda a assistência, dá gritinhos a cada chapéu estranho e comenta os vestidos. Bem como qualquer jovem faria.” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 102)

Diferentemente das mulheres da família, Beatriz toma algumas decisões diante de sua vida e se expõe para defender suas ideias, assim como participa das relações familiares como sua contribuição em ajudar no destino de Páris e Selene. Diante disso, torna-se uma mulher já evoluída para a sociedade patriarcal da época.

A personagem Urânia vai mais além do que as outras personagens quanto às decisões sobre a sua própria vida, pois definitivamente após a viuvez, que acontece quando ainda é jovem, decide tornar-se amante de Olímpio.

Urânia já tinha certo conhecimento de como era a vida de uma amante. Seu pai, Basileu Martins, numa ida à Pelotas, leva a menina Nini na casa de D. Violante, amante do pai. Conhecendo a vida da amante do pai e da própria mãe, Urânia percebe que apesar da escolha em ser amante, Violante tinha o domínio da vida e tomava as decisões, ou seja, vivia conforme suas determinações, diferentemente da mãe que deveria se submeter ao pai como esposa.

Na primeira visita que a menina Nini realiza a D. Violante, sente uma boa impressão, pois “Ao abrir o reposteiro da sala, Tia Violante apareceu, jovem e fresca como um pêssigo, e, ao enxergar a Menina Nini, nem deu importância ao pai, correu para beijá-la no rosto e, perguntando “esta é a Nini, que eu tanto queria conhecer?”, levou-a para sentarem num sofá imenso, onde afundaram.” (ASSIS BRASIL, 1994, p. 53)

Urânia vai ao encontro da amante do pai em outros momentos, um deles é quando vai avisar que Basileu Martins havia falecido.

Quando o pai falece, Urânia já estava casada com Isidoro de Freitas e, como a maioria das mulheres do final do século XIX, as decisões partiam das ideias do marido, assim foi com Nini como se compreende no seguinte trecho:

[...] Nini herdara o terreno de Pelotas, e Isidoro propôs-lhe construir casa [...] Nini não se opôs, como não se opunha a nenhuma decisão do marido: era sua forma de indenizá-lo de um casamento que, já ao início, trazia marcas de uma inesperada rotina [...] A vida de Nini passava-se na repetição inumerável dos trabalhos de ordenar às criadas, zelar pelo estado dos alimentos, promover limpezas minuciosas – algo que não compunha obra visível. (ASSIS BRASIL, 1994, p. 145)

Como personagem feminina, Urânia não foge dos padrões das situações vividas pelas mulheres na sociedade patriarcal daquele período, porém fica viúva cedo demais, pois o marido fora degolado na Revolução Federalista de 1893. Já morando na casa de Pelotas e vizinha da casa de Olímpio, Urânia torna-se amante de Olímpio:

Tudo começa com suspeitas, como sempre. No outro lado da Praça, relativamente ao Solar dos Leões, fica a casa de Urânia, viúva de um antigo revolucionário de 93 e leitora de Homero; por esses matrimônios obscenos,

casara-se aos quinze anos, tendo ele mais de trinta. O revolucionário – federalista – morreu num combate, e a última palavra foi o nome da esposa, o que lhe rende até hoje restos de inútil santidade. Até pouco tempo, debruçava-se sobre uma almofada posta à janela principal de seu palacete rosa – chamado do Eterno amor – e, ladeada por dois gatos, observava as mudanças das nuvens e a renovação das folhas das árvores, o bastante para que passassem a desconfiar de sua honestidade. Recuperou-se da morte do marido com um método perturbador: as missas diárias passaram a semanais; em dois meses voltou a usar brincos e, ao fim de meio ano, viram-na frente a um espelho, reformando seu fúnebre penteado. As criadas pouco falavam, mas nesse pouco sabia-se que o retrato do revolucionário desaparecera de seu lugar na sala – o que foi um golpe em todas as virtudes pelotenses. Sua palidez foi trocada por uma leve cor nas faces pequenas, e viram brilhar um anel no dedo. Os homens a desculpavam, “afinal ainda é muito moça, a infeliz”, e fixavam seu vulto à janela com uma inegável concupiscência, atraídos pelo rosto quase infantil, mas onde luzia uma remota esperança./ Bem: tornou-se amante do Doutor, como algo natural em se tratando de uma perdida e de um homem continuamente repellido pela esposa, que lhe renegava o quarto: o que não se sabe em Pelotas? (ASSIS BRASIL, 2011, p. 210-211)

Urânia, ainda jovem, começa somente a descobrir os sabores do amor após a morte do marido e, seu enlace final acaba sendo seu envolvimento com Olímpio. A personagem feminina toma as rédeas da própria vida e decide o que fazer com ela, diferentemente da maioria das personagens do romance *Um castelo no pampa*.

Além disso, escolhe os próprios nomes dos filhos de Olímpio em que diz: ““Veja: você é Olímpio, em recordação do monte Olimpo, e meu nome é de uma das musas que amaram Apolo, o deus da beleza. Se você tivesse filhos, eu gostaria que levassem nomes de deuses e heróis”” (ASSIS BRASIL, 2011, p. 215). Isso acontece nas narrativas, pois nascem Aquiles, Proteu, Selene e Páris.

Quanto à sociedade pelotense, aceitou o relacionamento de Urânia com Dr. Olímpio porque “A atitude dos pelotenses foi a esperada: nada se comentava. Urânia deixou de aparecer à janela do palacete rosa, o que foi interpretado como ordens do Doutor. O adultério era condenável, mas finalmente aquela mulher submetia-se a um homem.” (ASSIS BRASIL, 2011, p.213)

Urânia se entregou ao relacionamento como amante de Olímpio até o fim da vida, sendo feliz da maneira que encontrou para decidir o que naquele momento era melhor para si. Já sua mãe, D. Cândida, vivia amargurada pelas viagens do marido à Pelotas, fazendo com que outros que viviam ao seu redor sofressem com suas maldades:

[...] exemplarmente vestida de preto, ajoelhada em silêncio aos santos do oratório, desferrava-se das viagens de Basileu entregando-se a ocasionais atos de maldade: ao filho mais velho de um agregado, por uma má criação

de infância, infligira exílio numa tapera cercada por um tremedal; sendo verão, o lugar era fervedouro de sanguessugas elásticas, ávidas. Tentando fugir, o menino caiu nas águas borbulhantes e as sanguessugas recobriram-lhe o corpo, enlouquecendo-o de dor e desespero. Quando foram levar-lhe comida de manhã, encontraram-no exangue frente à tapera, dobrado sobre si mesmo, batendo queixo, mal-contando o que sucedera. Levado nos braços para casa, D. Cândida restituiu-o à vida com rezas frenéticas, caldo de frango e curativos de arnica. Recuperado, ele teve de recitar um terço diário em agradecimento [...] D. Cândida possuía um olhar de que todos se afastavam, e as criadas arrepiavam-se sempre que tinham de procurar a figura pequena ante o oratório: entravam no quarto sem fazer ruído e, ao falar-lhe, baixavam a voz até um tom quase inaudível. (ASSIS BRASIL, 1994, p. 45-46)

D. Cândida, assim como as outras mulheres viviam submissas aos maridos, tinha de aceitar as relações extraconjugais e as decisões familiares realizadas pelos homens. As decisões femininas estavam normalmente relacionadas somente aos momentos em que os maridos afastavam-se de suas terras para viagens de negócios ou de revoluções. Demais determinações partiam das ideias dos esposos.

Notamos que as únicas personagens que fazem ainda boa parte das decisões a serem tomadas diante da própria vida são D. Violante e Urânia, sendo que ambas são amantes nas narrativas.

Segundo Narvaz e Koller (2006):

A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social. As mulheres brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, não haviam conquistado os direitos civis garantidos ao homem. Precisavam exigir seus direitos de cidadã e aumentar sua participação na vida pública. Em 1916, foi criado o Código Civil Brasileiro, patriarcal e paternalista, no qual constava que a mulher casada só poderia trabalhar com a *autorização* do seu marido. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 51)

Nas narrativas de Assis Brasil, as personagens D. Plácida, a Condessa Charlotte e Selene são consideradas infelizes pelos narradores pelo fato de terem vivido conforme as restrições estabelecidas pela sociedade patriarcal na visão deles. No entanto, em certos momentos, elas fogem do ideal recomendado na vida das mulheres e seguem algumas vontades delas, como ter relacionamentos que não eram aprovados pela sociedade, pela família ou por se atrever a escolher uma amante para o marido, no caso, de Charlotte.

Violante e Urânia (Nini) vão mais longe: escolhem ser amantes, rompendo com a tradição feminina de casar-se e ter filhos. As personagens, apesar de serem

criticadas pela sociedade, vivem a partir das regras que estabelecem para elas mesmas, convivendo com os maus dizeres dos que acreditavam e defendiam os “bons costumes”. Elas viviam felizes ao seu modo, destacando também que nenhum narrador as considerou infelizes por escolher essa maneira de viver.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos, inicialmente, abordar as teorias que envolvem os estudos sobre Ficção e História por meio de teóricos que exploram essa temática nas narrativas ficcionais. Verificamos, a partir dos conceitos, que a série *Um castelo no pampa* contextualiza em suas narrativas de forma irônica o universo histórico pertencente ao final do século XIX e metade do século XX.

Também vimos as visões dos conceitos de Ficção e História por pesquisadores como Burke (1997), White (1995), Lima (2006), Hutcheon (1991), Genette (1972 e 2011), entre outros. Reconhecemos que ambas, Ficção e História, constituem-se em narrativas que representam o mundo, a primeira, contudo, se baseia no processo de invenção ou criação, ao passo que a segunda encontra-se fundamentada na necessidade de que essa representação se faça mediante fontes documentais, ou seja, tem compromisso com a veracidade dos fatos.

Para a realização da interpretação das narrativas, citamos autores como Bosi (2003) e Palmer (2011) que norteiam sobre o conceito e as características da hermenêutica. Esta tem papel fundamental na arte de interpretação das narrativas para que aconteça a compreensão de determinado texto pelo leitor.

Em *Um castelo no pampa*, a representação se dá por meio de personagens fictícias e históricas, nas quais contribuem para a formação das narrativas e para resgatar as figuras masculinas edificadas pela História, no entanto, elas são desmitificadas a partir do olhar crítico dos narradores.

A partir da construção da família de João Felício Borges da Fonseca e Menezes e de D. Plácida no pampa gaúcho na ficção, narra-se o ambiente familiar na cidade de Pelotas com a casa intitulada de *O Solar do Leões* e na estância onde é construído o Castelo pelo patriarca João Felício, sendo que foi finalizado pela personagem Dr. Olímpio.

Olímpio, personagem principal, torna-se de suma relevância por ter semelhanças com o político e escritor Joaquim Francisco de Assis Brasil, que também construiu um castelo na cidade de Pedras Altas, no Rio Grande do Sul, no início do século XX. Assim como na História, o castelo também foi palco na Ficção para a interligação com a política sul-rio-grandense, como para investimentos e qualificação na agricultura.

No entanto, Olímpio é uma personagem contraditória e ambígua, pois ao mesmo tempo em que defende as ideias republicanas com relação ao Liberalismo, não aceita os desvios da família que não fossem condizentes com os valores sociais dos conservadores da época.

Além disso, mesmo sendo republicano, casa-se com uma condessa austríaca, a Condessa Charlotte, que conhece em sua ida à Paris e finaliza o castelo no pampa, considerado um símbolo para monarquia.

As contradições da personagem se confirmam quando Dr. Olímpio envolve-se com Urânia que se torna sua amante, no entanto, não aprova as escolhas realizadas pelos filhos. Olímpio não aprova o relacionamento da filha Selene com Hermes, pois a família do rapaz enriqueceu devido à industrialização que estava em grande crescimento no período. Enlouquecendo, Selene é internada em Zurich. Proteu se suicida por ser também incompreendido pela família ao se formar em medicina e tornar-se obstetra, bem como por ser homossexual.

Olímpio chama seu lar de Castelo de Liberdade e defende a abolição da escravidão, porém utiliza seu castelo para esconder os familiares da sociedade gaúcha dos ditos desvios morais que os conservadores da época discriminavam, como seu filho Proteu e seu irmão Astor, o bastardo. *Um castelo no pampa* resgata a trajetória de uma família patriarcal formada no início do século XIX e caracterizada por ser perversa aos seus descendentes.

As narrativas também representam as revoluções que ocorreram no Rio Grande do Sul, como a Revolução Federalista e a Revolução de 1923. Dr. Olímpio participa parcialmente da Revolução Federalista quando recebe em seu Castelo os participantes da revolução para um período de pouso. No entanto, Júlio de Castilhos considera o fato um rompimento com o grupo dos republicanos. Olímpio é afastado do país para se tornar embaixador em Viena. A revolução, no contexto ficcional, é caracterizada por degolas, assim como ocorreu historicamente.

Chamado pelos estancieiros, Olímpio envolve-se novamente na política e, assim como Joaquim Francisco de Assis Brasil, candidata-se a governador do Rio Grande do Sul. Vítima de fraudes perde a eleição e logo após a posse de Borges de Medeiros é iniciada a Revolução de 1923, em que seu término se dá com a assinatura de pacificação no Castelo de Olímpio, assim como se realizou na História no castelo de Joaquim Francisco de Assis Brasil, parente do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil.

Temos também o papel das mulheres na construção familiar que são consideradas infelizes pelos narradores, como Plácida, Condessa Charlotte e Selene, uma vez que rompem com algumas estruturas que não eram aceitas pela sociedade patriarcal para as mulheres da época. Participavam também das decisões no ambiente do lar, principalmente, quando os maridos estavam afastados de casa como nas guerras. Contudo, sobressaem Violante e Urânia que se tornam amantes na ficção, demonstrando que são felizes por escolherem as ações da própria vida na visão dos narradores.

Portanto, Ficção e História se unem para resgatar personagens históricas em *Um castelo no pampa* e desmistificar os sujeitos construídos pela História, bem como provocar a reflexão do sujeito diante da sociedade daquela época, cheia de vícios e ao mesmo tempo repleta de hipocrisia.

A ironia nas narrativas é despertada pelos narradores quando ao descrever as personagens fictícias e históricas narram as ações, procurando inserir suas imperfeições diante do contexto social, desmistificando o sujeito que foi considerado um grande homem para a História, porém suas atuações nas narrativas são dominadas pelo poder e pelo desvio das condutas que julgavam ser corretas.

Também temos de considerar que apesar de que assim como no passado se construiu e narramos ainda hoje os sujeitos históricos que defenderam seus ideais, bem como seus interesses políticos e econômicos, na atualidade, pouco houve alterações, pois nossos governos continuam apoiando itens relacionados aos seus interesses pessoais e de uma pequena parcela da sociedade. Se anteriormente a luta era pelo incentivo do governo aos grandes pecuaristas e donos de estâncias, hoje no campo político e econômico a defesa acontece em relação aos grandes empresários, deixando novamente grande parcela da população excluída da riqueza produzida no país.

Desse modo, a ficção, mesmo que represente indivíduos pertencentes ao século XIX ou XX, procura resgatar um passado que não está tão distante do atual contexto social, político e econômico que o sujeito está construindo hoje, promovendo, então, discussões e reflexões na atualidade para que seus erros não sejam repetidos na História que será narrada futuramente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e estado*. Brasília, v. 15, nº. 2., p. 303-330, jun. - dez. 2000.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ASSIS BRASIL, Antonio de. *Perversas Famílias*. Vol 1. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____, Antonio de. *Pedra da memória*. Vol 2. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____, Antonio de. *Os senhores do século*. Vol. 3. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R.; GREIMAS, A.J.; BREMOND, C.; ECO, U.; GRITTI, J.; MORIN, V.; METZ, C.; TODOROV, T.; GENETTE, G.. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R.; GREIMAS, A.J.; BREMOND, C.; ECO, Umberto; GRITTI, J.; MORIN, V.; METZ, C.; TODOROV, T.; GENETTE, G.. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOSI, Alfredo. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In. AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCHI, Diones. *Castelo de Pedras Altas – O recanto de Assis Brasil*. Disponível em: <http://memoriasdopampa.blogspot.com.br/2015/12/castelo-de-pedras-altas-o-recanto-de.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

GENETTE, Gérard. *Figuras*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland; GREIMAS, A.J.; BREMOND, Claude; ECO, Umberto; GRITTI, Jules; MORIN, Violette; METZ, Christian; TODOROV, Tzvetan; GENETTE, Gérard. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

HASSE, Geraldo. *Um castelo se desmancha no pampa... e dentro dele, uma biblioteca contendo livros raros como a Enciclopédia Francesa*. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2011/10/um-castelo-se-desmancha-no-pampa-e-dentro-dele-uma-biblioteca-contendo-livros-raros-como-a-enciclopedia-francesa/>. Acesso em: 29 dez. 2016.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Imagens de uma cidade sitiada: as fotografias de José Greco e a Revolução Federalista em Bagé-RS, 1893-1895. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, nº. 7, p. 522-536, set. 2013.

MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MEMÓRIA é matéria prima do trabalho do historiador. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/memoria/04.shtml. Acesso em: 20 jun. 2006.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Por que estudar narrativas? In: MOTA, C. L.; MOTTA, L. G.; CUNHA, M. J. (orgs). *Narrativas midiáticas*. Florianópolis: Insular, 2012.

MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, p. 49-55, jan./abr., 2006.

PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 2011.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Maria Joana. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, Ledir de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923*. 2006. 173 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha*. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v6n12/Microsoft_Word_-_A_HISTxRIA_DAS_MULHERES_NO_RSea_Revoluxo_Farroupilha__2_.pdf. Acesso em: 27 dez. 2016.

SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

B931f Buhse, Rosângela Beatriz
 As fronteiras entre ficção e história em *Um castelo no pampa*, de Assis Brasil: o sujeito histórico e a presença feminina / Rosângela Beatriz Buhse. – 2017.
 110 f. ; 30 cm.

 Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.
 Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eunice T. Piazza Gai.

 1. Brasil, Luiz Antonio de Assis, 1945- - Crítica e interpretação. 2. Literatura sul-rio-grandense – História e crítica. I. Gai, Eunice Piazza. II. Título.

CDD: RS869.309

Bibliotecária responsável: Edi Focking - CRB 10/1197